



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC  
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**IZAIAS GERALDO DE ANDRADE**

**ROGAI POR NÓS AGORA E NA HORA DA NOSSA MORTE:  
O discurso religioso e as injustiças da sociedade nas prédicas  
“Dores de Maria” de Antônio Conselheiro**

**RECIFE  
2008**

**IZAIAS GERALDO DE ANDRADE**

**ROGAI POR NÓS AGORA E NA HORA DA NOSSA MORTE:  
O discurso religioso e as injustiças da sociedade nas prédicas  
“Dores de Maria” de Antônio Conselheiro**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques

**RECIFE  
2008**

A553r

Andrade, Izaias Geraldo de

Rogai por nós agora e na hora da nossa morte : o discurso religioso e as injustiças da sociedade nas prédicas “Dores de Maria” de Antônio Conselheiro / Izaias Geraldo de Andrade ; orientador Luiz Carlos Luz Marques, 2008.

163 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da Religião, 2008.

1. Conselheiro, Antonio, 1828-1897 - Análise do discurso. 2. Canudos. 3. Igreja e Estado. 4. Religião e sociologia. 5. Marginalidade Social.  
I. Título.

CDU 2:301

**IZAIAS GERALDO DE ANDRADE**

**ROGAI POR NÓS AGORA E NA HORA DA NOSSA MORTE:  
O discurso religioso e as injustiças da sociedade nas prédicas  
“Dores de Maria” de Antônio Conselheiro**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

**APROVADA em: 18 / 04 / 2008**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. **Carlos André Macedo Cavalcanti** - UFPB  
Examinador externo

---

Prof. Dr. **Gilbraz de Souza Aragão** - UNICAP  
Examinador interno

---

Prof. Dr. **Luiz Carlos Luz Marques** - UNICAP  
Orientador

**RECIFE  
2008**

**A toda minha família.  
E em especial à minha esposa,  
Sandra Maria Alves de Andrade.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, meu grande guia

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Dr. Luiz Carlos Luz Marques

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para este ensaio

O homem com percepção suficiente para admitir suas limitações  
é o que mais se aproxima da perfeição

*Goethe*

### Solidariedade e Comunidade

Solidários, somos gente; solitários somos peças.  
De mãos dadas, somos força; desunidos impotências.  
Isolados, somos ilha; juntos, somos continente.  
Inconscientes, somos massa; reflexivos, somos grupo.  
Organizados, somos pessoas; sem organização,  
Somos objetos de lucro.  
Em equipe, ganhamos, libertamo-nos;  
Individualmente, perdemos, continuamos presos.  
Participando, somos povo; marginalizando-nos,  
somos rebanho.  
Unidos, somos soma; na massa, somos número.  
Dispersos, somos vozes no deserto;  
Agrupados, fazemo-nos ouvir.  
Amontoando palavras, perdemos tempo;  
Com ações concretas, construímos sempre.

*Manuel Peixoto*

## RESUMO

Uma mentalidade de indiferença em relação à desigualdade, à violência e à exclusão é comum em um país como o nosso. Vive-se como se fosse natural tanto a opulência em meio à pobreza quanto as regalias de poucos em meio às dificuldades de tantos. Existe uma cultura de aceitação de tais situações, que acredita ser possível conciliar ideais libertários e democráticos com uma estrutura social absolutamente injusta. O trabalho tem como enfoque central as Prédicas “Dores de Maria”, que constituem a primeira parte do manuscrito de Antônio Conselheiro, publicado por Ataliba Nogueira. Concluimos que o movimento de Canudos, que teve a religiosidade como força motriz, foi liderado por um homem de profunda religiosidade, que acima de tudo sobrepujou tradições ambíguas e reavivou as que estavam latentes. Dessa maneira o trabalho visa valorizar a experiência religiosa que se refletiu na pregação e atuação do “líder/beato” como resposta às formas situacionais daquela época. Pois ao que se sabe a trajetória de Antônio Conselheiro em sua Canudos e a sua luta foram muito mais por justiça do que supuseram muitos estudiosos: o Conselheiro não foi um louco, fanático, beato ou qualquer outra das interpretações que a ele foram dadas, foi um líder religioso inteligente e sensível. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a análise do conteúdo. A análise do conteúdo dessas prédicas foi um caminho para interpretar as situações de injustiça então existentes em Canudos.

**Palavras-chave:** Estado, Igreja, Poder político, Canudos, desigualdade e exclusão social

## ABSTRACT

A mentality of indifference to inequality, violence and exclusion is common in our country. It seems as if the presence of opulence and wealth of the few was natural. A culture of acceptance of such situations exists, and it believes that it is possible to conciliate democratic ideals and liberties and with a thoroughly unjust a social structure. Our study focalizes on the Sermons, “Pains of Maria” which constitute the first part of the manuscript of Antônio Conselheiro, published by Ataliba Nogueira. We conclude that the movement of Canudos had religiosity as the driving force and was led by a man of great religious motivation. He received an ambiguous tradition but revived the potentialities in it. In this way our study seeks to value the religious experience which is reflected in the preaching and career of the “leader /beato” as a reply to the historical and social context. It is well known that the life of Antônio Conselheiro in Canudos was much more concerned for social justice than scholars have assumed. Antônio Conselheiro was not an insane person, fanatic, “beato” or any another derogatory name given to him. He was an intelligent leader. The methodology of our study is an analysis of the sermons. Such an analysis helped us to interpret the social injustice then existing in Canudos.

**Key words:** State, Church, Political Power, Canudos, inequality and social exclusion

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 AS INJUSTIÇAS SOCIAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO, NUM PAÍS DE CONSELHEIROS E CANUDENSES</b> .....	19
1.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-GEOGRÁFICO-CULTURAL .....	19
1.2 DISCUTINDO ESTRUTURAS, CONJUNTURAS E ARTICULAÇÕES .....	22
<b>1.2.1 Protestantismo e Laicização dos séculos XVI ao XIX</b> .....	22
<b>1.2.2 Missionários da Igreja Católica</b> .....	26
1.3 AS INJUSTIÇAS SOCIAIS .....	29
<b>1.3.1 A questão das injustiças sociais e Canudos</b> .....	29
<b>1.3.2 Focalizando as injustiças sociais em Canudos</b> .....	34
<b>2 CANUDOS, CONSELHEIRO E AS PRÉDICAS “DORES DE MARIA”</b> .....	41
2.1 TRÊS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE CANUDOS .....	42
<b>2.1.1 Canudos numa perspectiva da história social</b> .....	42
<b>2.1.2 Canudos numa perspectiva cultural e religiosa</b> .....	47
<b>2.1.3 Canudos numa perspectiva político-ideológica</b> .....	51
2.2 TRÊS ESTUDOS SIGNIFICATIVOS: SILVA, HOONAERT E FIORIN .....	54
<b>3 A ANÁLISE DAS PRÉDICAS “DORES DE MARIA”</b> .....	56
3.1 AS FONTES DO CONSELHEIRO .....	56
3.2 ESTRUTURA DISCURSIVA DAS PRÉDICAS.....	59
3.3 AS PRÉDICAS “DORES DE MARIA” .....	63
3.4 ANÁLISE GLOBAL DAS PRÉDICAS .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	130
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	146

## INTRODUÇÃO

**Prédica 2:** Sentimento de Maria devido à pobreza em que se achava por ocasião do nascimento de seu Divino Filho.

**Segundo ponto:** Transportemo-nos, em espírito, ao albergue de Belém, e se bem que alegres pelo nascimento do Salvador, não percamos de vista o fim que aí também nos faz chegar. Sim: vemos a Divina Maria tão pobre, aquecendo em seu peito o fogo a tremer de frio, o rico na extrema indigência, a luz como que eclipsada, o Senhor da Glória revestido de carne humana, chorando na terra os pecados dos homens. Ah! Se tanto consola ver a Deus feito menino, muito nos deve enternecer o que já está sofrendo por nós causando ao mesmo, tempo grande sentimento vermos nossa querida Mãe, que meditando profundamente nas graças da Divina Onipotência, amargura-se de ver um desamparo sem exemplo. Consolemos, portanto, a Maria ofereçamo-lhe o nosso coração, a fim de nele morar com Jesus de hoje para sempre (NOGUEIRA, 1978, p. 57).

Nossa pesquisa tem como objetivo identificar e explorar, no “tecido” discursivo das vinte e nove prédicas intituladas “Dores de Maria” atribuídas a Antônio Vicente Mendes Maciel (o Conselheiro), possíveis correlações entre as principais situações de injustiça da sociedade experimentadas pelos que viviam no “Sertão do Beato”, no último quartel do século XIX, e as situações de injustiça social que o Conselheiro, em sua interpretação dos trechos bíblicos e da tradição mariana, à luz da mais rigorosa doutrina católico-romana, identificava e explorava como causas das “Dores” que Maria, em seu papel teológico de Mãe de Deus, teve que enfrentar e vencer, para “abreviar a vinda do Justo” e “cooperar com a nossa redenção”.

Motivou-nos a suposição se que a trajetória de Antônio Conselheiro em “sua Canudos” junto com sua luta era muito mais por justiça social<sup>1</sup> do que supunham muitos estudiosos, o Conselheiro não era um louco, fanático, beato ou qualquer outra denominação que lhe foi dada, ele era entre outros adjetivos, um líder que mostrava quanto o povo sofrido de Belo Monte poderia ao se espelhar em Maria, a Mãe de Jesus Cristo. Atraíu-nos a constatação de que tal perspectiva nunca foi diretamente explorada na abundante literatura

---

<sup>1</sup> As injustiças sociais a que se refere essa dissertação são as injustiças próprias das sociedades complexas, no seio das quais se formam os grupos de privilegiados e os de marginalizados. Segundo alguns autores, estes últimos procuram, através da religião e da cultura, significar suas vidas. O povo que formou e forma o Brasil não foge a essa situação (MACEDO, 1989).

sobre Canudos: o Conselheiro homem, inteligente e sensível, como procuraremos demonstrar abaixo na revisão bibliográfica sobre o assunto.

As prédicas, “Dores de Maria”, são a primeira parte de um conjunto de textos de natureza religiosa, escritos a partir de 12 de janeiro de 1897 por Antônio Vicente Mendes Maciel aproximadamente três meses após a primeira expedição. Dividindo o total em três blocos cada qual versando sobre – As Dores de Maria: dez mandamentos; e assuntos diversos relacionados à religião entre eles, o discurso sobre a República e a despedida. O texto foi encontrado pelo médico do exército brasileiro, João Pondé, no dia cinco de outubro de 1897, nas ruínas do Santuário onde estava enterrado o corpo do Conselheiro, ou seja, logo após o fim da última expedição.

Segundo Ataliba Nogueira (1978), esses escritos foram oferecidos a Euclides da Cunha que não chegou a lê-los, nem antes nem depois de escrever “Os Sertões”. O próprio Nogueira, ao recebê-los, se encarregou de pesquisar sobre o tema e, depois, publicar as prédicas na íntegra em um livro intitulado *Canudos e Conselheiro* lançado no ano de 1975. A transcrição das prédicas contida nesse livro só recebeu algumas observações em 1985, quando Fiorin escreveu sua dissertação de mestrado em *Linguística* usando como material de análise do discurso o conjunto completo dessas prédicas.

A maioria dos pesquisadores sobre Canudos é unânime em reconhecer que o discurso do Conselheiro contido nas prédicas era essencialmente religioso. Em nossa pesquisa, a atenção está exclusivamente centrada no primeiro bloco dos escritos, ou seja, nas 29 prédicas dedicadas a vida e sofrimento de Maria desde a Anunciação até a Paixão do seu filho. Esse conjunto de prédicas que compõem mais de um terço do total dos escritos apresenta-se dividido em quatro partes: primeiro vem o título e depois o corpo do texto dividido em três pontos, cada ponto de uma forma geral expressa um objetivo do escritor (Conselheiro): o primeiro ponto geralmente procura narrar uma passagem difícil da vida de Maria e de Jesus; o segundo ponto geralmente procura sensibilizar o leitor e ou ouvinte frente ao sofrimento de Maria que foi narrado no primeiro ponto; o terceiro ponto é um apelo à ação nos moldes da ação de Maria e de certa forma uma advertência frente à “falta de atitude cristã” das pessoas.

Não existe, nas prédicas, uma alusão específica ao grupo para o qual se fala, o que se pode inferir é que, sendo um discurso religioso, usa-se um linguajar universal, porém na perspectiva do cristianismo especificamente o Católico. Dentro das idéias cristãs, a de maior relevância é a de que Deus faz justiça aos injustiçados, pobres, sofredores etc. Pelo fato dos escritos terem sido compostos pelo Conselheiro, em Canudos e entre o início e o fim do épico

conhecido por Guerra de Canudos e levando-se em conta algumas características dos escritos, podemos afirmar que as prédicas direcionavam-se especificamente aos sertanejos canudenses, “povo de Canudos”, especialmente no período da guerra contra o exército brasileiro.

Tal discurso atingia, assim, diretamente os que se reuniram em torno da pregação do peregrino e com ele criaram Canudos e a defenderam até a morte. A identificação e exploração dos textos *Dores de Maria* referidos acima serão feitos por meio de uma discussão sobre a articulação entre as estruturas e conjunturas, aspectos psicológicos, culturais, e religiosos que influenciaram os escritos desse líder. No trato das prédicas acima referidas, descreveremos a sua estrutura discursiva, sua função e as de cada parte, vocabulário, expressões etc.

No presente trabalho, discutiremos as fontes nas quais o Conselheiro “bebeu” a teologia, a espiritualidade e a visão de mundo que elabora e propõe nas “*Dores de Maria*”. É nosso intuito submeter essas prédicas à análise de conteúdo, segundo a chave-de-leitura proposta na metodologia, procurando estabelecer as relações do conteúdo contido nelas com as situações de injustiça social então existentes no Sertão nordestino entre os canudenses no momento da guerra especificamente.

Um dos grandes tópicos dos estudos sobre Canudos (Belo Monte), que sempre esteve vinculado às ideologias que marcam as interpretações sobre o movimento, é o tipo de personalidade (mentalidade) que permeava a ação e o discurso de Antonio Vicente Mendes Maciel. Autores como Euclides da Cunha, João Brígido e outros que testemunharam os episódios da Guerra, o tiveram como fanático; os marxistas Facó e Edmundo Muniz, o viram como líder camponês; outros como Maria Izaura Queiroz, José Luís Fiorin, como líder messiânico.

Um dos nomes atuais que tem oferecido argumentos interessantes sobre os estudos de Canudos é o Prof. Dr. José Maria de Oliveira Silva, que em seus trabalhos sobre Canudos, inclusive sobre as prédicas (SILVA, 1994, 1996 e 2005), tem posto em cheque as várias categorias nas quais tentaram enquadrar o pregador do Sertão. Fazendo referência ao que foi descrito no parágrafo anterior podemos colocar as palavras de Silva (1996, p. 34):

O balanço das principais versões sobre o movimento canudense após 1940 não teve o intuito de traçar uma história da Guerra de Canudos e suas razões, mas sim, de abordar a historicidade de múltiplas interpretações em diferentes campos e linguagens. Interrogando o passado com questões ligadas ao presente, a história de Canudos vem sendo reescrita e debatida a cada geração, mudando com o tempo os paradigmas e as categorias explicativas.

Geralmente, com as denominações dadas a Antônio V. M. Maciel, (Conselheiro), vem a reboque as categorizações do movimento e dos que dele participaram.

Depois de Cunha, os dois pólos significativos de explicação do movimento *messianismo* e *revolução camponesa* – ampliam o debate histórico. O primeiro, retomando a tradição messiânica descrita nos **Sertões**, mas, ao mesmo tempo, distanciando-se dos preconceitos do determinismo geográfico e racial do passado, privilegiou a análise do confronto cultural entre a civilização e o sertão. A partir das abordagens sobre o milenarismo, messianismo, sebastianismo em Canudos, buscou-se reconstruir a cultura sertaneja, sobretudo, as crenças populares tradicionais da região (SILVA, 1996, p. 35).

Tem-se procurado interpretar o movimento de Belo Monte, libertando-o do caráter totalizante de certas categorias que se por um lado ajudaram e ajudam a compreender o movimento e a figura do Conselheiro e seus seguidores, por outro, em alguns momentos, comprometem uma visão plural e ao mesmo tempo global do movimento, dos participantes e de seu líder. Assim, criando anacronismos, ortodoxias e preconceitos, sobre a figura do mesmo e de seus seguidores.

Os estudos sobre Canudos baseados em uma nova epistemologia do conhecimento<sup>2</sup> e sua repercussão sobre o método da História, da Sociologia, da Antropologia, e outras ciências, têm trazido novidades teóricas que procuram amenizar os efeitos negativos que a categorização traz a interpretação da figura do Conselheiro, do movimento e dos Canudenses.

O Prof. Eduardo Hoonart, por exemplo, tem em seus trabalhos: “Anjos de Canudos” e “Conselheiro o negociador do sagrado”, dado algumas pistas de como entender integralmente e ou globalmente, o líder, seu povo e seu movimento. Em Anjos de Canudos, Hoonart fala de Conselheiro como um líder popular:

Prega a “doutrina comum” da sociedade em que vivemos... O Conselheiro deve ser entendido como agente de classificação dos desclassificados, negociador de uma modernidade respeitosa dos valores ancestrais (HOONART, 1998, p. 23).

Em “Negociador do Sagrado”, o autor fala do peregrino como um Pedagogo astucioso, que articula o conhecimento e a doutrina cristã clássica com a religiosidade popular do sertanejo. Hoonart :

Proponho contemplar a figura de Antônio Conselheiro por um prisma um tanto diferente do clássico. Afinal, se Gustavo barroso o tratou de criminoso; João Brígido, de “monomaníaco”; Euclides da Cunha, de fanático; Maria

---

<sup>2</sup> Os Convencionalistas, e os que defendem o Paradigma da Complexidade, têm pesquisado e argumentado que os fenômenos, tanto naturais, quanto os sociais são providos de uma complexidade irreduzível cientificamente (SOMMERMAN, 2006; FEIJÓ, 2003).

Isaura de Queiroz, de Messias; José Calasans, de líder “conselheirista”; Rui Faço, de líder socialista; o Barão de Geremoabo, de comunista, porque não apresentá-lo como negociador do sagrado um homem de fronteira entre diversas maneiras de se viver o sagrado no sertão nordestino no final do século XIX (HOONAERT, 2001, p. 39).

Certamente o Conselheiro não foi qualquer homem nem qualquer religioso. Além das teorias acadêmicas, ele foi “um daqueles que em uma das mãos empunha escritos sagrados e na outra as últimas notícias sobre seu povo”. Seria Antonio V. M. Maciel um teólogo no sentido *latu sensu*<sup>3</sup> do termo? Teria ele estudado, interpretado e aplicado os conhecimentos das sagradas escrituras no seu ambiente social, cultural e histórico? Por que o Conselheiro escreveu as Prédicas? Será que o Discurso das Prédicas “Dores de Maria”, é exclusivamente religioso? Uma indagação nos impulsiona nessa investigação: como o Discurso das Prédicas “Dores de Maria” mostra que a figura (personalidade) do líder de Belo Monte vai além das categorizações psicológicas, sociais antropológicas e religiosas e lida com preocupações com as injustiças sociais?

Fiorin também analisa o Discurso de Conselheiro nas Prédicas. Embora sua análise seja pioneira e traga uma gama de informações pertinentes e inéditas sobre os escritos do mesmo, o estudioso não leva em conta aspectos específicos das prédicas como o fato de sua produção começar logo após a primeira expedição<sup>4</sup> e o fato da teologia veiculada pelas Prédicas não ser a teologia geral do cristianismo e sim uma teologia Católica popular, na qual a natureza humana de Maria equivale a natureza humana de Cristo.

Reafirmando, tal pensamento é possível identificar nas Prédicas “Dores de Maria”, essa questão da comparação entre Maria e Jesus no âmbito do sentimento e da Natureza humana de ambos (NOGUEIRA, 1978, p. 101-102).

Se a dor da Senhora está em proporção com o amor que ela tem a seu Filho, e sendo este amor inefável, nas mesmas circunstâncias está o seu penar, o qual a oprime na sua soledade, a atormentar e martiriza de modo descomunal. Ninguém como ela conhecia quanto aquele Filho merecia ser amado, como Maria sentiu a ingratidão dos homens. Não há, portanto dor que iguale a esta dor, e a Senhora lança para nós suas vistas lagrimosas, pedindo-nos que dela tenhamos compaixão: Ao menos vós diz Maria, que

---

<sup>3</sup> Teólogo é todo aquele que interpreta o mundo com conhecimentos extraídos da religião especificamente dos escritos tidos como sagrados. O teólogo é aquele que deseja ser os olhos da razão dentro de uma experiência que normalmente só pode ser vivida sem questionamentos, ou seja, na fé, que não questiona, não interroga, apenas crê (CONSELHO FEDERAL DE TEÓLOGOS). Todo crente pelo fato de ser homem é simultaneamente teólogo (DORADO, 1992. p. 15). Segundo Câmara Cascudo, o sertanejo é por natureza um teólogo, uma vez que é do seu feitio palestrar sobre os mistérios da vida e os escritos sagrados (SILVA, 1996).

<sup>4</sup> A primeira Expedição ocorreu em 19 de novembro de 1896, acampamento das forças públicas no Arraial de Uauá, a 114 quilômetros de Canudos. As Prédicas começaram a ser escritas no povoado de Belo Monte província da Bahia em 12 de janeiro de 1897 (NOGUEIRA, 1978).

sois meus filhos, tende de mim piedade. Como Mãe tinha o direito de o mandar, mas prefiro pedir-vos, para que os vossos corações se comovam e sintam comigo a morte do meu Jesus. Ah! privada daquele querido Filho, para quem estenderei as minhas mãos, senão para aqueles a quem ele me entregou antes de expirar na cruz? Tende, portanto compaixão de mim tende piedade do coração da mais aflita das mães (Prédica 28: Dor da Senhora em sua soledade - Terceiro ponto).

Dessa forma, se por um lado o trabalho de Fiorin nos introduz na análise das prédicas o que é importante, pois nos deixa uma diretriz; por outro, a maior importância dada às estruturas em detrimento da conjuntura e da situação específica leva o lingüista a fazer algumas afirmações categóricas que não condizem ou mesmo contradizem fatos históricos.

Silva (2005), em *Prédicas em debate*, discute que Fiorin ao colocar a passividade “obediência, submissão” dos Canudenses pregada no Discurso do Conselheiro não explica o porquê da reação contra o Estado brasileiro, empreendida pelos Canudenses até a morte. Silva pode ter em mente que a perspectiva de Fiorin quanto à religião não é positiva no sentido de ser uma reação ao estado de injustiça no qual vivia os Canudenses em relação ao Estado.

Em uma perspectiva positiva, Otten escreve sobre as prédicas do Antônio V. M. Maciel, fazendo uma descrição do conteúdo religioso, porém, ao comentá-las, diz haver contradição e confusão na teologia do Conselheiro, atribuindo as “falhas” ao fato dele ser leigo. Isto indica que também Alexandre Otten, igualmente aos outros já citados, partiu de concepções prévias sobre o Conselheiro.

Segundo Otten (1990, p. 232), “não é de se esperar que o Conselheiro, como uma simples pessoa religiosa leiga, desenvolva todo um sistema teológico coeso”. O autor ainda afirma que “há uma multiplicidade de pensamentos e exortações que dificultam a descrição resumida do material, mas que faz referência ao grande esforço redatorial do beato, mesmo quando continua coexistindo um grande número de elementos diversos” (OTTEN, 1990, p. 211).

É fato que o Conselheiro não é formalmente teólogo nem erudito, portanto, não poderia ter domínio formal das técnicas específicas dessas atividades. Então, pode-se inferir da situação e do contexto no qual foram escritas as prédicas que o objetivo do Conselheiro não era escrever um tratado teológico ou algo parecido, nem muito menos queria ele provar sua erudição, mesmo assim, de certa forma, sem ser sua intenção fez uma coisa e outra. O queria o Conselheiro com suas prédicas?

Atualmente, Canudos, Conselheiro e o povo sertanejo já não têm sido alvos de interpretações científicas preconceituosas de caráter negativo como fora na época dos

positivistas. Porém, vale salientar que as interpretações, a base de categorizações rígidas, são parciais e trazem o incômodo do estigma, dos preconceitos, mesmo que muitas vezes o autor considere positiva a categoria na qual enquadrou o movimento, o povo e o líder. O ser humano é receptivo a vários adjetivos (categorias) simultaneamente. Assim como Otten, Nogueira também vê o Conselheiro como “apenas homem de fé”.

Quem lhe conhece a vida e quem ler sua obra não poderá repetir nunca a balela de que foi religioso fanático. Humilde, penitente, operoso, piedoso, é apenas homem de fé... Se da outra parte, da parte dos que o seguiram, havia fanatismo era em relação a sua pessoa. Isto é a coisa mais comum, pois ele era chefe. O grande chefe suscita sempre, em todas épocas e em todos lugares, fanatismo em torno de sua pessoa. Tal fanatismo, porém, não é religioso (NOGUEIRA, 1978, p. 37).

As posições de Ataliba Nogueira e Alexandre Otten em suas pesquisas, embora posições favoráveis ao caráter religioso do Conselheiro, são posições partidárias, parciais que mesmo sendo inferidas dos textos do Conselheiro, podem ser analisadas também por um viés negativo uma vez que nem todos aceitam a religião como fator positivo. Uma questão interessante do trecho acima de Ataliba Nogueira é o fato de haver uma transferência do fanatismo que nas primeiras interpretações era adjetivo de todos os canudenses, principalmente de Conselheiro. Para Nogueira, se houver algum fanatismo não é por parte do Conselheiro e se o povo que o segue for fanático, é em relação à pessoa do Conselheiro, portanto nem seria um fanatismo religioso. Não se pode dizer que seja uma falácia, porém é uma posição parcial que categoriza o Conselheiro como homem essencialmente religioso. Isso entra em contraste com as “categorias” de fanáticos, revoltosos, messiânicos, revolucionários entre outros<sup>5</sup>.

Sendo o objetivo central deste trabalho buscar as relações existentes entre o pensamento religioso de Antônio Conselheiro e o contexto social e histórico em que foi formulado, em busca de indícios da percepção do fundador de Canudos em relação à questão das injustiças sociais e seu posicionamento, enquanto líder, em relação à questão da superação dessas injustiças, três são os autores que servirão de guias nessa tarefa: José Maria de Oliveira Silva, Eduardo Hoornaert e Laurence Bardin.

Do ponto de vista epistemológico, os escritos de José Maria de Oliveira Silva e Eduardo Hoornaert servirão para embasar a idéia de que, tanto Antônio, quanto grande parte de seus seguidores ou mesmo a maioria deles tinha consciência da situação de

---

<sup>5</sup> Adjetivos (categorias) incorporados pelas várias correntes teóricas que escreveram sobre Conselheiro, Canudos e os sertanejos (HOONAERT, 2001).

marginalizados, vítimas de injustiças sociais e que usaram de forma consciente e ou inconsciente a religião para enfrentar a realidade. Por que foi a religião o melhor instrumento de mobilização e ação, em busca de uma vida melhor? Para Silva, os escritos sobre Canudos estão relacionados a projetos e ideologias de determinados grupos que, hora têm menores, hora maiores destaques (poderes) no cenário nacional. Por que o próprio movimento de Canudos não pode ser entendido como um projeto ideológico consciente e ou inconsciente de um grupo (os sertanejos seguidores de Conselheiro)? Para Hoornaert, a religião popular tem características menos secularizantes que o catolicismo popular. Seria a intervenção mediadora (negociadora) do Conselheiro uma tentativa consciente de preparar os sertanejos para uma sociedade diferente (mais secularizada)? Qual a real diferença entre o Conselheiro, suas convicções e o povo que o seguiu?

Do ponto de vista metodológico, serão usados principalmente os instrumentos conceituais propostos por Laurence Bardin na obra “Análise de conteúdo”, de 1994. Esses instrumentos terão a tarefa de desvendar como a, “supostamente”, passiva e religiosa mensagem das prédicas Dores de Maria era um mecanismo mobilizador de grupos e impulsionador de ações antagônicas à marginalização e às injustiças sociais. Os instrumentos interpretativos da análise de conteúdo podem inclusive fornecer informações para se desvendar as contradições que escondem possíveis pretensões nos escritos do Conselheiro e as possíveis interpretações de seus seguidores. A análise do conteúdo das prédicas pode nos dar condições para inferir sobre o grau de interlocução entre mundivisão do Conselheiro e a dos seus seguidores, podendo descrever melhor que propostas eram as do líder, quais as dos seguidores, como elas se relacionavam e quais as possíveis conseqüências dessa junção.

Silva, doutor em História Social, analisa a bibliografia sobre Canudos, classificando em várias correntes as interpretações dos que escreveram sobre o movimento e a relação dessas com o contexto sócio-histórico no qual escreveram. Hoornaert, um dos fundadores, com Enrique Dussel, da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe, autor de “Anjos de Canudos” e de “Conselheiro, o negociador do sagrado”, trabalha a história de Canudos levando em consideração não somente os aspectos sociológicos, mas principalmente a antropologia do povo canudense e a relação desse povo com seu líder, de *ethos* semelhante, porém de formação intelectual diferente e de certa forma privilegiada.

Pretende-se submeter as 29 prédicas à análise de conteúdo, procurando estabelecer as relações desse conteúdo com as situações de injustiça social então existentes. Por análise de conteúdo, entende-se o “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Visa obter indicadores que permitam a “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção” das mensagens, a fim de auxiliar na interpretação social dos conteúdos. Uma das características que define a análise de conteúdo é que ela não apenas quer saber “o que se diz”, mas “o que se quis dizer”, com a mensagem (BARDIN, 1994, p. 38).

Nesse caso, interessa-nos principalmente o que o Conselheiro não disse conscientemente, ou porque não quis dizer ou porque não percebeu que seria dizível, mas acabou dizendo nas entrelinhas e que, portanto, pode ser reconstruído a partir de uma análise atenta e inteligente. A análise de conteúdo esteve presente desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os antigos escritos, como tentativas de interpretar os livros sagrados. Porém só no século 20, foi sistematizada como método, devido aos estudos de Leavell sobre a propaganda empregada na Primeira Guerra Mundial, adquirindo dessa forma, o caráter de método de investigação (TRIVINOS, 1987).

De acordo com Bardin (1994, p. 101), “os resultados brutos serão tratados de maneira significativa”, pois cabe ao analista propor inferências e adiantar interpretações dos objetivos previstos ou que digam a descobertas inesperadas. O autor ainda explicita que a técnica que oferece uma avaliação e uma análise objetiva poderá possibilitar e revelar aspectos materiais que podem escapar de uma ou outra forma ao jugo da compreensão de um determinado caso, enfatiza Bardin (1994, p. 18).

De acordo com Alencar (2002), a utilização do conceito da análise de conteúdo, a partir do paradigma interpretativo, implica a definição do que se entende por ação, ator social, fins (metas ou objetivos), meios, condições e situação, também denominada ambiente ou contexto. Dessa forma, deve-se retornar ao esquema dos componentes da ação.

O Ator Social é o agente que desenvolve a ação e pode ser um indivíduo ou uma coletividade (ator coletivo), na nossa pesquisa, tanto Antônio Conselheiro, quanto os seus seguidores; os Fins (metas ou objetivos) são estados futuros que o ator ou atores querem atingir e, por isso, desenvolvem a ação, tais como - a luta pela diminuição das injustiças sociais por meio da produção das prédicas por Conselheiro e a interpretação das mesmas pelos Canudenses; os Meios são componentes da situação sobre os quais o ator julga ter controle e que ele pode utilizar (ou deseja utilizar) para alcançar o seu objetivo, aqui temos as prédicas de Antonio Conselheiro como objeto para atingir a “evangelização” e diminuição das injustiças sofridas pelo povo; as Condições (obstáculos) são os elementos da situação que impedem, limitam ou condicionam a concretização do objetivo da ação, nesse aspecto temos,

por exemplo, as condições de miserabilidade do povo, que muitas vezes, impediam a assimilação satisfatória da mensagem passada nas prédicas; a Situação é a parte do mundo onde o ator atua, ela é formada de objetos de orientação que podem ser de natureza social (outros atores, sendo estes individuais e ou coletivos), física (elementos da natureza e os componentes materiais da cultura) ou cultural (componentes do ambiente que são criações mentais dos seres humanos).

Então teremos um estudo panorâmico sobre o contexto histórico, geográfico, social e cultural do sertão no qual Conselheiro atuou, com o objetivo de, por meio da análise do conteúdo das prédicas Dores de Maria, compreender a atuação do Conselheiro e seus companheiros na busca por justiça social. Apoiar-se-á, para este trabalho, principalmente na História Social de José Maria Oliveira Silva, na Antropologia e Sociologia religiosas de Eduardo Hoonert e na Análise de conteúdo de Laurence Bardin na decifração das prédicas “Dores de Maria” de Antônio Vicente Mendes Maciel.

# 1 AS INJUSTIÇAS DA SOCIEDADE: PASSADO, PRESENTE E FUTURO, NUM PAÍS DE CONSELHEIROS E CANUDENSES

## 1.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-GEOGRÁFICO-CULTURAL

Não se pode desprezar o contexto social, histórico-geográfico e cultural que envolveu a pregação, o “arrebanhamento das ovelhas”, a chegada à “terra prometida” e o desfecho da história do Conselheiro e do Belo Monte. Os autores que escreveram e escrevem sobre Canudos não desprezaram esses aspectos.

Começando por Euclides da Cunha, é possível colocar que a divisão interna da obra é fruto da influência sofrida por este pelo historiador francês Taine, o qual formulou no seu livro *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863) a concepção naturalista da história-teoria que defendia que a história é determinada por três fatores: meio, raça e momento. Tal concepção naturalista foi seguida por Euclides da Cunha ao dividir “Os Sertões” em três partes correspondentes aos fatores de Taine: *A Terra*, *O Homem* e *A Luta*<sup>6</sup> (SILVA, et al., 2007).

Se ele, um dos pioneiros nos estudos e escritos sobre Canudos, não negou o papel do ambiente social, histórico, geográfico e cultural na origem do movimento como os outros poderiam? Porém, se “Os Sertões” estava impregnado do determinismo geográfico, supervalorizando o aspecto geográfico-espaço-ambiental na vida humana; os Marxistas impregnaram-se do economicismo, da teoria da luta de classes, supervalorizando as estruturas e conjunturas econômico-sócio-históricas; bem como outros se impregnaram de antropologismo denominados: messianismo, milenarismo e até sebastianismo, supervalorizando o aspecto cultural na vida humana.

São muito variadas as orientações assumidas pelas leituras distintas que *Os sertões* de Euclides da Cunha já suscitou e continua estimulando. O leque das perspectivas diversas de leitura é aberto pela deliberada multiplicidade discursiva do texto. Ele é lido ora como obra

---

<sup>6</sup> A primeira parte, *A Terra*, descreve o cenário geográfico em que se desenrolou a ação. A segunda parte, *O Homem*, completa a descrição do cenário geográfico com a narrativa das origens sociais de Canudos, da gênese do jagunço e, principalmente, a de seu líder carismático, Antonio Conselheiro. A terceira parte, *A Luta*, é a mais importante, constituída da narrativa das quatro expedições do Exército enviadas para sufocar a rebelião de Canudos, que reunia jagunços e cangaceiros (CUNHA, 1993).

literária, ora como trabalho historiográfico e como discurso de ambição científica, ainda que os padrões supostamente científicos abraçados por Euclides, como o evolucionismo, teorias raciais e outros assemelhados já não sejam, nos dias de hoje, aceitáveis como legítimos parâmetros no campo das ciências sociais e antropológicas (MENDES, ZILLY e LIMA, 2001).

As estruturas e as conjunturas têm seu papel em qualquer fenômeno histórico, seja em grande escala (espacial e temporal) como é o caso da secularização-laicização do século XVI ao XIX, e a reação da Igreja Católica a esse processo, empreendendo o Concílio Tridentino e a famosa Romanização. Outro aspecto estrutural e básico é a história da ocupação do sertão nordestino e dentro desse, o papel dos missionários da Igreja Católica, dos missionários leigos e eremitas ermitãos. Existem em meio às estruturas e às conjunturas globais e externas, outras, em escalas locais e próximas no tempo, tão importantes quanto e que devem ser levadas em consideração.

As conjunturas se constituem de elementos sociais, histórico-geográficos e culturais mais flexíveis e aproximados dos acontecimentos e da vida. As modificações sociais relacionadas à Proclamação da República, ao Coronelismo republicano, as secas entre 1850-1893, são exemplos de alguns elementos conjunturais que influenciaram o movimento de Canudos, bem como suas interpretações. Tudo indica que, nesse caso, a pergunta não é qual estrutura ou conjuntura é mais relevante, e sim, como se articulam as várias estruturas e conjunturas, ou seja, quais os resultados da articulação dialética desses elementos estruturais e conjunturais: sociais, histórico-geográficos e culturais.

Há uma circularidade na compreensão e na interpretação de textos literários que também se faz presente nas ciências sociais. A lógica de interpretação, tanto num caso quanto em outro, é irremediavelmente circular, uma vez que a parte não pode ser compreendida sem o todo, isto é, os dados e conceitos não podem ser compreendidos sem a teoria e o contexto, ao mesmo tempo, estes últimos dependem, eles mesmos, da relação entre dados e conceitos. A aparente circularidade parece insolúvel, porque pensamos tradicionalmente em ciência apoiados na lógica formal, enquanto a compreensão é um processo mais complexo. No entanto é dela que nos valem em situações cotidianas (FEIJÓ, 2003, p. 119).

Quando bem observado, entende-se que Canudos não foi simplesmente um movimento social, mas um grande fenômeno da História social do Brasil e quiçá da História social do mundo<sup>7</sup>. O que se tem visto nos estudos deste movimento é uma multiplicidade de

---

<sup>7</sup> Canudos é abordada em mais de 400 obras. Ver o mais completo site sobre a história de Canudos. Disponível: [www.portfolium.com.br](http://www.portfolium.com.br), acesso mar. 2007. *Os Sertões* de Cunha é traduzido para dezenas de países,

abordagens permissíveis e mais ou menos aceitáveis. Os enfoques sociais e histórico-geográficos para atingir alguma proximidade com o que foi a vida e a história dos sertanejos canudenses e seu líder precisam articula-se com a antropologia dos sertanejos canudenses. No entanto, é de suma importância não esquecermos o aspecto da transcendência que é a capacidade humana de dar sentido à vida empreendendo uma luta consciente e ou inconsciente contra os elementos desarticuladores da vida material e dos valores populares da época. Afinal de contas, a razão humana não é exclusivamente da ordem *material*, mas também da contemplação, inclusive da contemplação de si próprio (que tipo de homem não dá o mínimo de credibilidade a si próprio). Essa é uma característica humana que vai de encontro a qualquer tentativa de enquadrar o homem em categorias absolutas.

Canudos traz uma análise do Brasil como nação, como geografia física e cultural, como formação social e étnica, mostrando a importância dos valores estéticos, e o valor ético apreendido na indignação em relação à injustiça atroz praticada paradoxalmente em nome da justiça e da razão, contra os seguidores de Antônio Conselheiro (LIMA, 1997).

Para resolver a problemática das categorizações sobre Canudos recorreremos a Filosofia com essas perguntas: O homem é um animal racional? E os sertanejos que lutaram ao lado do Conselheiro são racionais? O homem está em um contínuo devir, (vir a ser), os sertanejos canudenses estão excluídos desse contínuo devir? Qual o lugar da racionalidade, do arbítrio, da vontade dos canudenses nas teorias rígidas e categorizantes que interpretam o movimento?

---

existem referências sobre o movimento em várias obras de origem internacional, além de alguns estrangeiros que se interessaram e escreveram sobre Canudos. Um exemplo é Robert Levine.

## 1.2 DISCUTINDO ESTRUTURAS, CONJUNTURAS E ARTICULAÇÕES<sup>8</sup>

### 1.2.1 Protestantismo e Laicização dos séculos XVI ao XIX

Fiorin (1985) aponta ser a doutrina do Conselheiro de inspiração tridentina, afirmação sobre a qual não fazemos oposição total. No século XVI, o Concílio de Trento foi consequência direta da reforma protestante, movimento religioso que inaugura à perspectiva da religião de consciência, em contraposição a perspectiva coletiva e institucional da religião católica. Essa questão é de suma importância, pois dela desdobram-se várias consequências que chegam ao contexto social, histórico-geográfico e cultural no qual Antônio Conselheiro pregou e mobilizou uma enorme quantidade de pessoas, que juntos produziram a história de Canudos.

Podemos, então, citar três desdobramentos da reforma do século XVI, que estão relacionados com o discurso e a atuação física do Conselheiro: o combate pela Igreja Católica, o combate contra as novas seitas protestantes e a laicização da sociedade e do Estado, estando os outros aspectos diretamente ligados a estes. É importante ressaltar que o protestantismo neste período era visto pela Igreja como uma seita ou heresia. Porém, o aspecto formal dessa questão é neste caso menos importante, pois o que realmente vai pesar no dia-a-dia, são as questões que serão desencadeadas por conta da disputa e ou concorrência entre católicos de um lado e protestantes e os partidários do Estado laico de outro.

Segue abaixo os desdobramentos citados da reforma protestante do século XVI, o entendimento dessas questões é de suma importância para compreendermos as idéias de Conselheiro.

#### 1. Separação entre Religião e Estado: Contestação tanto dos defensores da

---

<sup>8</sup> As estruturas são sistemas de relações ou um conjunto de sistemas ligados uns aos outros, cujos elementos não têm valor fora das relações do conjunto concebido por uma argumentação do conhecimento. O mesmo pode se dizer das conjunturas, com uma distinção básica, enquanto as estruturas se referem ao geral, maior no espaço e no tempo, as conjunturas se referem ao específico, com menor abrangência espacial e temporal. O dicionário Globo coloca estrutura como: disposição e construção de um ... ; disposição espacial das partes de um todo; distribuição e harmonia das partes de uma...; composição; arranjo... Já a conjuntura é: concurso de circunstâncias; encontro de acontecimentos; situação...; circunstância; ensejo; ocasião; oportunidade (FERNANDES, LUFT & GUIMARÃES, 1995). A nossa discussão envolvendo os termos estruturas e conjunturas embora esteja ligada aos conceitos formulados pela sociologia não estão diretamente ligados a essas categorias. O uso desses vocábulos está ligado a função didática, argumentativa e explicativa do trabalho em questão.

laicização quanto dos protestantes em relação a costumes e dogmas essenciais e antigos da Igreja arraigados no seio do Estado, do povo e que tinha de certa forma uma função na sociedade dos sertanejos. Questão também ligada ao catolicismo de um caráter coletivo/institucional X um protestantismo que tem um caráter mais individualista, que cria uma religião de consciência, ou seja, religião não como uma instituição e sim uma forma de se relacionar com Deus.

2. O Conselheiro, por ter cultura essencialmente católica não aceitaria jamais a redução dos sacramentos: Os Protestantes tratavam o casamento, como uma instituição de segunda ordem, pois a maioria dos reformadores negavam vários dos Sacramentos, inclusive o casamento que para a maioria deles é secular, isto é eles tratavam o casamento como um contrato. Uma das bandeiras de luta do Conselheiro, falando religiosamente, era a manutenção do casamento enquanto sagrado. Para Conselheiro poder atingir os objetivos do povo e os seus, precisava de coesão social e ou coesão do grupo, porém este objetivo não seria alcançado com uma postura individualista, caráter mais acentuado no protestantismo. E esse individualismo no matrimônio secularizando-o, tirando-lhe o caráter sagrado, seria também um grande empecilho ao projeto de coletividade religiosa proposto por A.C. aos sertanejos.

3. Equiparação de Maria a uma mulher comum: Outra questão de suma importância que ajuda no entendimento do Discurso e da ação do Conselheiro e dos sertanejos estando ligada com o processo de secularização-laicização e principalmente com as idéias propagadas pelo protestantismo é o papel de Maria no processo de redenção da humanidade<sup>9</sup>. Os protestantes vêem em Maria apenas um instrumento de Deus, enquanto os de tradição católica a vêem como a própria mãe de Deus.

Cada uma dessas questões traz conseqüências para a vida material das pessoas influenciando no dia-a-dia. No caso dos sacramentos e também no caso de Maria, poderia não haver uma consciência teológica sobre essas questões do ponto de vista do Conselheiro e do povo sertanejo, porém é fato que a supressão de determinados sacramentos e do caráter divino de Maria são elementos que jogam diretamente a favor da secularização do mundo. Isto vem a diminuir o raio de influência da Religião e ou do conhecimento religioso e, no cotidiano, na vida prática, é um elemento que causa confusão no entendimento que as pessoas produzem sobre o mundo, ainda mais sendo este um mundo de tradição religiosa e especificamente tradição católica popular.

É possível constatar alguns aspectos, da reação católica referente às questões mencionadas acima, pelas palavras de Câmara Neto (2007):

Desde o século XVI a Igreja européia encontrava-se abalada, e os Papas

---

<sup>9</sup> Fiorin (1985) ao analisar as Prédicas, não se detêm nas prédicas “Dores de Maria” de uma forma específica. Desconsidera assim o viés popular da pregação do Conselheiro e analisa as prédicas considerando o cristianismo na perspectiva protestante, onde Maria tem uma menor importância, isto é, ela é igualada a uma mulher comum.

realizam um verdadeiro tour de force, mediante uma lenta e gradual centralização nos processos decisórios, para real e efetivamente assumirem a direção da religião católica. As diatribes luteranas em relação ao problema das indulgências geraram, ao longo dos tempos, um imbricamento entre protestantismo e nacionalismo. Jansenistas, nos séculos XVII e XVIII, pugnavam contra os objetivos centralizadores do Concílio de Trento (1545–1563), enquanto que o galicismo de Bossuet, em meados do século XVIII, influenciado pelo liberalismo, afastava-se das orientações papais. O Concílio Ecumênico de Trento marca uma das principais etapas da Contra-Reforma católica, respondendo a um desejo de reforma da Igreja, pois “não era outra coisa que se reivindicava em todo o mundo cristão e cada vez com maior urgência.” Absorvidos pelo mecenato artístico ou pela defesa de seus interesses de príncipes temporais e preocupados em evitar uma ressurreição da doutrina conciliar, os papas da Renascença não haviam sabido responder a esse apelo, facilitando assim os progressos da reforma protestante.

A legitimidade religiosa e política do catolicismo no Brasil é o resultado de um longo processo, que acompanha a própria história do Brasil, desde 1500. O poder estabelecido no período colonial promoveu um modelo de Catolicismo conhecido como Cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural. A crise desse modelo é iniciada, simbolicamente, em 1759, com a expulsão dos jesuítas e com a progressiva hegemonia da nova mentalidade racionalista e iluminista (AZEVEDO, 2004).

Na “luta” para garantir a unidade político e religioso da Igreja, foi desencadeada uma operação estratégica que tinha como principal função garantir o controle de Roma sobre as Igrejas nacionais, com o objetivo de combater os grupos secularizadores e laicos, além dos protestantes, é claro. É com o enfoque na sobrevivência da Igreja Católica como instituição tal como ela era que a cúpula católica empreendeu esse processo chamado de Romanização.

No ano de 1840, começa um novo período na história da Igreja no Brasil, conhecido como romanização do Catolicismo, voltado à colocação da Igreja sob as ordens diretas do Papa e não mais como uma instituição vinculada à Coroa luso-brasileira. Esse novo período inclui três fases: a da reforma católica, a da reorganização eclesiástica e a da restauração católica (AZEVEDO, 2004, p. 03).

O processo de romanização do catolicismo não se realizou pacificamente. Muitos padres e irmandades leigas tradicionais resistiram ao avanço do poder autoritário da hierarquia, por meio da imprensa ou mediante conflito aberto com o episcopado. Existiam no Brasil grupos nacionalistas e grupos “romanos”, divisão que iria causar muitos problemas para condução prática da “vida religiosa” no Brasil, a começar pelo clero que, dividido, acabou concentrando muitas das suas energias em debates de essência política, esquecendo-se do rebanho e de sua evangelização.

O padroado régio e as “prerrogativas” imperiais no âmbito religioso eram algo que se chocava frontalmente com essa consciência de Igreja. Uma Igreja que se sentia “mestra da verdade” não podia se sujeitar a receber lições do Estado sobre sua missão específica e como regulamentar sua disciplina interna. Uma Igreja, que se tornava mais intransigente quanto à “ortodoxia”, não podia calar-se perante doutrinas que os bispos chamavam de “subversivas” do ensinamento e disciplinas eclesiásticas. Uma Igreja que se unia mais e mais ao “centro” universal de unidade, que era a Sé Romana, não podia sujeitar-se a que o Estado a reduzisse a uma simples igreja nacional (FRAGOSO, 1985, p. 191).

A luta de Conselheiro em relação à secularização-laicização era preocupada com o dia-a-dia dos sertanejos. A questão do vínculo existente entre a Igreja e o poder político atingiu o povo sertanejo e o próprio Conselheiro. A esse respeito podemos citar como exemplo a missão capuchinha<sup>10</sup> que evidencia um desinteresse da Igreja com a religiosidade do povo, no caso o sertanejo Canudense. Esse episódio tem as marcas da idéia que a cúpula clerical tinha em relação a esse pobre povo. É fato que, em primeiro lugar não foi uma idéia advinda de preocupações religiosas, haja vista tenha sido fruto de um pedido feito pelo Governador da Bahia, (Luiz Viana)<sup>11</sup>, ao Arcebispo daquele Estado; Segundo, não foi feito um levantamento da questão e, se foi, não foram considerados os aspectos religiosos que a envolviam; Terceiro, foram mandados dois padres estrangeiros, com idéias preconcebidas e um objetivo específico (aconselhar sobre o fim da comunidade). Ainda para completar, não se pode desconsiderar o discurso agressivo do Frei em Canudos, contido no seu relatório ao Arcebispo. (COSTA, 1993, p. 16-17)

Ao entender o discurso dos capuchinhos corretamente, os canudenses inclusive o Conselheiro poderiam ter tomado uma atitude de desconfiança em relação à cúpula religiosa baiana, pois estava no mínimo implícito que a Igreja lavaria as mãos se não obedecessem aos conselhos para dispersão. Sendo essa hipótese possível, os textos sobre as “Dores de Maria” podem ser considerados uma aclamação ao sacrifício inevitável. Essa hipótese não pode ser totalmente descartada por que as prédicas só começaram a ser escritas após a primeira expedição, que foi barrada em Uauá em novembro de 1896. Com certeza um dos pilares estruturais da Romanização era não criar mais problemas com o Estado secularizado e laico,

---

<sup>10</sup> 13 de maio de 1895 é recebida com fogos no Belo Monte, a Missão Capuchinha, representando a Igreja e o Estado. ... Tempo de festa e louvor no arraial do Bom Jesus. Os dois frades trazem uma ordem: dispersar os moradores. A dispersão encomendada pelas elites era uma prática dos capuchinhos no Nordeste. Desagregar era empurrar aquela população para o “Banditismo Rural” (COSTA, 1993, p. 13).

<sup>11</sup> A missão Capuchinha foi fruto da articulação política do Governador da Bahia e com o Arcebispo desse Estado. Idem.

daí a pouca disponibilidade da hierarquia eclesiástica apoiar ou mesmo dar atenção necessária a questões complicadas em nível político, como o caso de Canudos.

### 1.2.2 Missionários da Igreja Católica

Na coleção, História da Igreja Católica no Brasil, os estudiosos (escritores) afirmam existirem, na tradição missionária católica brasileira, várias vertentes missionárias: umas mais oficiais, conservadoras, doutrinárias e institucionais, ligadas aos interesses da conquista e ocupação do território brasileiro pelo Estado Nacional Português; e outras, mais espiritualizadas, mais sensíveis, progressistas, evangelizadoras (HOORNAERT et al., 1992).

Os autores ainda evidenciam que as primeiras vertentes se, por um lado, colocam-se garantindo a hegemonia da religião católica, com todo seu poder de organização e logística, garantindo ajuda no processo de conquista e administração da colônia; por outro, acabam sendo doutrinadoras que naquele momento não puderam e não respeitaram as particularidades sociais, históricas, culturais e geográficas dos nativos (catequização dos índios). Esses fatos são justamente os que respaldam as críticas de alguns estudiosos, quanto ao papel da Igreja no processo de colonização e ou “civilizatório” do Brasil. Hoonert et al. (1992) salientam que houve, entre outras, duas conseqüências importantes desse processo missionário: uma pedagogia evangelizadora de visitas e outra de convivência. Sobre a pedagogia de visitas dizem os autores:

As santas missões, baseadas na visita de um missionário a uma determinada comunidade humana (lugarejo, vila, fazenda, engenho), foi a fórmula que provou ser a mais realista e a mais adaptada às condições concretas da evangelização no Brasil. Como os missionários eram na sua imensa maioria estrangeiros europeus, eles trouxeram da Europa este método, que na realidade nasceu da tradicional negligência de uma pastoral popular (HOORNAERT et al., 1992, p. 132).

Essa primeira vertente se manterá relacionada principalmente com os administradores da Igreja no Brasil e também vai se vincular à política na busca de salvaguardar os interesses da Igreja Católica no país. Mais tarde, com a romanização, parte desse grupo vai defender interesses ditos nacionais, e outra parte, interesses ditos universais, isto é, defenderem a romanização.

A segunda vertente (pedagogia de convivência) é dada mais aos valores do espírito, mais sensível às questões sociais, é menos doutrinadora e é mais evangelizadora. Embora sendo inexistente do ponto de vista institucional, deixa uma herança importantíssima, é como se fosse o espírito, a alma dos missionários que vieram para o Brasil, do cristianismo ou da mensagem de Cristo. É bem verdade que não podemos dividir radicalmente os missionários em formais e essenciais, pois é certo que as pessoas ou os grupos não são totalmente, nem uma coisa nem a outra. No entanto, didaticamente falando, dois tipos de mentalidade predominaram e esse segundo tipo era em sua maior parte composto por congregações, religiosos mais “próximos” do povo, bem como por missionários leigos e eremitas (HOORNAERT et al, 1992, p. 68-78.).

Na posição de maior proximidade com o povo, os religiosos tinham pouca oportunidade de combater os costumes desse povo de forma intransigente, pois se, por um lado, existiam muitos costumes ditos pagãos e ou fora dos padrões formais da Igreja; por outro, muito maior era a demanda por justiça social, por compreensão religiosa e psicológica. Predominava, assim, nessa vertente, nesse meio, muito mais os pressupostos da comunhão, da caridade e fé, que move montanhas. Sem não supervalorizarmos a mística, vemos que os problemas do dia-a-dia nessa corrente eram resolvidos com os conhecimentos religiosos.

Não se pode dizer que ambas as correntes missionárias respeitassem o nativo integralmente, porém é fato que na perspectiva da convivência e evangelização houve uma experiência de comunhão maior e mais aprofundada levando a uma prática religiosa menos formal, portanto, mais Cristã.

Antônio Conselheiro e os sertanejos são herdeiros dessa segunda vertente evangelizadora que se encontrava de certa forma em contradição com a primeira. Nos primeiros tempos da colonização, não havia muito espaço para o embate entre essas duas, porém, a partir do ano de 1800, jaziam 300 anos de colonização, “a semente já havia sido semeada” queriam agora “separar o joio do trigo”. Uma religião do povo não é bem quista se não estiver submetida a uma autoridade, inclusive formalmente e totalmente. Além de ter uma perspectiva eminentemente evangelizadora Antonio V. M. Maciel não compõe o clero, faz parte da tradição religiosa missionária leiga da qual falam Hoornaert et al. (1992) quando dividem a missão entre os clérigos seculares, não seculares e os religiosos leigos, (Ermitãos, Eremitas e Peregrinos), estando o Beato nesse último.

O movimento da “reforma da vida cristã” nasce no mundo dos ermitões, dos leigos e dos terciários (membros das ordens terceiras) e se estende ao mundo clerical, como acontece diversas vezes na História da Igreja. Imbuídos deste

novo espírito, dois padres seculares partem de Lisboa para Pernambuco nos primeiros anos da segunda metade do século XVII: João Duarte do Sacramento e João Rodrigues Vitória (HOORNAERT et al., 1992, p. 68).

Analisando o “discurso” do Conselheiro sobre a Igreja, comparamos esse “discurso” com sua atitude perante o representante do bispo (Frei Evangelista Monte Marciano). Diante das contradições observadas, é possível supor que ou o Conselheiro fingia ser católico e obedecer às leis católicas, inclusive a hierarquia, dessa forma conhecendo e reconhecendo que na Igreja existia um grupo despreocupado com a situação dos pobres. Ou, então, o Beato seguia a doutrina, mas não reconhecia na prática a autoridade dos que lutavam ao lado dos ricos sem fazer algo pelos pobres. Os estudos sobre Conselheiro mostram que é provável a aceitação da segunda hipótese.

Por fim, podemos afirmar o que diversos estudiosos<sup>12</sup> falaram: ter o cristianismo a semente da secularização, da desmistificação do mundo, onde a laicização é uma consequência desse processo de secularização e desmistificação do mundo. Acreditamos então, ser o raciocínio secular, laico não superior ao raciocínio religioso (mítico), ambos diferem e atendem a objetivos específicos e contextualizados, Antônio Conselheiro usou o raciocínio religioso<sup>13</sup>, porque esse era o que melhor dominava e o mais adequado ao contexto social, histórico-geográfico e cultural em que viveu e atuou na busca de soluções para os seus problemas e os de seus seguidores.

---

<sup>12</sup> Segundo Berger a Secularização é abordada de duas formas, ligadas ou não com as origens cristãs, dependendo da corrente científica que irá abordá-la (BERGER, 2004, p. 118).

<sup>13</sup> O nosso pressuposto é que a religião entre outras coisas, caracteriza-se como um manancial de conhecimentos, disponíveis aos seres humanos. Durkheim em suas “As formas elementares da vida religiosa” tinha como objetivo secundário da pesquisa a gênese das noções fundamentais do pensamento ou categorias, que ele acreditava ser de origem religiosa e consequentemente social (DURKHEIM, 2003, p. 479).

### 1.3 AS INJUSTIÇAS SOCIAIS

#### 1.3.1 A questão das injustiças sociais e Canudos

Os estudos de fôlego, as pesquisas, mesmo as mais aprofundadas sobre Canudos tratam do aspecto da injustiça social no Sertão como algo secundário, se o colocam como básico e ou essencial não se debruçam sobre o aspecto de forma apropriada ao mérito que a questão merece. Nas várias vertentes epistemológicas sobre Canudos, não existe uma específica, que explique o fenômeno com o enfoque na questão da justiça social X injustiça social.

Após Canudos, tivemos Presidentes da República que afirmavam ser a questão social no Brasil “questão de polícia”. Ora se o representante máximo da nação, décadas depois da destruição de Canudos tem essa percepção sobre justiça e injustiça social, como realmente seria a idéia de justiça social no Brasil? Teria o Brasil uma concepção de justiça social? A prática do Estado brasileiro em relação ao povo foi e tem sido justa?

Observando de uma forma geral e global a questão da justiça, ligando-a as questões da equidade e igualdade podemos nos reportar a Rousseau em o “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, no qual ele se coloca criticamente frente à questão das desigualdades e sua relação com a sociedade e o Estado.

Entre os indivíduos, com diversos objetivos e propósitos, uma comum concepção de justiça estabelece os laços da amizade cívica... É a justiça que possibilita coordenação, eficiência e estabilidade sociais. A injustiça é, pois desigualdades que não existem em benefício de todos (RAWLS, 1981, p. 5).

A justiça é como a felicidade social. Uma explicação que seria quase matemática se o sentido da palavra felicidade não fosse tão complexo quanto o de justiça. Desta maneira, deve-se, portanto, perquirir o sentido da palavra felicidade, pois, o que pode ser a felicidade de alguns, pode, também, ser a infelicidade de muitos outros, o que torna o termo felicidade um tanto quanto subjetivo (KELSEN, 1998).

A partir da organização e constituição do Estado, as instituições como família, religião etc, tiveram a necessidade de reorganizar-se, pois o modo de produção comunal vigente anteriormente ao Estado já não era mais o norteador da produção e distribuição dos bens

necessários à sobrevivência da comunidade. Com relação à formação das sociedades, Rawls em sua obra “A Teoria da Justiça, de 1971”, traz uma questão bastante antiga, formulada desde a Grécia Antiga: “quais seriam os fundamentos de uma sociedade justa?”. Uma sociedade materialmente rica não significa necessariamente que ela é justa. Organizações sociais modestas podem apresentar um padrão de justiça bem maior do que se encontra nas opulentas (RAWLS, 1981).

Uma sociedade está em ordem não somente quando se estabelece a vontade de desenvolver o desejável para os seus membros, mas também quando estiver efetivamente regulada por um conceito público de justiça (RAWLS, 1981, p. 28).

A questão das desigualdades e injustiças sociais foi tomando vulto crescente de acordo com as rápidas e profundas transformações das estruturas econômicas, sociais e políticas que ameaçavam as populações do mundo, exigindo a formulação de diretrizes éticas que assegurassem ao homem e à sociedade um desenvolvimento integral e fraterno de suas potencialidades.

A religião teve um papel importante nessas mudanças, pois ela é uma instituição que, além das mais diversas funções, tem a busca por justiça social como de suma importância. Essa busca da Religião, todavia, passa a ter uma relação ambígua com a organização da Sociedade, com a especialização das funções (divisão do trabalho) e com a organização e o surgimento do Estado. Outra função da religião passa a ser a garantia da ordem social-hierarquizada. Na fala de Lima (2007, 01-02), é possível mostrar o que é afirmado acima:

É nos cinco primeiros livros da Bíblia (Lei, Torá ou Pentateuco) e nos livros proféticos que encontramos os principais traços da justiça social; as relações entre os membros da sociedade eram tema que voltava freqüentemente sob a pena dos escritores sagrados. O direito à propriedade particular é plenamente reconhecido; por isso, o furto e a cobiça desregrada de bens alheios são condenados: “Não roubarás... Não cobiçarás a casa do teu próximo, não desejarás a sua mulher, nem o seu escravo, ou a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo.” (Ex 20. 15-17). A lei procurava refrear a ganância dos proprietários, que redundaria em detrimento dos humildes e dos trabalhadores: “Não oprimirás um assalariado pobre, necessitado, seja ele um dos teus irmãos ou um estrangeiro que mora em tua terra, em tua cidade. Pagar-lhe-ás o salário a cada dia, antes que o sol se ponha, porque ele é pobre e disso depende a sua vida” (Dt 24, 14s).

Vê-se que a Lei não faz diferença entre o assalariado compatriota e o estrangeiro e isso demonstra um senso de justiça social. Porém, enquanto a lei, que nesse caso veiculada pela religião procura a justiça, na prática do cotidiano, um grupo específico passa a usar os

conhecimentos religiosos que antes eram integralmente para o grande grupo para manter sua posição de privilegiado. Ora o conhecimento religioso (religião) dominado por uma classe que se aproveita desse não só para barganhar com as classes opostas como, também, para dominar e oprimir os mais fracos. Assim, temos a religião como uma instituição ambígua, se por um lado liberta o homem da animalidade, socializando-o, por outro lado, é usada por um pequeno grupo para garantir a submissão e exploração das “massas”, ou seja, do povo mais pobre.

Apelamos para a Filosofia porque entendemos que a questão da justiça social x injustiça social é tão antiga quanto as nossas origens e mesmo tendo surgido com a formação do Estado, como pensava Rousseau, essas questões vão se tornar contundentes e problemáticas e permanecem ainda nos dias atuais.

De acordo com o que foi evidenciado, a religião não é absolutamente um aparelho ideológico do Estado<sup>14</sup>. Após a apropriação do conhecimento religioso por um grupo, esse passa a administrar as atividades religiosas e também manipular o conhecimento sobre a religião no intuito de garantir seus privilégios. Assim, observa-se que o Estado hierarquizado é essencialmente injusto, pois pressupõe o privilégio de uns em detrimento de outros, sendo a religião incorporada ao Estado como instrumento organizador e justificador. Por outro lado, no Estado de Israel (antigo Reino de Israel), por exemplo, a religião com seu caráter ético era ainda a reguladora, organizadora e a norteadora dos governos e governantes.

A religião nesse caso mostra sua face de defensora da justiça na sociedade, sempre censurando o Estado e os governantes que não cumpriam relativamente bem suas obrigações para com o povo e, principalmente, para com o povo mais “pobre” (ou mais explorado). Essa tradição segundo a qual a “verdadeira religião” é a que fala pelos mais injustiçados, nos chegou através da Bíblia. “Os Profetas são muito severos em relação às injustiças sociais ou à exploração dos pequeninos” segundo evidencia Lima (2007, p. 2). O autor ainda destaca que:

Amós é um dos mais veementes arautos da justiça: “Porque oprimis o fraco e tomais dele um imposto de trigo, construístes casas de cantaria, mas não as habitareis; plantastes vinhas esplêndidas, mas não bebereis o seu vinho. Pois eu conheço vossos inúmeros delitos e vossos enormes pecados! Eles hostilizam o justo, aceitam suborno, e repelem os indigentes à porta!” (Am 5, 11-13). “Vendem o justo por prata e o indigente por um par de sandálias. Eles esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos pobres.” (Am 2, 6s).

---

<sup>14</sup> O Marxismo acusa a religião de ser um aparelho ideológico do Estado essa afirmação não é de todo completamente verdadeira (LESBAUPIN apud TEIXEIRA, 2003. p. 12-34).

Quando os grupos privilegiados ou que estão no comando dos Estados se apropriam do conhecimento religioso e o usam para justificar as situações de injustiça, aí sim a religião é usada como um aparelho ideológico do Estado. Mas, quando o conhecimento religioso é usado seja por um grupo de privilegiados preocupados com a justiça social, ou mesmo por um grupo de desprivilegiados conscientes de sua situação de injustiçados socialmente, então a “Religião” mostra todo seu potencial de justiça e liberdade dentro da sociedade.

O Senhor Deus é o contrário dos grandes homens da terra à medida que sejam venais e injustos. Eis a propósito bela passagem do sábio no livro do Eclesiástico: “Não tentes corrompê-lo com presentes, porque ele não os receberá não te apóies num sacrifício injusto. Pois o Senhor é um juiz que não faz acepção de pessoas. Ele não considera as pessoas em detrimento do pobre, ouve o apelo do oprimido. Não despreza a súplica do órfão, nem da viúva que derrama o seu pranto. Não correm as lágrimas da viúva pelas faces e o seu grito não é contra aquele que as provoca?” (Eclo 35, 11-15).

A maioria das interpretações sobre Canudos e Conselheiro, não levam em conta o caráter positivo do conhecimento religioso, para solução de problemas causados pelas injustiças sociais. E acabam legando posições parciais e às vezes preconceituosas em relação ao caráter religioso do fenômeno, sem considerar o conhecimento produzido por ciências como: a Teologia, a História da Religião, a Filosofia da Religião, a Antropologia e a Psicologia Social que, entre outras, têm contribuído de forma objetiva e científica para a produção de conhecimento sobre fenômenos sociais de cunho popular e religioso.

O cientificismo reducionista acaba por tirar parte dos aspectos que dão sentido ao fenômeno religioso. As várias interpretações parciais acabam ofuscando o sentido integral e ou global do movimento, mascarando realidades mais relevantes do ponto de vista social (da injustiça social). Assim, alguns grupos sociais acabam beneficiando-se de certa forma da teoria, enquanto outros são prejudicados. Geralmente, os religiosos pobres, que acabam recebendo rótulos de fanáticos religiosos, reacionários, religiosos radicais, ignorantes, entre outros. E isso é feito com o respaldo de uma ciência dita objetiva e positiva.

Até os anos 70, a religião ainda é considerada em várias formulações políticas de esquerda, como um dos fatores de alienação das massas e um elemento de entrave revolucionário. No interior da historiografia marxista sobre Canudos, a obra **Cangaceiros e Fanáticos** de Rui Facó (FACÓ, 1958, 1959, 1963) sobre os vários movimentos das massas sertanejas do Nordeste – Canudos, Juazeiro, Pau de Colher e Caldeirão – significou uma ruptura com o modelo de interpretação que, até então, desde Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Lourenço Filho, se apegava ao messianismo e aos fatores raciais (choque de raças) e culturas (choque de civilizações) para explicar a rebeldia sertaneja (SILVA, 1995, p. 13).

Isso se dá porque, conscientemente ou não, muitos estudiosos escrevem influenciados não só pela ideologia dominante, mas também pela tendência psicológico-cognitiva em que se encontram enquadrados ou mesmo engajados, estando ligados assim a ideais específicos. Considerando essas questões e levando em conta que as prédicas são de “conteúdo essencialmente religioso” podemos analisá-las, mostrando os aspectos ligados as injustiças sociais por traz do discurso religioso e dito conservador, pois não necessariamente o religioso é conservador e ou o conservador é religioso. Ainda que seja um religioso conservador, pode-se argumentar também que nem todo conservador é injusto, e nem todo injusto é obrigatoriamente conservador.

Os vários enfoques, as várias formas de abordagem e estudos do fenômeno de Canudos, não contribuem para a compreensão significativa da questão da justiça social X injustiça social. A injustiça social, como iniquidade, tem sido um dos e ou o principal epicentro dos conflitos sociais e até de guerras de proporções internacionais.

Ocorre que quando se coloca academicamente a questão da injustiça social no mundo e no Brasil, nesse caso especificamente uns ou outros grupos de intelectuais se fazem ouvir e se põem a mascarar as injustiças por vários mecanismos ditos científicos.

É óbvio que esse comportamento é fruto da idéia de “todos iguais, mas uns mais iguais que os outros”. Não queremos afirmar com isso que a resposta correta para o surgimento, o desenvolvimento e o desfecho do movimento Conselheirista esteja primordialmente na questão das injustiças sociais no Brasil do século XIX. Entretanto, questionamos o porquê da injustiça social aparecer basicamente em todas as vertentes bibliográficas sobre o movimento e, mesmo assim, nunca ser o enfoque principal de uma obra e ou pesquisa relevante. É certo, todavia, que as injustiças sociais estão no cerne da Questão Canudense.

Os estudos sobre Canudos têm obscurecido essa obviedade, essa conclusão simples. Tudo indica, porém, que a atuação do Conselheiro (sua prática e seu discurso), pode, por uma análise acurada, revelar verdades que já foram ditas por essas interpretações, mas não foram enfatizadas como deveriam.

### 1.3.2 Focalizando as injustiças sociais em Canudos

Nas prédicas “Dores de Maria”, a questão das injustiças sociais está muito relacionada à ideologia e ou visão de mundo de cada grupo, seja ele uma pátria, uma nação, uma denominação religiosa ou uma fração de um desses grupos. Ao analisarmos a ação e o discurso do Conselheiro, percebemos o ponto crucial que diferencia as elites do beato em relação à questão das injustiças sociais que é: o Conselheiro via nas injustiças a ação do homem sobre o próprio homem, e ele afirmava que a justiça divina era contrária a essa situação. Pela aceitação de sua natureza humana e pelo respeito ao direito do próximo e a si mesmo, o homem superaria as injustiças sociais e chegaria à justiça verdadeira (Deus) como fez Maria.

Corroborando nossa afirmativa, podemos nos apropriar das palavras do Conselheiro no Primeiro ponto da Prédica número 2 “Sentimento de Maria por causa da pobreza em que se achava, por ocasião do nascimento do seu Divino Filho” (NOGUEIRA, 1978, p. 56-57).

Completo o tempo predito pelos justos da antiga aliança, nasce de Maria o justo dos justos; e a Senhora, alegrando-se por verde adorar o seu Deus, que quis ser seu Filho, como Mãe extremosa não deixa de sentir o desamparo em que nasce. Com efeito, que mãe, mesmo a mais abandonada da fortuna, deixaria de magoar-se dando à luz um filho cai tão desprezível iscar? Maria, a melhor das mães, dá à luz de modo todo miraculoso: o mais gentil dos filhos dos homens entre brutos e na mais completa pobreza, porquanto o seu leito é rosca palhoça, a manilha em que é envolvido são pobres paninhos, a noite que o cerca é tenebrosa e medonha e o palácio em que nasce seria verdadeiramente desprezado pelo mais vil habitante da terra. Assim, pois, vemos que, se no nascimento de Jesus, Maria tem motivo para alegrar-se, que o desamparo em que nasce causa-lhe um sentimento tão vigio que lhe arranca lágrimas.

A elite via o homem como bom, uma percepção de humanidade e sociedade aproximada e inspirada na sociedade greco-romana e na concepção Rousseauniana de humanidade. No entanto, na prática, não importando suas ações, só eram “homens bons” os cidadãos que compunham a elite dirigente do Estado ou de certa forma ligados a este. Inclusive, essa atitude das elites é observada e de certa forma criticada por Rousseau, que diz:

Parece-me, portanto, certo não somente que os governos não começaram pelo poder arbitrário que não passa da corrupção, termo extremo e que afinal reduz os governos simplesmente à lei do mais forte, do qual foram inicialmente o remédio, mas também que, ainda quando tivessem assim começado, sendo esse poder por sua natureza ilegítimo, não pode servir de base aos direitos da sociedade e, conseqüentemente, à desigualdade de

instituição (ROUSSEAU, 1978, p. 275).

Além dos conflitos históricos, dos problemas geográficos e da incompatibilidade cultural entre os representantes do Estado laico e os sertanejos Canudenses existia uma incompatibilidade na visão de mundo e concepção de humanidade. Dessas situações derivavam também as injustiças sociais ligadas ao direito de defesa que os sertanejos não tiveram principalmente no plano da expressão como se não bastasse à falta de trabalho e remuneração digna; falta de direitos políticos; falta de condições básicas de sobrevivência como: alimento, moradia, saúde física e mental, entre outras. Com relação à questão alimentar, por exemplo, é possível destacar obras como a de Josué de Castro.

Em “Geopolítica da Fome” Josué de Castro trata do fenômeno da fome no mundo dividindo sua análise nos seguintes continentes: América, Ásia, África e Europa. São apresentadas duas linhas principais apontadas pelo autor. A primeira trata da superação do tabu da fome, na qual se tenta demonstrar como a humanidade sempre sofreu com o drama da fome, não importando a época ou a região do globo. Nesse sentido, o autor realiza uma retrospectiva histórica do fenômeno da fome para cada região. A segunda linha principal é a denúncia dos estragos cometidos pelo processo de colonização ao redor do mundo. Josué de Castro indica insistentemente para o fato de que todas as regiões que passaram pelo processo de colonização sofreram e ainda sofrem com o flagelo da fome (CASTRO, 1951).

De acordo com Castro, é possível construir uma imagem diferente do Brasil e do mundo, possibilitando a estruturação de um plano universal de combate à fome, abrindo novos caminhos para aqueles que buscam a correção de desequilíbrios regionais e a eliminação do subdesenvolvimento. Ele ainda faz uma análise política para desvendar a significação e conseqüências do desenvolvimento espacial desigual, mostrando delineamentos conceituais e propositivos que continuam vivos e constituem instrumentos indispensáveis para repensar criticamente a realidade brasileira. Em particular, a nordestina, como de certa forma estava engajado o trabalho de Antônio Conselheiro e os canudenses no Sertão.

O Conselheiro reunia condições ideais nesse contexto para liderar o povo sertanejo canudense frente a essas injustiças. Todo líder acaba de certa forma sendo um representante de um grupo, no entanto, nem todo representante constitui-se um líder, pois aspectos formais para a escolha de um representante muitas vezes anulam a ligação simbiótica e carismática entre um líder e seu povo.

Conselheiro se fez e foi feito líder natural de milhares de sertanejos injustiçados socialmente, a linguagem usada era a mais entendida e adequada ao povo que o seguia. Isso

acontecia em primeiro lugar porque o líder se fazia membro desse povo; em segundo, porque tinha conhecimento além da cultura popular que mobilizava para ajudar esse povo; em terceiro, porque, sensível à situação de injustiça a qual vivia esse povo, traçou objetivos a serem alcançados, tanto no plano social, quanto no plano religioso. Podemos verificar esta afirmativa no terceiro ponto da terceira prédica: “Dor de Maria na circuncisão de seu Filho”.

Outra vez digo: que choremos com Jesus e com Maria, ou antes: choremos os crimes, que têm sido causa de tantas lágrimas. A nossa vida para ser verdadeiramente vida, deve ser animada por aquela que é a vida por essência. E para que o nosso coração goze do celeste orvalho da graça, é preciso que pelas mãos de Maria receba uma, gota do Sangue Divino, que purifica as nossas almas. Sim, minha carinhosa Mãe, fazei-nos esta caridade por muito que nos consideramos indignos de a merecer (NOGUEIRA, 1978, p. 59).

Portanto, três aspectos básicos ligavam o líder a seu povo: empatia, sensibilidade e metas. Empatia – Conselheiro procurava sentir o sentimento do povo e, esses a bondade do líder; Sensibilidade – Ambos tinham a mesma meta, a de sobreviver e viver de uma forma melhor, mais humana; Metas – a razão dessa união foi sem dúvida a busca pela sobrevivência, pela melhor compreensão do mundo e por justiças sociais.

Focalizando claramente as injustiças sociais, que são conseqüências das estruturas conjunturais gerais e específicas, tem-se a completa desigualdade política, econômica e cultural no sertão Nordestino. Enquanto uns pouquíssimos (coronéis) mantinham o poder em suas mãos, valendo-se na prática dos direitos das antigas Sesmarias e das Cartas-de-doação<sup>15</sup>, a maioria, como o povo que acompanhou o Conselheiro, não tinha sequer o direito de sobreviver. Nesta época, prevalecia o que se pode denominar de um tipo de feudalismo no Brasil<sup>16</sup>. Porém, ao que se sabe no sistema Feudal, uma das características principais era que o sistema econômico se baseava no tributo do servo (camponês) em espécie. O servo era, na prática, o detentor da terra e da colheita, pagando tributos referentes à produção. Portanto, se por um lado estava preso à terra, esta era para seu usufruto.

No sertão nordestino, a maioria da população não tem acesso a terra e quando o tem é em condições tão precárias que a tendência é o abandono e a emigração. Nos primeiros tempos de peregrinação do Conselheiro (a partir de aproximadamente 1870), o trabalho no

---

<sup>15</sup> Referencia ao documento que o rei de Portugal entregava aos Senhores que recebiam as terras indígenas para explorar tendo o direito de vida e morte sob todos os que se encontrassem em seus domínios. Tais “direitos” se reproduziam, quando da doação de uma Sesmaria por um senhor a seu preterido (PEREIRA DA COSTA).

<sup>16</sup> Na historiografia Brasileira, alguns estudiosos defendem a tese de que a estrutura social e econômica do Brasil agrário e interiorano assemelha-se e algumas vezes identificam-se com as estruturas feudais (SODRÉ, 1964 e 1983).

Brasil era o trabalho escravo. Kowarick (1994) em sua obra “Trabalho e vadiagem: origem do trabalho livre no Brasil” afirma que esse sistema escravista fazia com que a vida do trabalhador livre ficasse pior que a dos escravos, pois estes garantiam um mínimo de alimentação para sobreviver nas propriedades onde eram escravos. Enquanto muitos trabalhadores “livres” tinham dificuldades de conseguir o mínimo necessário para a sobrevivência, ou seja, para sua alimentação.

Enquanto o rico tinha tudo, o pobre contentava-se com a difícil luta pela sobrevivência, luta desigual e perversa. Porém, ser pobre e encontrar-se na miséria não significa ser cego o ignóbil: o povo vendo e percebendo na pele o descaso e o abandono daqueles que constituíam os poderes públicos e que tinham como obrigação cuidar da população, bradava por algo ou alguém que o defendesse. Nesse contexto, surge Antonio Conselheiro, a princípio dando conselhos (de certa forma psico-religiosos) a fim de amenizar o sofrimento psicológico, depois passou a construir cemitérios, igrejas, açudes e por fim constrói os povoados de Bom Jesus e Belo Monte. Era a “ausência” do Estado e da Igreja oficial sendo ocupada por um homem que tentou ajudar na resignificação da vida destes nordestinos cansados de serem espoliados.

Quando Fiorin afirma que a mentalidade do Conselheiro é de certa forma medieval, surge uma questão interessante, pois os preconceitos criados pela percepção linear da história, ou mesmo da história positivista, podem remeter o leitor ao conceito da idade média como “idade das trevas”<sup>17</sup>. Na perspectiva da descontinuidade da história, sabe-se que o novo convive com o antigo, esse dando sustentação ou contestando àquele, na perene dialética da dinâmica social.

Para aqueles que compreendem o valor da descontinuidade da história, o termo medieval pode remeter-nos a valores éticos forjados no medievo e que têm valor atemporal e universal. Outra questão, é que nem sempre o novo é sinônimo de bom, como querem aqueles que ligam conservadorismo e antiquarismo ao termo medieval. Pois, esquecem que os valores, como modernos, foram forjados com o auxílio dos valores medievais ou se contrapondo a eles.

Quando se cria a dicotomia moderno-medieval, desprezando o medieval e supervalorizando o moderno, supõe-se erradamente o surgimento histórico de vários valores modernos, por exemplo, o valor da igualdade entre os homens. Pensa-se, costumeiramente,

---

<sup>17</sup> Conceito montado pelos iluministas no auge da luta contra o teocentrismo e clericalismo, superado há muito tempo, por aqueles que entendem a história também como descontínua.

ser esse o fruto da luta dos filósofos iluministas como Voltaire que dizia “morrer pelo direito da livre expressão, mesmo que não concordasse com o que ia ser expresso” ou como Rousseau que afirmava “serem os homens bons e iguais, embora corrompidos pelo Estado” (poder). Acontece que tanto esses filósofos beberam em fontes medievais, quanto muito de suas idéias como a já citada igualdade entre os homens são elementos religiosos secularizados<sup>18</sup>.

Refletindo sobre algumas das principais características da religiosidade brasileira no percurso histórico desde a colônia até o século XIX, partimos do pressuposto de que havia no Brasil uma prática religiosa geral mais ou menos homogênea e dominante – a católica – e que esta situação foi modificando-se com o passar do tempo e a convivência entre os vários grupos que compuseram o povo do Brasil.

O que seria então o catolicismo brasileiro? Comblin (1997) deixa a idéia de que “o catolicismo brasileiro oficial, como definido pela teologia e o Direito Canônico, é pura abstração dos teólogos. Há no Brasil catolicismos populares de vários níveis sociais e culturais”.

O autor acima citado reconhece em suas obras três fontes constituintes dos vários tipos de catolicismo brasileiro: européias, africanas e ameríndias. Da colonização portuguesa alguns elementos medievais permanecem ainda muito vivos nas camadas populares analfabetas ou semi-alfabetizadas, que constituem a maioria da população brasileira, o fascínio do milagre, o gosto das promessas, procissões, romarias e penitência.

É sabido que o fenômeno da desestruturação cultural religiosa como “contínuo” na América latina portuguesa teria se iniciado com os portugueses desterrados para a colônia; das populações indígenas, destituídas das suas terras e costumes; dos africanos arrancados das suas terras. Esta situação desenha-se sobre o pano de fundo da tentativa portuguesa de implementar uma cultura européia aqui na colônia, às custas do português pobre, do índio e dos africanos. Estes comentários ilustram, de forma bastante geral, a qualidade da religiosidade vivenciada no catolicismo nesses momentos históricos (COMBLIN, 1968, p. 274).

As raízes ibéricas, ou seja, as heranças do catolicismo popular português muito influenciaram o comportamento católico dos sertanejos: a devoção a Nossa senhora

---

<sup>18</sup> Por exemplo, a teoria da igualdade de direitos civis tem como precursora a teoria do cristianismo que afirma: “todos são iguais perante Deus, todos são irmãos, filhos do mesmo Deus”. Essa tese contradiz a tese da meritocracia universal, defendida pela cultura grego-romana, onde o homem era fruto dos seus méritos-ideais (um antropocentrismo dos mais fortes) que gerou, por exemplo, as teorias que justificaram o escravismo e justificam a exploração vil do homem pelo homem.

(milagreira), a fé na intermediação dos santos (promessas e procissões), as formas milenaristas e sebastianistas de messianismo, as relações de favor (penitência) e familiar (romaria) com os santos, são muitos dos elementos característicos da religiosidade popular portuguesa que reaparecem no sertão brasileiro. Ariano Suassuna, em suas obras como *O alto da compadecida*, ilustra bem essas características da religiosidade sertaneja ligada com as tradições ibéricas e que perduram bem mais que no litoral.

Isso acontece devido à dinâmica social mais acelerada nas cidades litorâneas de grande porte, assim a diferenciação cultural gerada pelo menor dinamismo em relação ao litoral e conseqüentemente a maior conservação dos valores ancestrais ibéricos pelos sertanejos foi na visão da maioria dos intelectuais da época sinônimo de inferioridade social.

A suposta superioridade do litoral<sup>19</sup> estava embasada nas teorias renascentistas e iluministas que foram inspiradas na cultura grego-romana, principalmente no antropocentrismo, não um antropocentrismo absoluto, que dignificasse todos os homens, e sim um “antropocentrismo do mais forte”, da meritocracia cega que não considerava os direitos de todos e sim os supostos méritos de poucos privilegiados.

Partindo desse ponto de vista era que se davam direito aos poderosos de destruir Canudos, matar sua população e desmanchar sua mensagem, o que se conseguiu, de certa forma (materialmente), mas não (historicamente, transcendentalmente) completamente.

A teoria do Conselheiro partia do pressuposto medieval que todos os homens são maus, inclusive os religiosos. Era uma idéia mais compacta, pois todos os homens são iguais e todos são maus, conseqüências dessa natureza do homem são as injustiças da sociedade: Fome, violência e a desordem do mundo material. Ocorre que sendo Deus a fonte de toda bondade, amor, e tendo mandado seu próprio filho, o Justo para dar exemplo de bondade e justiça e este tendo como principal imitador sua mãe (Maria), não pode o homem se queixar. Mesmo sendo mau, o homem conhece o bem, pois se é imagem e semelhança de Deus, tem algo de bom em si, que embora não sendo seu, pode mobilizá-lo para o bem, ao seguir o exemplo de Jesus de Maria.

O que se pode dizer após analisar os textos do Conselheiro é que sua teoria e seu discurso são contraditórios, ambíguos, medievais na concepção de mundo e de humanidade. No entanto, não se pode acusá-lo de demagogo, manipulador, oportunista, charlatão e outros. Na prática, os que se diziam guardiões da civilização cometeram barbáries contra os

---

<sup>19</sup> Alguns estudiosos ao analisar o discurso contido em *Os Sertões* e outros escritos da época da guerra, identificam dicotomias como: Litoral X Sertão; Civilização X Barbárie, entre outros (LEVINE, 1995) e (SILVA, 1995).

Canudenses. Eram os guardiões da modernidade da ciência. Porém, as “principais” obras sobre o episódio de Canudos revelam contradições que são no mínimo tendenciosas. Se bem entendidas, quando interpretadas as prédicas do Conselheiro, atribuíam as perfeições à obra de Deus, enquanto as imperfeições ao caráter mau da humanidade. Numa perspectiva religiosa, Antônio Conselheiro responsabilizava os homens pelas injustiças sociais e preconizava a intervenção divina. Essa intervenção está nas mãos dos homens que têm como parâmetros para agirem os exemplos de Jesus e, no caso das prédicas “Dores de Maria”, o exemplo da Mãe de Deus.

As conseqüências do processo de secularização–laicização; a questão da romanização; a questão da atividade missionária no Brasil especificamente no Sertão e a questão das injustiças sociais como elementos constituintes das civilizações e ou sociedades ditas complexas são elementos importantes que se articulam dialeticamente e produzem uma situação problemática na qual a humanidade jamais irá calar. Conselheiro e os sertanejos como protagonistas de um episódio da História do Brasil que tem essas estruturas e conjunturas específicas vão-se incluir nesse contexto social histórico-geográfico e cultural, lutando para atingir seus objetivos e jamais se calando frente às injustiças sociais.

## 2 CANUDOS, CONSELHEIRO E AS PRÉDICAS<sup>20</sup>

Os estudos bibliográficos existentes sobre Antônio Conselheiro e o movimento social acontecido em Canudos podem ser denominados por vários adjetivos, como o demonstram as interpretações de diversos autores, inclusive autores estrangeiros, que trouxemos acima. Esses são, de certa forma, esquemas apriorísticos e ideológicos. Isso é possível de ser dito por que a nossa análise dos escritos sobre Canudos leva em consideração as diversas posições teóricas, ideológicas, políticas, culturais e sociais dos seus estudiosos. Alguns autores podem ser considerados mais importantes por serem mais conhecidos, inclusive no exterior, como Euclides da Cunha, Rui Facó, que publicou “Cangaceiros e Fanáticos” em 1963 e Maria Isaura Pereira de Queiroz, que tem alguns trabalhos sobre os movimentos sociais do sertão nordestino. Isso não exclui, nem desmerece outros autores com suas obras.

Porém, nos escritos sobre Conselheiro, essas várias interpretações partem de pressupostos que não condizem com a visão global e com alguns elementos específicos da história do movimento e de seu líder. Por exemplo, um dos pressupostos que permeia os escritos de Euclides da Cunha é o de que o Conselheiro era um louco, um fanático religioso e que sua semelhança com o povo é o que o transformava em líder.

Nos escritos de Facó, o pressuposto é de que o líder, embora bronco, é na verdade um revolucionário, que busca melhores condições de vida para sua classe, seu grupo, procurando contrapor-se à opressão social e econômica das elites.

Para Maria Izaura Queiroz, o beato é antes de tudo um líder messiânico, um homem que, impregnado da cultura e do imaginário popular, transforma as crenças populares referentes à religião em perspectiva de vida, uma vez que a vida real não dava ao povo nenhuma esperança.

Nossa proposta é de que o Conselheiro era um homem simples, de inteligência aguçada e formação diferenciada da massa, preocupado com o coletivo, mobilizador do

---

<sup>20</sup> Este capítulo discute as obras dos pesquisadores: José Maria de Oliveira Silva, Eduardo Hoonart e de José Luiz Fiorin. Silva na perspectiva da História social trabalha o Movimento de Canudos discutindo as várias vertentes interpretativas do movimento e sua relação com os interesses sociais predominantes no momento que tais interpretações foram produzidas. Hoonart propõe uma revisão histórica de Canudos a partir de uma visão antropológica, sociológica e religiosa do povo que constituiu Canudos e especialmente de Antônio Conselheiro. Já Fiorin a partir da lingüística analisa as prédicas procurando identificar no Discurso do Conselheiro suas posições políticas e ideológicas.

conhecimento religioso em prol de uma sociedade justa. Portanto, se para o Conselheiro Jesus era o justo dos justos, uma sociedade plenamente cristã deveria ser a encarnação da justiça divina e a perfeição da justiça humana.

## 2.1 TRÊS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE CANUDOS

### 2.1.1 Canudos numa perspectiva da história social

José Maria de Oliveira Silva defendeu a sua tese de Doutorado “Rever Canudos: Historicidade e religiosidade popular (1940-1995)”, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - USP em 1996. Por meio do artigo “Canudos e a tradição revolucionária brasileira”, parte de sua tese, J.M. traz uma excelente contribuição à análise dos escritos sobre Canudos, descrevendo e criticando de forma interessante e competente as várias correntes que estudaram, pesquisaram e escreveram sobre o tema, apontando as inconsistências de: Os Sertões de Euclides e seus seguidores positivistas; dos marxistas e sua herança euclidiana; do messianismo de Maria Izaura de Queiroz e outros.

Na sua obra OS SERTÕES, Cunha descreveu com dramaticidade toda a complexidade do conflito, denunciando a vitória das forças dos exércitos como “crime nacional”. Como pesquisador – ainda que pressupondo a superioridade da cultura européia e da civilização, em alguns momentos do seu livro, deixou de lado o viés etnocêntrico e procurou sentir-se um “bárbaro” entre os “bárbaros”, um “primitivo entre os “primitivos” (CUNHA, 1968). Com isso, ao observar o sertanejo de perto, criou vários apotegmas: “O sertanejo é antes de tudo um forte”, “canudos não se rendeu”, explicitando uma outra história sobre a coragem, a tenacidade do sertanejo, contradizendo as suas próprias concepções sobre as “sub-raças sertanejas” influenciado pelo determinismo geográfico e pelo etnocentrismo cultural e através de imagens de um sertão rústico, medieval, propagou representações contraditórias sobre o sertanejo e seu mundo: ora ele é admirado como forte em fase as condições adversas do meio, ora ele desprezado como um ser ignorante, perigoso, rebelde, jagunço, louco, bandido, místico, vivendo numa terra amaldiçoada (SILVA 1995, p. 35).

Silva tem uma análise interessante na questão das categorizações que cada corrente interpretativa impõe ao movimento. Essas categorizações são problemáticas, pois uma observação mais crítica mostra que quando uma delas explica um aspecto dos canudenses e

do Conselheiro, acaba por excluir outra categoria vinculada a uma corrente interpretativa diferente. O autor coloca de forma magistral que as várias correntes que tratam de Canudos estão envolvidas e engajadas no contexto sócio-político da época que foram escritas. Assim, “Os Sertões”, “Cangaceiros e Fanáticos” e “Movimentos Messiânicos no Sertão” representam cada qual uma interpretação histórica do movimento de Canudos, nas quais se encontram categorias forjadas por interesses político-ideológicos vigentes na época do estudo e da produção das obras sobre Canudos. Para Silva, os marxistas com os paradigmas das “Lutas de Classe” e da “Guerra Camponesa” dão início a:

uma outra vertente explicativa sobre os cangaceiros e as causas da guerra dos canudos. O estudo escrito na década de 50 foi lançado no mercado editorial em 1963 pela civilização brasileira, que adquiriu os direitos autorais da editora Vitória, ligada ao PCB. Nesses artigos, Facó – militante do partido comunista do Brasil – identifica determinados interesses da classe dominante no acobertamento das “verdadeiras” razões ideológicas, políticas e econômicas do movimento de canudos, como observa Silva (1995, p. 14).

Silva no sentido de mostrar o que foi relatado anteriormente também se utiliza das palavras de Facó:

Ante o fenômeno canudos, os senhores das classes dominantes e seus porta-vozes recusavam-se a acreditar na realidade: milhares de camponeses armados em defesa da própria vida, em luta contra a monstruosa e secular opressão latifundiária e semifeudal. Violando abertamente o mais sagrado de todos os privilégios secularmente estabelecido desde os começos da colonização europeia no Brasil – o monopólio da terra nas mãos de uma minoria a explorar a imensa maioria. Era o mais nefando dos crimes contra a ordem dominante... (FACÓ, 1958, p. 135-136, *apud* SILVA, 1995).

De acordo com Silva (1995), Facó achava que existindo grandes semelhanças entre o Brasil de fins do século XIX e a Europa Medieval, o movimento rebelde de Canudos podia ser comparado a outros movimentos revolucionários Europeus daquele período histórico. E essa idéia, de que os fenômenos de “fanatismo religioso” e “Banditismo” ocorriam somente em sociedade com estrutura feudal ou semifeudal é dominante nos estudos marxista do período.

Sobre a interpretação marxista conclui Silva:

Nesse contexto, desqualificando a densidade do tempo presente dos pobres (eles contam somente como pré-algo), emprega vários conceitos paradigmáticos da doutrina materialista da história do marxismo, influenciado por Engels e o seu livro *As Guerras Camponesas na Alemanha*, transpondo-os para o Brasil. Desse modo ao longo do livro, certos termos redefinem a luta de classes no campo, como de “massa camponesa”, latifundiário “republica feudal-burguesa” “Débil e retardatária burguesia brasileira”, “Latifúndio Feudal”, “compromisso Feudal-burguês”. “monopólio da terra”, “Insurreição camponesa” (SILVA, 1995, p. 15).

Segundo o autor, depois de “Os Sertões”, as abordagens da Revolução Camponesa e do Messianismo deram maior amplitude ao debate histórico. Porém, apesar de considerar os pressupostos antropológicos, a abordagem messiânica continua com um discurso dualista de Cunha quando interpreta o movimento de Canudos. Segundo Silva:

A riqueza das interpretações de autores como Roger BASTIDE (1971), Maria Izaura QUEIROZ (1965) e Robert LEVINE (1995), embora diferentes em vários pontos, é dada pela exploração do universo cultural do sertanejo (muitas vezes visto como um mundo à parte, rústico e com uma religiosidade diferenciada), como foi inicialmente descoberto por Cunha. Analisando o choque cultural produzido pelo conflito entre o litoral/civilização e o sertão/barbárie e a crise do mundo agrário, interpretam o movimento como contra-aculturativo e avesso a modernidade do país. Em decorrência desse diagnóstico, mantém-se como marco teórico um viés dualista para interpretar o Brasil: de um lado, o sertão místico, medieval, rústico, inculto; de outro, o litoral civilizado, moderno, culto, progressista (SILVA, 1995, p.15).

O autor ainda coloca a existência de outra vertente político-ideológica ligada à Igreja e aos movimentos populares que escrevem sobre Canudos. Ao comentar sobre os conflitos político-ideológicos que permeiam as interpretações dos intelectuais sobre Canudos, Silva cita um trecho de um panfleto anônimo que circulou após a primeira missa realizada em louvor a Antônio Conselheiro. O texto do panfleto é de uma radicalidade extrema e demonstra que, depois de quase cem anos do episódio de Canudos, os conflitos sócio-políticos interferiram no discurso sobre o movimento.

Diz Silva (1995, p. 33) “um panfleto anônimo, que circulou no momento da realização da primeira missa em louvor a Conselheiro, traduz o confronto ideológico e político e a memória que interessa ao sistema, descartando a criação do herói popular, com imagens do passado”.

Enganados (“pacatos moradores da região” J.M.) atendemos a um convite para assistir no povoado de canudos a 1º missa em louvor a Antonio conselheiro no dia 28 próximo passado. Em lá chegando, presenciamos uma encenação macabra lavada a efeito por um bando de ateus, fanáticos de toda ordem, desde terroristas anistiados pelo governo (assassinos quintas-colunas) até demônios estrangeiros travestidos sacrilegamente de padres. Liderados pelo bispo vermelho José Rodrigues (autor intelectual do assassinato de dois fazendeiros em Juazeiro). Vedete da pouca vergonha (...). O fanatismo que tanto prejudicou nossos antepassados está de volta aos nossos dias. Desta vez não mais sob a orientação, para alguns doentia, de um humilde homem do sertão e sim sob a égide de bem alimentados “intelectuais”, políticos, estudantes, exploradores de toda ordem e “latifundiários” (Panfleto Anônimo *in* SILVA, 1995, p. 33)

Para Silva, as abordagens da revolução camponesa e do messianismo ampliam o debate histórico. Porém, apesar de considerar os pressupostos culturais e antropológicos, a

abordagem messiânica continua atrelada a “Os Sertões” pelo discurso dualista Euclidiano - litoral civilizado x Sertão bárbaro - quando interpreta a História do Brasil no movimento de Canudos.

O autor se vale de outros autores para expor sua concepção. Assim, Silva (1995, p. 36) afirma que:

As interpretações históricas de Rui Facó e, mais tarde de Edmundo Muniz são expoentes no sentido de invenção de uma tradição revolucionária (que polemiza com a tradição messiânica) de contestação da ordem vigente no sertão como pré-história da luta de classes no país, criando, entretanto, novos estereótipos (em Facó, alienação religiosa, falsa consciência, em Moniz, a utopia sertaneja), novas categorias de análise ao invés do fanatismo religioso e messianismo (guerra camponesa, luta de classes, desenvolvimento combinado, classe dominante) e novos pressupostos interpretativos sobre as “causas” dos problemas da religião (latifúndio, miséria, ignorância, fome). No primeiro, o domínio secular do “latifúndio”, no segundo, a tese sobre a incapacidade da burguesia para realizar a reforma agrária. A visão teórica economicista não valoriza o contexto cultural, crenças, noções, hábitos, representações, visão de mundo, reduzindo os sistemas de idéias e valores dos sertanejos a problemas de fundo econômico, selecionando para isto amplo material sobre o nível de produção da sociedade. Por outro lado, essa tradição revolucionária tem grande visibilidade nos romances, filmes, obras teatrais que assimilam os conceitos marxistas para forjarem uma identidade dos movimentos de rebeldia popular do sertão.

A abordagem marxista elaborou uma “nova tradição revolucionária e deu ênfase aos elementos da análise econômica e da luta de classes, ocorrendo um reducionismo do contexto cultural dos sertanejos, esse se contrapõe tanto à abordagem positivista de Cunha, quanto aos adeptos do messianismo como mola propulsora do movimento do Conselheiro e seus seguidores”, de acordo com observações de Silva. O autor coloca que, com a nova politização (1993 a 2000), criou-se um Antônio Conselheiro herói como Zumbi e Lampião e que a redescoberta do movimento de Canudos concretiza e justifica os movimentos populares em busca de justiça social.

Grande parte da historiografia sobre Canudos tem repetido de maneira positivista e abrangente certos acontecimentos do passado. O desafio que se coloca à pesquisa na atualidade é necessidade de uma “outra história” que possa se dedicar de forma diferente a temas da guerra e da comunidade, explicando as experiências das pessoas comuns, a violência e os sentimentos dos soldados e conselheiristas nas batalhas; o cotidiano, as formas de lazer, as crenças e o trabalho nos sertões; construindo, desse modo, novos conhecimentos sobre a revolta social dos pobres de Belo Monte (SILVA, 1995, p. 37).

Para Silva (1995, p. 37) com o centenário da fundação de Bello Monte (1993) e do fim da guerra (1997), os movimentos populares, a Igreja, o Estado, os intelectuais entre outros, confrontaram várias análises do popular e de seu significado.

A redescoberta de Canudos, a partir do período estudado, esta associada à afirmação de uma identidade do movimento no plano nacional, que atinge o seu auge no final do século XX, quando se comemora os cem anos de Belo Monte (1993) e o final da guerra (1997). Com isso, a tragédia ocorrida no sertão é resgatada pela Igreja, pelo Estado, pelos intelectuais, pelos militares, pelos movimentos populares, pelas artes, de maneira plural, ocorrendo, portanto, um confronto entre várias análises do popular e seus significados: a negação da religiosidade pelo viés elitista da cultura; a idealização do movimento pelo viés populista (românticos) e a politização na perspectiva de setores da esquerda e da Igreja, enfatizando, respectivamente, a luta contra os dominantes e a importância mobilizadora da religiosidade.

Provavelmente os canudenses já não serão reconhecidos como “heróicos”, “criminosos”, “inimigos”, “demônios”, “monarquistas”. Silva (1995, p. 37) coloca que nas lembranças amargas que motivaram o passado ainda obscuro passa-se uma borracha; essa atitude, todavia, não soluciona injustiças como o massacre de Belo Monte. Por outro lado, no imaginário popular e cristão, a lembrança do peregrino que lutou junto com sua comunidade não se apagará da memória.

O autor, com sua análise, coloca em cheque as várias vertentes interpretativas de Canudos, para ele “Os Sertões” de Euclides é de um alcance muito amplo, no entanto essa amplitude e riqueza interpretativa acaba colocando um tom contraditório no discurso conservador da obra. Ao analisar e interpretar Canudos pelo viés marxista, Silva aponta uma nova perspectiva progressista, porém o autor identifica uma certa continuidade de “Os sertões” nas interpretações marxista e seu enfoque exagerado na análise economicista. Quando Silva analisa as interpretações do movimento pelo viés do messianismo, deixa claro que são vistos como grandes contribuintes para o estudo de Canudos, mas dão ênfase exagerada na valorização dos elementos culturais e antropológicos. Silva coloca que existe uma quarta vertente interpretativa do movimento de Canudos e deixa claro que esta tem tendência parcialmente neutra e ou favorável em relação à adjetivação (categorização) positiva em relação à personalidade do Conselheiro e ao perfil psicológico de seus seguidores. Para nosso trabalho uma pista interessante do que foi Conselheiro e Canudos e que pode dar-

lhes um outro adjetivo além dos já citados pelas vertentes interpretativas é esse trecho do último discurso do beato:

Adeus povo, / adeus aves, / adeus árvores, adeus campos, / aceitai a minha despedida, / que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, / que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino... (CONSELHEIRO, 1978, p. 182).

Em sua tese de doutorado, Silva não escreve sobre as prédicas, mas faz uma análise primorosa dos interesses e discursos que permeiam a produção dos estudos sobre Canudos. Mais recentemente, em um artigo intitulado “Prédicas em debate”, Silva questiona algumas das afirmações de Fiorin, citando contradições como o fato de os Canudenses empreenderem uma luta ferrenha contra o Estado e serem chamados de passivos. O autor alega que o fato histórico não permite que os canudenses sejam chamados de passivos ou que se possa dizer ser o discurso de Conselheiro uma pregação para passividade social.

### **2.1.2 Canudos numa perspectiva cultural e religiosa**

Os estudos e os escritos do Prof. Eduardo Hoonart, um dos idealizadores e colaboradores dos “estudos sobre a América Latina”, podem se encaixar tanto na nova vertente que Silva afirma estar produzindo novos trabalhos sobre Canudos, como também trazem novas perspectivas sobre a análise do movimento de Canudos e seu líder. Na introdução do seu artigo, “Conselheiro o negociador do sagrado”, Hoonart traz uma perspectiva nova e interessante de adjetivação (categorização) do líder e seu povo e, com isso, não só atribuindo um novo adjetivo (categoria) ao Conselheiro, como reforçando nosso pensamento de que um homem não pode ser enquadrado de forma absoluta em uma única categoria.

Neste texto proponho contemplar a figura de Antônio Conselheiro por um prisma um tanto diferente do clássico. Afinal, se Gustavo Barroso o tratou de criminoso; João Brígido, de “monomaniaco”; Euclides da Cunha, de fanático; Maria Isaura de Queiroz, de Messias; Jose Calasans, de líder “conselheiristas”; Rui Faço, de líder socialista; o Barão de Geremoabo, de comunista, porque não apresentá-lo como negociador do sagrado, um homem de fronteira entre diversas maneiras de viver o sagrado no sertão nordestino no final do século XIX? (HOONART, 2001, p. 39).

Hoonart justifica seu novo adjetivo (categoria) para Conselheiro a partir de:

Certas passagens do livro “O Rei dos jagunços”, de Manuel Benicio, de 1899, fizeram com que eu começasse a duvidar da imagem de um Conselheiro absoluto líder do grupo, uma espécie de coronel religioso. Em diversos episódios narrados nesse livro, Antonio Vicente (como foi tratado por seu colega de infância João Brígido) se me apresentava antes um homem de fronteira, consciente da necessidade de se estabelecer pontes de compreensão e diálogo. Eis a tese que venho, pois, apresentar ao critério de vocês, e espero que mereça algum tipo de consideração. Não entrego aqui uma pintura acabada, um quadro com cores vividas, uma narrativa acabada, mas apenas um esboço, um rascunho, a ser retocado pelos colegas (HOONAERT, 2001, p. 39-40).

Condicionados pelos interesses sociais, políticos e ideológicos, os escritos sobre Canudos e Conselheiro nas vertentes positivista, marxista e antropológica (messianismo), não conseguem em conjunto, trazer uma interpretação mais global, integral e multidisciplinar, pois de certa forma acabam excluindo umas as outras. Hoonert consegue a partir de uma estratégia interessante e bem arquitetada, combinar os elementos históricos, antropológicos, sociológicos, psicológicos e religiosos de forma menos conflituosa, mais solidária no sentido de que o que afirma de histórico não exclui totalmente ou de forma contundente o que afirma de sociológico, ou antropológico. Segundo Hoonert o Conselheiro foi um negociador, trabalhou a negociação em três áreas para assim poder deixar sua mensagem.

Três foram às principais áreas de negociação trabalhadas pelo Conselheiro:

1. Nuns níveis mais profundos e duradouros, entre o que chamo de “ludicidade ancestral” e “sisudez cristã”. Antonio Vicente sempre foi um homem severo entre lúdicos; diferente no modo de viver e reagir do resto do grupo;
2. Uma segunda fronteira foi traçada pela administração central da Igreja Católica como os vigários da região e os missionários capuchinhos. O Conselheiro teve que negociar com eles para poder viver seu sonho; e
3. Uma terceira negociação foi com os fazendeiros da redondeza, que por um certo tempo o ajudaram. Mas com a maior concentração de gente em Canudos não lhe perdoaram mais a perda de “mão de obra” (HOONAERT, 2001, p. 40).

O estudioso citando as categorias (fanático religioso, líder camponês) pelas quais outros estudiosos denominaram Conselheiro, cria sua própria denominação “O negociador do Sagrado” é importante observar que ao denominar o Conselheiro, o autor não nega que por ventura ele possa ter sido também um religioso fundamentalista, um líder camponês ou um líder messiânico, pois um homem não é única e exclusivamente uma categoria. Dependendo da situação, o homem pode tomar várias posturas. Dessa postura humana e racional em

determinados momentos por óticas diferentes Antônio Conselheiro possa ter assumido alguns dos papéis que lhes atribuem.

Ele aparece sempre distante, sempre bem encenado nas suas aparições dramáticas que emudecem as costumarias brincadeiras. Toma uma bem estudada distancia diante de todos, fala pouco, mas sempre de forma contundente. Repetindo lições que aprende com o padre mestre Ibiapina e com os missionários capuchinhos, ele executa “pantomimas e gestos que provocam o riso dos homens e o espanto das mulheres” (Benício, 1899.63); usa também o que Câmara Cascudo chama de “trovejo capuchinho”, o rompante repetido, como quando ataca um incestuoso na multidão: “Pai maldito. Não serás tu da raça das jararacas?” (Benício 1899,91). Mantém a severidade pragmática de um padre Ibiapina, que mandava queimar violas numa grande fogueira no primeiro dia das missões, quando segundo o depoimento do barão de Geremoabo manda queimar xales, vestidos, saias, chapéus, e sapatos de luxo (Menezes, 1995.114). Em voz alta chama “amancebados, incestuosos, adúlteros e pecadores” para açoita-los com suas prédicas. Proíbe “uma série de cantigas e sambas” e chega a prender ladrões, criminosos e matadores condenados, mandando-os, escoltados por seus fiéis, às autoridades” (BENÍCIO 1890, apud HOONAERT, 2001, p. 41).

Acreditamos que Eduardo Hoonart escolheu falar dos sertanejos como religiosos populares os quais tentavam sobreviver e ressignificar as suas vidas, enquanto que seu líder, além desses dois objetivos, tentava ajudá-los, pois estaria o Conselheiro contextualmente qualificado para tal empreitada, uma vez que mesmo sendo, pobre, sertanejo e religioso, gozava de carisma e uma formação intelectual diferenciada, estando este disposto a mobilizar tal formação em prol dos seus próximos. Sobre o aparente autoritarismo do Conselheiro diz o autor:

Não se deve, contudo, atribuir essas terríveis atitudes a um puro autoritarismo moral por parte de Antonio Vicente. Antes de ser moralista, ele é um sonhador. Enxerga horizontes muito além das corriqueiras brincadeiras do diversificado grupo que o acompanha. O que ele gosta mais de ver é o grupo animadamente empenhado na construção de uma igreja. Ele faz açudes e canais de irrigação, muros de cemitério e poços profundos, mas o que gosta mesmo é da construção de igrejas (HOONAERT, 2001, p. 41).

Talvez o elemento chave na diferenciação entre as interpretações anteriores e a de Eduardo Homaert, seja justamente a questão da consciência de sua situação na sociedade, na vida (transcendência material), que o homem canudense tem, mas que não é considerada pelas primeiras vertentes que escreveram sobre Canudos e Conselheiro. É bastante provável que o autor de “Anjos de Canudos” e “O negociador do Sagrado” usa esse raciocínio que não é nem um pouco novo, pois já teria usado-o na pesquisa e elaboração da obra “História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo”. Hoonart pressupõe que o Conselheiro conhecia as diretrizes do cristianismo e a diferença entre essas e a religiosidade popular e que

usa a estratégia da construção de igrejas, por exemplo, para adaptar as características culturais do povo sertanejo (seus seguidores), as diretrizes do cristianismo, sem, contudo molestar a identidade desse povo.

Nas igrejas do Beato, o paganismo deixa de ser detestável para torna-se o firme alicerce da construção cristã. Construindo Igrejas e Capelas ao longo dos anos, o Conselheiro opera a “conversão” do cristianismo rígido e intolerante dos padres ao paganismo do povo, do monoteísmo altivo da hierarquia ao multicolorido politeísmo do povo. Suas construções fazem com que o catolicismo ganhe corpo no Sertão. Pois garantem a continuidade do culto tradicional, e desta forma ameaça da imposição de novas imagens (HOONAERT, 2001, p. 44).

Se levarmos em conta o raciocínio usado para falar de consciência de si e ou de autocompreensão ou mesmo de “transcendência material”, não vai ser difícil perceber ou constatar que a história enquanto “vida vivida” é um jogo cujos jogadores com todas as limitações fazem parte de forma consciente e decisiva. Ou seja, todas as limitações estruturais, conjunturais, sociológicas, antropológicas não podem impor que o homem seja escravo de suas causas e conseqüências. É incontestável que o homem tem consciência de si, procura autocompreender-se e é capaz de transcende o nível simplesmente material, de modo que pode não somente refletir sobre seu possível destino, como buscar interferir nele na medida do possível.

Dessas afirmações concluímos que os canudenses tinham consciência de si, procuravam autocompreender-se e a escolha que fizeram foi não só consciente como lógica, pois se ganhassem a guerra, teriam não só o direito de viver, como também poderiam progredir com as suas idéias e sua comunidade. Se perdessem e morressem, como acabou acontecendo, manteriam, como hoje lhes vem reconhecida, a dignidade que acreditaram ter a partir da pregação do Conselheiro. E não teria esse sentimento, o da dignidade preservada e reconhecida, tanta importância quanto a vida propriamente dita, ao fim das contas?

### 2.1.3 Canudos numa perspectiva político-ideológica

Outro teórico que tem nos chamado atenção é José Luiz Fiorin pelo fato de ter escrito sobre o discurso de A.C. por meio de uma análise discursiva das prédicas. O seu estudo é feito em uma perspectiva da lingüística e leva em consideração principalmente o aspecto lingüístico-religioso do movimento, porém procura extrair das prédicas o teor social e principalmente o Discurso político-ideológico. O trabalho de Fiorin procura analisar o uso político que se fez da religião num determinado período de tempo. Nosso objetivo não é resenhar a obra de Fiorin. Iremos nos apoiar em várias de suas afirmações gerais e problematizar outras.

Desta forma afirma Fiorin:

Minha intenção, ao estudar o discurso do Conselheiro, é desenvolver um projeto de análise da trama semântica e da organização enunciativa do discurso político, do jurídico e do religioso. ... Os discursos representam uma força muito grande de inculcação ideológica. Usam-se signos fetichizados com propósito de adaptar os homens a seu papel na estrutura social (Fiorin, 1985, p. 1).

Segundo o autor “a lingüística não deve descartar a história, pois, a linguagem não é um jogo, mas é o elemento revelador dos conflitos e valores de um homem inserido na história” (FIORIN, 1985, p. 2). Determinando o que é, e como é um discurso, o autor afirma: “O discurso é forjado a partir de um universo cultural que é determinado por condições estruturais, e a medida que um indivíduo internaliza uma linguagem, assimila também a ideologia implícita, ao grupo detentor da linguagem. Ainda afirma que a descoberta da ideologia e do discurso num texto é concomitante a análise aplicada a esse texto (FIORIN, 1985).

No caso da análise do discurso do Conselheiro, ele chega a conclusão que o discurso é conservador, pois sua teologia “é a mesma oficializada pelo Concílio de Trento, e pelo Concílio Vaticano Primeiro, sua cosmovisão é teocêntrica e repousa na concepção da trindade, (criação, encarnação e redenção) ou seja Deus, Cristo e Igreja; a ética do Conselheiro é composta por um conjunto de regras que se manifestam através de prescrições e interdições, não se afastando da ortodoxia doutrinária católica”. Fiorin insiste no fato de que a

teologia veiculada pelo Conselheiro não difere da teologia católica tradicional e que o mesmo acontece com a cosmovisão e a ética.

...um discurso religioso pressupõe analisar-lhe a cosmovisão, a ética com ela concorde e a teologia que lhes serve de justificativa teórica, pois, nessa tríade, assenta-se à organização sêmica do discurso religioso. Ademais acredita-se que a estrutura significativa de um discurso é governada por razões que se encontram na história sócio-econômico-política de uma época (FIORIN, 1985, p. 5).

Para respaldar suas afirmações, Fiorin levanta a questão das fontes nas quais Conselheiro se apoiou para escrever as suas prédicas. É fato comprovado que os livros de cabeceira do Conselheiro eram *A Missão Abreviada* e *As Horas Marianas*.

Entendemos que o trabalho do autor é importante para se entender Canudos e Conselheiro, concordamos com boa parte das suas afirmações gerais, porém muitas afirmações específicas do autor se mostram, ora tendenciosamente influenciadas pela metodologia, ora pelo viés epistemológico que abraça. Metodologicamente, o autor trabalha com categorias marxistas. A própria análise do discurso é um método que surge relacionado ao marxismo. Esse fato produz um efeito nas afirmações e conclusões do autor que acaba dando ênfase negativa às afirmações sobre o conservadorismo do Conselheiro, isto sem dúvida é resultado do efeito das teorias do materialismo histórico e da luta de classes.

Fiorin protagoniza que não há, nas prédicas de Antônio Conselheiro, dois tipos de discurso, ou seja, um religioso e um político. Ao contrário, há apenas uma espécie: o discurso religioso. Porém, esse contém uma proposta política, elaborada à luz da ideologia de uma classe dominante. Segundo o autor, Conselheiro pretende, com a sua linguagem, mascarar os conflitos existentes na sociedade, apresentando as desigualdades sociais como expressão da vontade de Deus. “O homem deve aceitar resignadamente tais fatos, nada fazendo para alterar a ordenação social, pois ela é vista como elemento estático que só pode ser modificado por Deus” (FIORIN, 1985, p. 275).

O discurso do beato apresenta uma rebeldia contra o estado de coisas de sua época, mas ela é uma “rebeldia conservadora”, pois não propõe novos padrões, e sim uma revitalização dos antigos usos e costumes, bem como a restauração do regime político anterior. O Conselheiro é um homem piedoso e observante dos preconceitos religiosos do seu tempo. Vive diante de uma doutrina e da hierarquia uma fidelidade passiva e dócil (FIORIN 1985, p. 277).

Epistemologicamente, o autor afirma sua aceitação da teoria do messianismo de Maria Izaura Queiroz, esse fato também traz efeitos negativos sobre suas conclusões. O autor não vê

Canudos e Conselheiro sobre a ótica de que são homem que buscam sobreviver e ressignificar a vida, mas sim como um grupo e um indivíduo de uma “ceita exótica” que mergulhados nas condições estruturais e conjunturais não eram capazes de decidir sobre algo de sua própria vida.

Não é um Herege, mas um homem que tenta preservar a cosmovisão católica, como as implicações políticas dessa posição, num mundo cada vez mais hostil a ela. Seu discurso é indubitavelmente conservador, porque também o era a Igreja do seu tempo (FIORIN, 1985, p. 278).

É como se ao libertarem-se do determinismo geográfico, do positivismo de Euclides, os teóricos de Canudos o escravizassem ao determinismo sócio-histórico-antropológico. Assim, de acordo com o pensamento de Fiorin, Antônio Conselheiro foi o líder de um dos movimentos messiânicos mais importantes ocorridos no Brasil e que em seus manuscritos encontram-se explicações sobre esse movimento e sobre o povo de Canudos.

Fiorin, ao escrever sobre as prédicas do Conselheiro, afirma que seu trabalho é de caráter Lingüístico-social e busca analisar o discurso religioso do beato para identificar sua posição política e ideológica contida nesse discurso. O autor reconhece de certa forma a qualidade dos textos, mas afirma que este se constitui da “Visão de mundo”, “Ética” e “Cosmovisão” Tridentina da Igreja Católica. Na busca das fontes que segundo ele subsidia a construção do discurso religioso do Conselheiro, cita como principais fontes a Bíblia, histórias orais do catolicismo popular e principalmente um livro de catecismo muito usado no século XIX, o conhecido como “Missão Abreviada”. A partir dessa análise o autor coloca que o discurso do Conselheiro é conservador e prega a passividade da população frente à situação da sociedade e as injustiças sociais.

## 2.2 TRÊS ESTUDOS SIGNIFICATIVOS: SILVA, HOONAERT E FIORIN

Esses autores que terminamos de trabalhar são basilares para construirmos nossa interpretação sobre o movimento de Canudos, a atuação do Conselheiro e de seu povo na “luta” em prol de uma vida mais justa, com mais dignidade social mesmo que ao menos na mente das pessoas, onde primeiro deve chegar logicamente. A História ou mesmo as Histórias são produzidas a partir de interesses históricos e sociais<sup>21</sup>. Por isso acreditamos que se mudam os grupos sociais ou os interesses, também mudam as formas e concepções da História. Confirmando esse pressuposto epistemológico, observamos que a partir da valorização da sociologia, da antropologia e da religião insere-se na História do Conselheiro a perspectiva de que um homem preparado e consciente ou não, mas com um objetivo, um “sonho”, um projeto que pode articular-se entre as condições histórico-geográficas e culturais na busca de modificar sua realidade social procurando o que é melhor para si socialmente (HOONAERT, 2001, p. 40).

A análise do discurso, como é concebida atualmente, nos mostra que um dos mecanismos para o homem inteligente interferir no seu destino, pacificamente e ou ativamente pode ser o seu discurso. Não nos interessa a afirmação de que o discurso do Conselheiro é conservador, e sim o fato da dessa disciplina considerar o discurso uma ação e, embora algumas vezes supervalorizando aspectos estruturais e conjunturais em detrimento dos particulares como no caso do viés popular do discurso do Conselheiro e o papel das prédicas Dores de Maria nos discurso do Beato, a análise do discurso de forma geral é de grande contribuição aos estudos dos escritos de Conselheiro. Ela estabelece bases, critérios e traz informações valiosas para se entender a mentalidade dos sertanejos e principalmente do seu líder.

---

<sup>21</sup> As ciências em especial as Sociais e Humanas são processos racionais interpretativos da realidade ou dos fenômenos. Segundo Feijo, Thomas Kuhn elaborou uma teoria sobre os paradigmas científicos e uma possível disputa entre eles na qual vence o mais forte socialmente, ou seja aquele que atende aos interesses mais adequados aos grupos que comandam a produção científica e a sociedade. A teoria de Kuhn não é aceita por unanimidade no entanto é notória a constatação dos cientistas atuais sobre a parcialidade da produção científica nas ciências sociais (FEIJÓ, 2003, p. 66).

Logicamente, sendo o povo capaz e independente para raciocinar, houve em Canudos várias atitudes no período da guerra, por exemplo, aqueles que preferiam ir e os que ficaram<sup>22</sup>. Não é possível formular as teorias sobre os acontecimentos dos homens sem levar em conta a vontade desses homens, acreditamos que Hoonart, quando escreve em “Anjos de Canudos” e em “O Negociador do Sagrado” leva em conta essa “Transcendência material” essa capacidade que o homem tem de decidir as coisas que dizem respeito a si mesmo. Os canudenses não eram gado e foi por não ser gado e justamente por isso que muitos decidiram morrer lutando pelo direito de decidir por si e sobre sua vida. Inclusive muitos que acreditaram em uma possível misericórdia por parte dos poderes legais, sempre tiveram respostas negativas, pois dar crédito às autoridades ou aos coronéis era o mesmo que viver na escravidão ou morrer de inanição e desnutrição. Um exemplo taxativo dessa afirmação é o caso dos que se renderam ao fim da guerra e mesmo assim foram vítimas da gravata vermelha, degola ou trucidamento (GALVÃO, 2002, p. 92-93)<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> A afirmação de que os canudenses foram totalmente exterminados não confere com os relatos populares, nem com fatos ocorridos depois da guerra, nem mesmo com os trabalhos de alguns estudiosos como José Calazans. Primeiro depoimentos dados por populares afirmam que depois da guerra muitos moradores de Canudos se embrenharam nas caatingas com medo de serem pegos pelo exército e pelas forças públicas. Segundo, quem teria reconstruído a segunda Canudos e como explicar os inúmeros filhos de sobreviventes da guerra encontrados e entrevistados largamente por ocasião do centenário da guerra em 1997 na terceira Canudos. Terceiro, o trabalho de Calazans se funda na pesquisa da oralidade popular, quem teria defendido o Conselheiro e a comunidade canudense se não os “próprios” canudenses que sobreviveram (TAVARES, 1947, p. 39). Honório Vila Nova era um dos irmãos Vila Novo, dono do armazém de Canudos, como poderia ele falar de Canudos nos anos 50 do século passado se a guerra se a suposta eliminação total de Canudos foi no dia 05 de outubro de 1897.

<sup>23</sup> Também se pode confirmar as arbitrariedades cometidas pelo exército em Canudos na obra de (MACEDO, 1964).

### 3 A ANÁLISE DAS PRÉDICAS “DORES DE MARIA”

#### 3.1 AS FONTES DO CONSELHEIRO

A questão das fontes é de suma importância para se entender o discurso e ou o conteúdo das prédicas de Antonio Conselheiro. Para Fiorin, esse problema é solucionado com as informações de “Os Sertões”, pois, segundo Euclides da Cunha, o beato tinha dois livros de cabeceira que lhe acompanhavam em suas andanças: a Missão abreviada e Horas Marianas (ANDRADE, 2006, p. 64-65)<sup>24</sup>, ambos de grande aceitação no meio católico no século XIX.

“... Insistimos no fato de que a teologia vinculada pelo Conselheiro não se diferencia da teologia católica tradicional e de que o mesmo acontece com a cosmovisão e a ética, apesar do respaldo dos teólogos que citamos, vem à tona o problema das fontes das prédicas. Euclides da Cunha cita dois livros como obras inseparáveis do Conselheiro. Não temos dúvida de que “Missão Abreviada”, sermônário de uso corrente no Brasil durante o século passado, foi uma das fontes sermônica do Conselheiro, pois o beato retirou desse livro muitos subsídios para as prédicas que se referem aos mandamentos (FIORIN, 1985, p. 118).

Fiorin descreve as fontes que subsidiaram as prédicas do Conselheiro reduzindo- as às citadas por Euclides e dando importância apenas à Missão abreviada. Isso usando o discurso sociológico das estruturas como elemento explicativo da permanência e manutenção das características de uma dada sociedade. Segundo Fiorin (1985), poderíamos dizer que ele (Conselheiro) adaptou as situações da Missão Abreviada para o povo. Parece claro que a ideologia (BERGER, 2004, p.118)<sup>25</sup> que se encontra nas prédicas não advém de vontade própria do líder, uma vez que ela foi determinada por fatores externos a Canudos.

O autor de “O Discurso de Antonio Conselheiro”, comentando sobre as condições estruturais que determinaram o discurso religioso do Conselheiro, descreve rapidamente o momento político pelo qual passou a Igreja Católica a partir do final da Idade Média até o fim do século XIX, de força hegemônica politicamente, à intelectual orgânica e aparelho

---

<sup>24</sup> Também se pode encontrar referências as fontes que o Conselheiro utilizou em: (CAPUANO, 2005, p. 195); e (BENÍCIO, 1997, p. 19).

<sup>25</sup> O conceito de ideologia usado por Fiorin e muitos estudiosos das Ciências Humanas é Marxista, no entanto, nos estudos dos fenômenos religiosos existe uma diferença no que concerne a esse conceito, nossa opção é pelo viés da sociologia da religião, na qual podemos citar a concepção de ideologia de Berger (BERGER, 2004, p. 118).

ideológico. Fiorin após ter descrito a situação política da Igreja em fins da Idade Média, diz que os aspectos estruturais medievais e da Igreja Católica pós-Trento influenciaram ou mesmo determinaram o discurso religioso do Conselheiro.

Essas são em linhas gerais as condições que forjaram um discurso eminentemente conservador, que passou a ser difundido pela Igreja depois do Concílio de Trento e que teve seu ponto de culminância na segunda metade do século XIX. Esse discurso é produto de uma defesa dos privilégios eclesiásticos assumida pela Igreja depois de ter, a burguesia, ascendido à condição de classe hegemônica na sociedade Européia Ocidental. Repete-se no Brasil o que estava acontecendo na Europa: a Igreja, ameaçada em sua hegemonia passa a usar um discurso retrógrado, com finalidade defensiva. É nesse quadro que se insere a sermonística do Conselheiro.

Pela análise das prédicas, notamos que o beato difunde a ortodoxia Tridentina; reconhece a autoridade papal sobre toda a Igreja; enfatiza o aspecto sacramental da religião e a primazia do clero sobre os Leigos; não prega as devoções tradicionais, realça a necessidade da conversão pessoal; busca uma reforma de costumes, por meio de uma moral bastante rígida; anatematiza como inimigos da religião os mesmos que tinham sido condenados por Pio XIX em suas encíclicas e alocuções: Maçons, republicanos e protestantes. Toda sua sermonística coloca-se de acordo com a política da Sé romana da segunda metade do século XIX, e com o “catolicismo renovado”. (FIORIN, 1985.p. 123-124).

E arremata Fiorin dizendo:

O movimento de canudos é conservador porque “tem por função restaurar valores e padrões de comportamento tradicionais, combatendo a anomia”. Convergem, para determinar o discurso difundido pelo Conselheiro, fatores externos ao Sertão, ligados à situação da Igreja católica na Europa e no Brasil e fatores internos, relacionados ao processo de anomia que era preciso combater. São duas situações de defesa de valores tradicionais e de condenação ao “novo”. Só poderiam, portanto, forjar um discurso conservador. (FIORIN, 1985, p.125).

Concluimos afirmando que não devemos nem podemos negar várias das constatações de Fiorin sobre o conservadorismo de Conselheiro. Primeiro porque nosso trabalho não trata de Análise do Discurso nem procura o aspecto político dos escritos de Conselheiro. Segundo porque o trabalho de Fiorin é bem produzido e pioneiro nos estudos acadêmicos sobre os escritos do Beato de Belo Monte. No entanto, precisamos situar o que no nosso entendimento são as fontes que influenciaram a produção dos textos do Conselheiro.

Diríamos que o discurso dos personagens históricos é conservador, mas não o movimento como um todo, pois o movimento questiona a situação de miséria, exploração, dominação e de injustiça social (ANDRADE, 2006, p.111) vigente naquele momento em relação aos sertanejos canudenses. E mais, a guerra não é fruto de protestos ou incursões violentas dos canudenses contra o “progresso” (Estado brasileiro) e sim fruto do medo que teve a elite local daquela experiência diferente de forma de organização social. O autor de “O discurso do Conselheiro” não levou em conta as intenções do Conselheiro e dos sertanejos, mas atribuiu a eles as intenções da Igreja Católica quando da produção de seu discurso político: um erro, pois embora o Conselheiro tenha sido um bom cristão Católico, isso não quer dizer que escreveu para defender a Igreja. Sua preocupação urgente era ajudar as pessoas necessitadas. Por conta da categoria que o autor usa para estudar o Conselheiro e seu povo, bem como do próprio objetivo do trabalho, acaba por desconsiderar que também são fontes das prédicas: o próprio cotidiano dos canudenses com sua religiosidade popular; a Bíblia, pois as Dores de Maria são inspiradas no evangelho de Lucas; O lunário perpétuo misto de ciências e astrologia que segundo alguns autores era leitura dos sertanejos da época; mesmo as Hora Marianas citada por Euclides e outros não são citadas por Fiorin. Portanto, o cerne da questão das fontes que influenciaram a produção das prédicas não está no fato de ser fonte A ou B a mais importante ou a que conduziu o discurso. Nossa hipótese é que as fontes e o próprio discurso estão a serviço dos interesses imediatos do líder e de seu povo, interesse esse que contrastavam com os da elite, seja ela política ou religiosa (GALVÃO, 2001, p.55)<sup>26</sup>. Desse modo, não importa se as fontes são conservadoras e geram discursos conservadores. O que importa é se o conteúdo das prédicas apresenta ou não elementos que comprovam a nossa hipótese de que o discurso religioso conservador do Conselheiro buscava amenizar as injustiças sociais que afetavam os canudenses.

---

<sup>26</sup> Walnice Nogueira escreveu sobre os interesses que estavam em jogo na Campanha de Canudos. Quando fala das notícias sobre a obra de Conselheiro e do despontar do medo: o medo das oligarquias, deixa claro a idéia de que a destruição de Canudos estava relacionada com o conflito de interesses entre povo e privilegiados.

### 3.2 ESTRUTURAS, DISCURSIVA E TEXTUAL DAS PRÉDICAS

Nos seus estudos sobre o discurso do Conselheiro nas prédicas, Fiorin chega a uma conclusão que fora afirmada intuitivamente na década de 1970 por Ataliba Nogueira e que mais tarde, na década de 1990, fora confirmada por Alexandre Otten. Que o discurso do Conselheiro é essencialmente religioso. O Conselheiro “não mistura Jesus com Jenésio, nem alho com bugalhos”. Seu discurso tanto é eficiente, quanto coerente no que diz respeito aos conhecimentos teológicos e ao encadeamento lógico das idéias religiosas. Salvo algumas observações de Otten e Fiorin, verifica-se que tanto o discurso, quanto o texto do Conselheiro e seu conteúdo são de ótima qualidade gramatical e discursiva. Essa constatação contraria inclusive as afirmações de Euclides da Cunha quando escreveu sobre os escritos do Conselheiro. E mais, segundo Nogueira (1974), Euclides não teve acesso às prédicas (NOGUEIRA, 1978, p. 28)<sup>27</sup>, mas comentou sobre supostos escritos do beato em seus “Os sertões”.

Fiorin (1980) fez uma análise comparativa de um trecho das prédicas com um trecho do texto do padre Antônio Vieira intitulado “Os peixes” com o objetivo de respaldar a afirmação da essência religiosa dos manuscritos do Conselheiro. O intuito geral do trabalho do autor supracitado não era a investigação teológica, o que queria Fiorin era extrair os pressupostos político-ideológicos do discurso religioso do Beato e, para isso, ele estabeleceu três níveis de desenvolvimento da análise do referido discurso: a - Descrição do conteúdo semântico investido nas prédicas; b - Estudos das condições estruturais que determinaram esse investimento semântico; c - análises das posições políticas determinadas pelo discurso internalizado por Antônio Conselheiro. O autor dividiu o primeiro nível em três aspectos: a - descrição da teologia veiculada pelas prédicas que chamou de sermões; b - determinação da concepção de mundo traduzida pelos discursos; c - estudo da ética preconizada nas prédicas e concorde com a cosmovisão nelas investida. O primeiro aspecto sofreu novamente uma tríplice divisão a qual foi organizada pelo autor em três tópicos: Cristologia, Mariologia e Eclesiologia. Da cristologia do Conselheiro, o autor extraiu três características, a saber: cristologia dogmática, epifania de Deus e pleroma da realidade. Em trecho citado por Fiorin (1985) em sua obra da Mariologia concluiu o autor que:

---

<sup>27</sup> Nogueira observa que Euclides não teve acesso aos manuscritos do Conselheiro e quando se referiu a eles em *Os Sertões* era baseado em versos populares recolhidos supostamente na área da guerra.

Maria é apresentada, nas prédicas, como virgem e Mãe, dotada de meiguice, doçura, piedade, humanidade e obediência à vontade de Deus. É um ser totalmente devotado a Cristo e a São José. É o modelo do que deve ser cada homem (humanidade): um ser passivo, que busca superar o pecado através do sofrimento. Em suma, uma pessoa que não tem consciência de seu papel histórico. Maria como é apresentada pelo Conselheiro, não possui nenhuma dimensão profética. (FIORIN, 1985.p, 105).

Da Eclesiologia nas prédicas, Fiorin conclui que o Conselheiro não desenvolve nenhuma prédica específica. As referências eclesiológicas concentram-se, principalmente, nas prédicas sobre a cruz, o recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio e a República. Para o autor, os atributos da Igreja que se pode depreender nas prédicas são a unidade, santidade, apostolicidade, catolicidade e romanidade. Segundo Fiorin, o ideal que permeia a Eclesiologia do Conselheiro é o da cristandade (HOONAERT, et al, 1992, p. 243)<sup>28</sup>.

Essa eclesiologia coloca como missão principal da Igreja a realização das práticas sacramentais. Isso põe em evidência os “Ministérios Clericais e Hierárquicos”. Assim, o Conselheiro “mantém firme a concepção clássica da Igreja piramidal com membros dotados de poder sacro e simbólico e outros despojados desse poder”...

O beato canadense pretende ver a Igreja como “aparelho ideológico hegemônico”, como fora da Idade Média, sob a autoridade do romano pontífice, exercendo o controle dos demais “aparelhos ideológicos” sem que, para isso, houvesse qualquer barreira nacional. Emerge dos sermões o ideal cosmopolita de um mundo cristão a aceitar a weltanschauung católica como sua ideologia (FIORIN, 1985.p. 108-109).

Não é nosso objetivo resenhar o trabalho de Fiorin, o que queremos é evidenciar um aspecto interessante de sua pesquisa e que nos coloca em boas condições de analisar o conteúdo das prédicas Dores de Maria. No artigo “O discurso de Antonio Conselheiro” e na sua Dissertação de mestrado “A ILUSÃO DA LIBERDADE DISCURSIVA: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro”, embora tenha feito um bom trabalho, o autor não explorou de forma regular os conteúdos de todas as prédicas, pois as “Dores de Maria” constituem-se em mais 30% do total de escritos das prédicas, pois de 628 páginas totais do manuscrito, 220 correspondem às dedicadas às dores de Maria. O autor não levou em consideração esse detalhe e observamos que no seu trabalho a exploração das prédicas sobre Maria foi mínima, considerando-se para isso o quantitativo de material fornecido. Enquanto à cristologia, ele afirma: é o conhecimento relativo a cristo, quase sempre, mostrado em reflexões sobre a

---

<sup>28</sup> Sobre a concepção de cristandade pode-se encontrar em: HOORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIP, K. V. D.; BROD, B. **História da Igreja no Brasil**, uma perspectiva globalizante e intolerante de verdade religiosa forjada pelos primeiros missionários e colonizadores do Brasil.

pessoa de Maria. No artigo de Fiorin, encontram-se sete páginas sobre a Ecclesiologia, mas, segundo o autor, o Conselheiro não desenvolve sermão sobre a Igreja, pois as referências eclesiológicas estariam principalmente nos sermões sobre a cruz. Sobre o “Recebimento da chave da igreja de Santo Antônio e a república”. Esse aspecto no artigo referido é bastante desenvolvido, enquanto isso os estudos reservados a Maria pelo autor, seja no artigo ou na dissertação não passam de uma ou duas páginas no máximo.

As 29 prédicas dedicadas à vida e sofrimento de Maria desde a Anunciação até a morte e Paixão do seu filho é um conjunto de sermões que compõem mais de um terço do total do manuscrito do líder canudense, apresenta-se dividido em quatro partes: primeiro vem o título e depois o corpo do texto dividido em três pontos, cada ponto expressa em geral um objetivo do beato: o primeiro ponto geralmente procura narrar uma passagem problemática na vida de Maria; o segundo geralmente procura sensibilizar o ouvinte frente à situação de Maria que foi narrada no primeiro ponto; o terceiro ponto é geralmente um apelo à ação nos moldes cristãos de Maria e é também, de certa forma, uma advertência frente à “falta de atitude cristã” das pessoas.

No conteúdo das prédicas não está especificado o grupo para o qual se fala, pois é característica do discurso religioso usar um linguajar universal, embora cada denominação tenha sua perspectiva. É a das “Dores de Maria” e do cristianismo especificamente Católico popular (DORADO, 1992, p. 17)<sup>29</sup>. Dentro das idéias cristãs, a de maior relevância é a de que Deus faz justiça aos injustiçados, pobres, sofredores. Na religião popular, Maria é a grande mediadora dessa justiça, não é a toa que na oração se diz: “Santa Maria mãe de Deus rogai por nós pecadores agora e na hora da nossa morte”. Por esses manuscritos terem sido produzidos em Canudos pelo seu líder religioso entre o início e o fim da Guerra de Canudos, tendo em conta a capa e algumas características dos escritos como: a - grande divisão do conteúdo (são 14.181 palavras aproximadamente, divididas em 29 prédicas), uma média de 306 vocábulos, para cada pré-dica. Essas prédicas por sua vez são divididas em quatro partes (título, primeiro ponto, segundo ponto e terceiro ponto). Os títulos têm em média 10 palavras, os pontos 1, 2 e 3 têm em média 171 palavras; b - vocabulário com termos regionais e locais e permeados de referências à justiça/injustiça e a crimes que ora são atribuídos contra Maria e Jesus, ora ficam

---

<sup>29</sup> As tradições orais sobre Maria seu poder e preferencia pelos pobres começa desde os tempos coloniais com a releitura popular americana da devoção mariana européia. DORADO, 1992, bem como ARAGÃO, 2002, e FERNANDES, 1995, preconizam que a religiosidade popular é bem mais que mística, é mesmo uma teologia popular onde o fiel não só crê mais avalia e utiliza sua crença pragmaticamente.

soltos como quem espera a identificação das vítimas; c - repetição das idéias principais com tom rebuscado e às vezes poético, como que preparado para a tradição oral<sup>30</sup>.

Os indícios não deixam dúvida de que o caderno do Conselheiro era artefato de anotação para posterior exposição oral ao povo. Por esses e outros aspectos do conteúdo da obra do Conselheiro, podemos afirmar que as prédicas se direcionavam especificamente aos sertanejos canudenses, “povo de Canudos”, especialmente no período da guerra de defesa contra o exército brasileiro. Esse conteúdo atingia, assim, diretamente os que se reuniram em torno do peregrino e com ele criaram Canudos e a defenderam até a morte<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> A tradição oral dos sertanejos é famosa nacionalmente um pouco dessa tradição tem exemplo magnífico na atividade artística onde aparecem os Poetas, cantadores e repentistas, além dos grandes nomes atuais na composição de musica popular brasileira.

<sup>31</sup> A guerra dos canudenses contra o exercito se caracterizou como uma defensiva, em seu povoado os Canudenses foram bombardeados até o fim do massacre. Embora a resistência tenha sido forte e feroz foi uma resistência, uma defesa e não um ataque contra o Estado e ou exército. COSTA,1990, assim como ANDRADE, Izaías 1999, defendem as hipóteses de que o movimento de Canudos era uma reação a situação de miséria social e opressão política sofrida pelos pobres da época.

### 3.3 AS PRÉDICAS “DORES DE MARIA”

#### **Prédica nº 1: Tempestades que se levantam no coração de Maria por ocasião do mistério da anunciação**

**Resumo:** A referida prédica comenta o momento de uma mulher que trabalha, pensa e reflete sobre questões individuais e coletivas – “não passo de obscura filha de Israel”. Existe, nessa prédica, um diálogo inteligente e questionador entre a mulher e um interlocutor – “como poderá isso assim acontecer se sou virgem e virgem quero permanecer”.

**Título:** O título mostra que Maria questiona a anunciação e é justamente esse questionamento que a deixa aflita e confusa (tempestade). Esse questionamento é mantido durante todo texto e é desenvolvida uma narração em cujo ápice dilui-se a tempestade em aceitação.

**1º - Ponto:** O texto expõe os afazeres de Maria, dividindo-os em humanos (mundanos) e religiosos (sagrados). Dentre os dois, Maria dá preferência aos religiosos e essa preferência tem um motivo “abreviar a vinda do justo”. O primeiro momento é a chegada do anjo e sua anunciação, logo após vem a dúvida de Maria em relação a seu merecimento e, por fim, a aceitação do anunciado. Porém, logo em seguida, se tem a pergunta que estabelece o mistério: “donde, pois, pode vir merecimentos para tão alto destino?”. O que se conclui é que a religião (sagrado) predomina “meu Deus, meu Deus...” é a última frase desse ponto.

**2º - Ponto:** A partir desta parte da prédica, retoma-se o tema da prédica anterior. O desenvolvimento que se segue termina por resolver os conflitos (tempestades) suscitados na primeira parte da prédica. Ao concluir esse ponto o autor sai do gênero narração, apelando diretamente para que o leitor e ou ouvinte admire as virtudes marianas implícitas nas passagens anteriormente narradas (temor, prudência, virgindade).

**3º - Ponto:** Neste ponto da prédica, predomina o gênero ligado aos conselhos. São significativos os verbos imperativos, porém sempre na primeira pessoa do plural: “meditemos no muito que devemos à senhora”. Esse procedimento discursivo é indicativo de humildade e inclusão no grupo, característica, aliás, do comportamento do Conselheiro. Introdução, desenvolvimento e conclusão nessa parte da prédica constituem um apelo ao exame de

consciência (reflexão). Que tipo de comportamento “temos tido frente ao exemplo dos comportamentos de Maria”?<sup>32</sup>

**Conclusão:** A observação que no título Maria questiona a anunciação se confirma, pois é justamente esse questionamento que a deixa aflita e confusa. Esses sentimentos são mantidos durante todo texto da primeira prédica, tanto para cada parte como para o total da prédica, sendo, que de forma global e no fim prevalece a fé e o comportamento condizente com a caridade. O primeiro momento da prédica representa a intervenção divina na vida humana; No segundo, observa-se a reação do ser humano frente à interpelação que Deus faz; E no terceiro, há uma possibilidade da união do homem com Deus.

É justamente no terceiro ponto que é representada a possibilidade da união com Deus, porém se prescreve claramente a forma de se chegar a Deus. Pela imitação do comportamento de Maria, que pode parecer inclusive um convite a passividade. No entanto, ao analisarmos pormenorizadamente, o convite é avesso à passividade, a narração mostra Maria em duas atividades (afazeres domésticos, profanos; afazeres religiosos, sagrados). Existe algum motivo para que os afazeres mundanos não sejam especificados, enquanto que os religiosos são as orações, que são súplicas e as súplicas são pela vinda do justo. Inferimos então que as atividades mundanas não importam tanto quanto a religiosa, que pode inclusive ocasionar a vinda da justiça, não qualquer justiça, mas a divina<sup>33</sup> na qual estão incluídas todas as espécies de justiça (DUQUOC, 1980). Existem boas possibilidades de ser por isso que narram algumas testemunhas da guerra que, em pleno bombardeio, o sino repicava chamando os fiéis à oração.

Raciocínio assim: o guerreiro canudense poderia se inspirar nas qualidades de Maria expressas nas prédicas para combater, sendo a guerra expressão de uma intervenção divina na terra ou da injustiça humana não importa. O guerreiro a recebe com temor, com cautela e prudência, avalia a situação e, sem perder a sua “virgindade”, age em testemunho do justo, ou seja, da justiça. Dessa forma, a mensagem do texto pode servir para o homem piedoso, para o comerciante, o agricultor, o criador, o guerreiro, entre outros que a interpretaram cada qual da

---

<sup>32</sup> Fiorin afirma que a intenção do Conselheiro é fazer com que os canudenses imitem Maria, no entanto a concepção que ele julga ser a do beato em relação a Maria é uma concepção clássica, enquanto o conteúdo e alguns trabalhos como o de (DORADO, 1992), mostra que Maria é segundo a tradição popular também uma mulher guerreira. A concepção que Conselheiro tem de Maria esta entre a clássica e a popular.

<sup>33</sup> Sobre a concepção de justiça de Deus a Teologia desenvolveu estudos sobre a teoria do “servo sofredor” e com ela também a concepção do Reino de Deus ou justiça de Deus. Estes estudos esclarecem a concepção de justiça divina e entre eles encontramos: (DUQUOC, 1980).

sua forma, condicionados pela sua situação histórica, social, cultural e psicológica (DAVID, 2003, p. 07)<sup>34</sup>.

### **Prédica nº 2: Sentimento de Maria por causa da pobreza em que se achava por ocasião do nascimento de seu divino filho**

**Resumo:** Essa prédica comenta sobre uma mulher que sofre e de certa forma questiona o porquê de seu filho nascer na pobreza. A referida mulher tem um sentimento ambíguo, pois se alegra pelo nascimento do filho, mas se entristece com as condições desse nascimento. “... que mãe, mesmo a mais abandonada da fortuna, deixaria de magoar-se dando à luz um filho em tão desprezível lugar”. Embora pobre, essa mulher não aceita qualquer tipo de ajuda para si e para o filho.

**Título:** Disposto de forma que Maria e o sentimento representam o mundo material, enquanto que no fim, temos a expressão “Divino Filho” representando o religioso (Sagrado). Observamos que existe uma ligação entre o mundo material onde está Maria e o mundo religioso onde está o Divino, entre ambos está a pobreza e o nascimento sofrido. A interação entre o material e o Divino se dá por um canal real e ao mesmo tempo simbólico como é o nascimento.

**1º - Ponto:** No primeiro momento dessa prédica nasce o justo dos justos. Por que não, Jesus, o Messias, o Filho de Deus ou o Salvador? Posteriormente, desenrola-se todo contexto das condições sociais de Maria e seu Filho. Em fim, o escritor fecha o primeiro ponto, apontando para a ambigüidade da situação de Maria, mãe do Filho de Deus, porém em extrema pobreza.

**2º - Ponto:** Os verbos imperativos nesse ponto se repetem na primeira pessoa do plural como na prédica anterior. A princípio, apelando para formação de uma imagem mental, diz o autor: “transportemo-nos em espírito ao albergue de Belém...”, posteriormente introduz expressões que causam contraste, pois alegre por estar em Belém, entristece-se pela situação

---

<sup>34</sup> A religião tem uma influência relevante sobre o psíquico humano e o mesmo pode ser dito em relação a influência das condições psíquicas sobre as atitudes religiosas. O prof. Luiz Alencar Libório do curso de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, ao ministrar a cadeira de Dimensão Psico-religiosa do homem, explicita algumas das possíveis influências referidas acima.

que se encontram Maria e o “fogo a tremer de frio...”. Por fim pede-se que “consolemos Maria”. E por que não Jesus e Maria?

**3º - Ponto:** Este ponto começa com uma advertência, não uma advertência tenebrosa, mas um princípio racional, “para um hóspede santo é necessário uma acomodação santa”. A questão da incoerência entre comportamento humano, (sociedade) e a lei divina é reclamada talvez justamente pela natureza ética do pensamento cristão do Conselheiro. O autor, na fala de Maria, coloca determinados homens abaixo dos animais, preferindo ela os animais a eles e observa que o isolamento com sua família é melhor que a comunhão com esse tipo de homem. Que tipo de homem seria esse?

**Conclusão:** Logo no título aparece o tema das injustiças da sociedade (pobreza e suas implicações) que são uma realidade material. Para a realidade tanto material, quanto religiosa (Sagrada), no início fica claro que Jesus é o justo dos justos. Certamente esta expressão leva diretamente o leitor e ou ouvinte a pensar que a missão de Jesus não é exclusivamente religiosa. O desenrolar da prédica enfatiza a situação de pobreza que passa Maria. Essa mulher não se revolta, mas assume as injustiças humanas junto com o dom de ser mãe de Jesus (Deus) sendo esse fato, para ela, expressão de justiça divina. O leitor e ou ouvinte pode interpretar o texto como sendo a injustiça obra humana e a justiça como obra de Deus<sup>35</sup>. Dessa forma, os canudenses têm duas possíveis justificativas para sua posição em relação aos seus inimigos: Primeiro que as injustiças são obras humanas e, a justiça, obra de Deus; segundo, nessa perspectiva, o homem pode se revoltar contra as injustiças, principalmente as sociais sem, contanto, ferir a justiça divina. A análise do conteúdo não permite acreditar que os canudenses fossem revoltados ou revoltosos nem que se vissem nessa condição, sua luta era por justiça. A própria guerra de Canudos se caracterizou como guerra de extermínio (CHIAVENATO, 1998), pois o exército atacou até o fim e os canudenses resistiram como puderam, inclusive rezando e escrevendo, como é o caso dessas prédicas. Os canudenses se viam como testemunhas da justiça de Deus. Não se tem notícia de qualquer ataque que seja do Conselheiro ou seu grupo fora do direito de defesa.

Quando, no texto, é colocado o contraste da situação de Jesus, fica aberta a possibilidade de ambigüidade humana. Assim, se o homem for sincero e justo diante dos irmãos e de Deus, ele será justificado. Esse raciocínio não tem nada de que possamos chamar

---

<sup>35</sup> Sobre a questão da justiça como obra de Deus (DUQUOC, 1980) enfatiza por exemplo que a justiça preconizada pelo messianismo judeu era diferente da justiça preconizada por Jesus, daí sua afirmativa de que Jesus era um anti-messias. O messianismo do povo judeu era partidário, político, por tanto sua justiça também. Já o que se vê no discurso e atitude de Jesus é um universalismo humano e a abstração da Justiça de Deus com seu viés principalmente ético e moral.

de alienado ou irracional. Alienação maior que a dos canudenses era a dos soldados. Para esses a guerra era oportunidade de fama ou de satisfazer seu desejo de violência. Só não contaram com a capacidade de defesa dos canudenses. Do ponto de vista jurídico da época, o soldado que matava um canudense não era considerado criminoso, já o canudense, diferentemente, deveria ser julgado como insurgente e assassino.

Era preciso que o líder dos sertanejos canudenses mostrasse o ponto de vista religioso que deveria ser o dos canudenses. Assim, o raciocínio de Conselheiro nas prédicas era de que, qualquer homem que matasse seria assassino perante Deus, não importando as sanções materiais e sociais. Dessa forma, se para o Estado brasileiro e a sociedade, perante a lei, os canudenses eram criminosos passíveis de punição, para os canudenses, todos os homens eram criminosos (pecadores) e, portanto, iguais perante a justiça divina. Se fosse sincero e se arrependesse, seria absorvido pela Lei de Deus uma vez que o Estado e a sociedade já os tinham condenado. Assim, a consequência dos seus atos na sociedade não está diretamente ligada a sua relação com Deus, mas com a sociedade em que viviam.

Portanto, o homem pode viver em conflito com a sociedade, mas não obrigatoriamente com Deus. O arrependimento não garante benefícios materiais e sim religiosos (espirituais), se bem que o bem-estar psicológico é material e, muitas vezes, se confunde com a consciência religiosa. Parece-nos que de alguma forma o Conselheiro intuía esse fato e, é justamente por isso que os Canudenses não reconheceram a justiça da sociedade como a legítima e contestaram o direito dessa justiça humana de julgá-los.

### **Prédica nº 3: Dor de Maria na circuncisão de seu filho**

**Resumo:** A prédica de número três fala de uma mulher que sofre porque seu filho foi ferido, “Como entenece ver o filho neste estado...”. A referida mulher se sujeita a lei e a tradição, mas não por um imperativo qualquer, “... meditando profundamente nestas verdades - lei e tradição - A mulher sofre com o filho e o consola, justificando o seu sofrimento de ambos, “diria ela, é preciso cumprir-se a lei...”.

**Título:** O título da terceira prédica não nos remete nem a questões religiosas, nem a questões sociais, é simplesmente a afirmação da dor de Maria frente ao sofrimento de seu

filho. Ocorre que o tema do texto seguinte ao título, tanto é religioso como remete a questões sociais, pois fala sobre obediência às tradições e às leis.

**1º - Ponto:** O autor cita a lei antiga e enfatiza a questão da dor, do sofrimento e do sangue. Narrando posteriormente o sofrimento da criança e da mãe, nessa prédica, diferentemente das duas anteriores, ele já na primeira parte narra, sensibiliza e conclui usando o imperativo na primeira pessoa do plural. Nessa, assim como em outras, fica clara a simbologia usada pelo Conselheiro. Um exemplo é o caráter também simbólico do sangue derramado pelo cordeiro em função do amor e do ensinamento que precisamos receber.

**2º - Ponto:** Assemelha-se ao primeiro ponto das prédicas anteriores. Logo na introdução é explicado o objetivo da instituição da circuncisão (tema de teor individualista). Com o desenrolar do texto, fica claro que o tema da prédica é também humano e coletivo, pois nela podemos ver que Jesus é o legislador supremo e ao se sujeitar a lei dá exemplo de justiça e não de passividade. Também fica claro que tanto a mãe, quanto a criança reage ao sofrimento, uma reação que de uma forma geral é a mesma que se deve esperar de um cristão: Maria chora (linguagem da natureza) e se solidariza com o sofrimento do filho.

**3º - Ponto:** Esta parte da prédica começa tentando sensibilizar o leitor e ou ouvinte do sofrimento de Jesus e de Maria para que a lei fosse cumprida. Observa-se, também, uma expressão inédita até então nas primeiras três prédicas, o uso do imperativo na primeira pessoa do singular (outra vez eu digo), após esse trecho continua no imperativo da primeira pessoa do plural e cita crimes que têm causado tantas lágrimas. Que crime? Fechando a prédica três, pede o Conselheiro particularmente à “minha carinhosa mãe”, uma caridade, mesmo que eu não tenha dignidade perante Deus.

**Conclusão:** A prédica que superficialmente nos pareceu mais intimista e religiosa acaba, depois de sugerir no primeiro momento a aparente passividade de Maria perante a lei, mostrando-se também de teor social, coletivo. Depois de sugerir que a lei de Deus precisa ser cumprida e o homem para ser digno só pode reagir mantendo-se fiel a essas leis, o Conselheiro utiliza o apelo à transferência ao “mundo espiritual” onde se encontram Maria e Jesus sofrendo por nós. Em seguida, usa o verbo imperativo pessoal no singular e, posteriormente, chama Maria de “minha mãe” pedindo-lhe um favor em forma de caridade.

Esta prédica número três não pode ser considerada essencialmente passiva ou exclusivamente religiosa, pois fica apenas com a forma superficial de passividade. A lei que é citada na prédica não é a lei dos homens, muito menos a lei da república. Tanto a suposta passividade, quanto a lei são elementos que só são entendidos por elementos que façam parte

da comunidade religiosa ou que seja conhecedora de suas nuances. Além disso, o contexto da guerra é um momento rico de significados para o entendimento do conteúdo dos textos de Antônio que de Conselheiro tem mesmo é a prática, seria esse título à toa?

Na análise dessa prédica, podemos apresentar o fato de que a escritura dela pode ter sido motivada pelo ambiente de repúdio e de guerra contra Belo Monte. Que crimes teriam sido estes mencionados por Conselheiro? Esta passagem não está clara como estão outras passagens complexas das prédicas anteriores, existe ambigüidade e confusão: “outra vez digo: que choremos com Jesus e Maria, ou antes: choremos os crimes, que têm sido causa de tantas lágrimas”. O Conselheiro poderia estar se referindo não só aos crimes da humanidade, mas também a crimes específicos concretos<sup>36</sup>. Indícios dessa afirmação é que o tema da prédica não é: justiça, injustiça ou crime, mas sim lei, legislação e o sofrimento de Jesus e Maria para cumprir essa lei. Outro indicativo de que o Conselheiro se referiu a acontecimentos específicos é que as prédicas começaram a ser escritas logo após a expedição de Pires Ferreira que, embora tenha sido desbaratada involuntariamente pelos Canudenses, deixou um saldo muito alto de mortos entre eles. Conselheiro usa o pronome possessivo na primeira pessoa referindo-se a Maria: “sim minha carinhosa mãe” e pede um favor: “fazei-nos esta caridade”. Que caridade? Da intimidade, podemos inferir que existem muitas chances do Conselheiro ser devoto de Nossa Senhora<sup>37</sup> e estar-lhe pedindo proteção contra a guerra que parece certa. Embora dominasse bem vários tópicos de teologia clássica (ANDRADE, 2005, p. 63), poderia ser adepto da “teologia popular mariana”<sup>38</sup>, isso se caracteriza ao pedir algo a Maria também sua mãe. Essas hipóteses impossibilitam a sustentação de que tanto Antônio Conselheiro como seus seguidores mais próximos ou mesmo os que seguiam a risca suas idéias, fossem de vertente messiânica radical ou moderada, seja milenarista ou sebastianista, tudo indica que o messianismo de Conselheiro se restringe ao incluso no Cristianismo oficial.

---

<sup>36</sup> A primeira expedição comandada pelo tenente Pires Ferreira deixou um saldo de mortos entre os canudenses muito alto. É prática nos sermões religiosos a menção a fatos do dia-a-dia e a reflexão sobre eles. Observa-se que a fala do Conselheiro é no sentido dos pêsames e também da reflexão sobre a morte e um episódio específico.

<sup>37</sup> O Conselheiro se vestia como os Carmelitas descalços e era costume do Sertanejo católico, assim como é do Brasileiro católico a devoção aos santos. O beato possuía o livro intitulado Horas Marianas e o conteúdo das prédicas tem como tema principal tanto quantitativamente como qualitativamente Maria e suas dores. DORADO, 1992, afirma que a devoção Latino americana é essencialmente mariana.

<sup>38</sup> As crenças populares sobre temas religiosos e ou sobre religião são na prática uma teologia vulgar, popular onde as pessoas do povo enquadram a religião de acordo com suas necessidades diárias e suas identidades históricas. ARAGÃO, 2002, situa a praticidade da religiosidade popular, seu viés empírico e sua funcionalidade social.

#### **Prédica nº 4: Humilhação de Maria no mistério da apresentação**

**Resumo:** Essa prédica narra o momento de uma mulher que se sente humilhada em uma cerimônia pública por ser pobre sem recursos e ainda mais mulher numa sociedade desigual: “Ela bem vê que milhões de mundos são insuficientes para o resgate legal, no entanto um par de rolas é a oferta... para o cumprimento da lei”. A referida mulher apesar da humilhação tem em mente um projeto futuro, uma (esperança).

**Título:** Conselheiro volta à questão da injustiça, pois a humilhação é um dos indicativos de injustiça. Confirma-se no texto o predisposto no título, pois ao narrar a ida de Maria ao templo, além de citar que isso era exigência da lei, diz que isso era uma injustiça do ponto de vista profano e religioso, pois sendo tanto Jesus como Maria puros estavam colocados no mesmo nível que os outros pecadores.

**1º - Ponto:** No primeiro momento do texto fica ainda específica a injustiça que passa a ser social uma vez que Jesus é “confundido na estima pública com o mais pobre dentre os filhos do seu povo”. Esse trecho da quarta prédica já começa com a sensibilização pela injustiça sofrida por Jesus e Maria.

**2º - Ponto:** Ao começar o segundo ponto, o escritor volta à narração do episódio, mostrando a disparidade entre a real dignidade de Jesus e a que a sociedade lhe atribui. Em seguida, desenvolvendo os argumentos dessa segunda parte cita a oferta que é feita no templo e liga a oferta material com a simbólica, ou seja, a rola e o sofrimento de Maria, bem como o seu comportamento digno diante das injustiças. Conclui, pedindo reflexão e a oferta do coração a Deus.

**3º - Ponto:** No terceiro ponto, o autor pedindo aos ouvintes a exemplo de Maria doação incondicional, desenvolve as idéias, afirmando que não devemos nos envergonhar de dar testemunho “dela” (Maria) aos homens. A conclusão do terceiro ponto apela para obediência à Maria, isto é, à imitação de Maria.

**Conclusão:** As prédicas correspondem a vida de Cristo desde o nascimento até a paixão e seu conteúdo é inspirado no evangelho de Lucas (ANDRADE, 2006, p. 63)<sup>39</sup> e em tradições populares sobre a vida de Maria Mãe de Jesus. O evangelho de Lucas fala da

---

<sup>39</sup> A Bíblia foi largamente usada por Conselheiro. ANDRADE (2006) explora muito bem essa utilização. Nós, porém, acrescentaríamos a influência do Evangelho de Lucas na composição das “Dores de Maria” essa influência de Lucas fica evidente justamente quando observam-se passagem da vida de Jesus e Maria que não aparecem em outros evangelistas.

apresentação no templo, mas, apesar de mencionar as rolas ou pombinhas ofertadas, não se refere a nenhuma humilhação sofrida por Maria. Dessa forma, tanto o título, quanto o conteúdo da prédica número quatro diferencia-se do evangelho de Lucas. Ou seja, o Conselheiro introduziu nessa história um argumento tanto relacionado à Maria e seu sofrimento, quanto à relação dela com a sociedade que a cercava. Por acaso ou não, é provável que esse elemento adicionado pelo autor tire o foco essencialmente intimista e religioso do relato e o dê um teor social.

Considerando o que foi exposto acima e sobre a data da escritura das prédicas, podemos supor com alguma segurança que o Conselheiro apelava nas prédicas por uma ação de paz, não passiva, mas pacífica ou ao menos ética. Pois, não é de se estranhar que, em Belo Monte, se passasse na cabeça de alguns líderes a idéia de vingar as vítimas de Uauá, pois não era novidade nem segredo a desavença dos Conselheristas com o juiz Arlindo Leoni, o principal articulador da primeira expedição contra Canudos (GALVÃO, 2001, p. 71). Esse dito juiz não esquecera o episódio de Bom Conselho e, na primeira oportunidade, tentou se vingar usando o tenente Pires Ferreira. Tanta discussão sobre justiça e sobre lei nas prédicas daquele momento pode ser justificada justamente pela possível vontade dos canudenses de “justiçar” os mortos de Uauá.

Nesse caso, a hipótese de Antônio Conselheiro como negociador (HOONAERT, 2001, p. 39) encaixa-se justamente quando o Beato contrapõe a justiça de Deus perfeita à justiça dos homens. Coincidência ou não, o principal desafeto dos canudenses nesse momento é justamente um juiz. A imitação de Maria ao nível simbólico é uma coisa, em nível material é outra, pois tudo indica que para Conselheiro, simbolicamente Maria representa o ideal religioso de fidelidade à justiça divina e já materialmente, profanamente, é conhecida popularmente a história de Maria, que teria sido elevada aos céus velhinha. O Conselheiro, como um bom católico popular, certamente teria em mente não só a obediência a Maria, mas a longevidade da Mãe de Deus. O próprio Conselheiro é testemunha de que a justiça humana não substituíria à divina, aos quase setenta anos conheceu o exemplo da sua própria vida conjugal<sup>40</sup>. Sua atitude perante a vida é positiva, uma prova disso é a prédica de despedida<sup>41</sup>, uma verdadeira poesia de aclamação da vida e vida material, diga-se de passagem.

---

<sup>40</sup> O Conselheiro foi traído pela esposa e como era costume e até mesmo previsto em lei na época teria o direito de legítima defesa da honra, porém não consta na historiografia desforra do Conselheiro contra os traidores (BENÍCIO, 1997, p. 21).

<sup>41</sup> “Adeus povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino...” (NOGUEIRA, 1978, p. 181-182).

### **Prédica nº 5: Dor de Maria na profecia de Simeão**

**Resumo:** A referida prédica trata de uma mulher que reflete e se angustia com o possível futuro de seu filho, “... e esta consideração faz-lhe derramar lágrimas”. O sentido social dessa prédica está no fato de o destino do filho desta mulher estar relacionado com a sociedade “A encarnação do seu filho havia de ser infrutífera para muitos entre o seu povo”. A mulher sofre com a futura humilhação própria e a de seu filho.

**Título:** Na introdução desta prédica fica clara a ligação entre o título e o conteúdo do texto subsequente que reza sobre o sofrimento antecipado que ocorreu a Maria diante do destino de seu filho. No desenvolvimento da idéia sobre o destino de Jesus, o escritor lamenta e pergunta: “quem à vista dela desconhecerá que a mão do Onipotente vai descarregar sobre a inocência o castigo, que devia ser a partilha do culpado!”.

**1º - Ponto:** Esta parte da prédica narra o momento no qual Maria ouve da boca do profeta Simeão a previsão sobre a vida de Jesus e sua relação com o seu povo. “Maria colhe das palavras do piedoso ancião que a encarnação do seu Filho havia de ser infrutífera para muitos de entre o seu mesmo povo” concluindo essa primeira parte apela-se para a sensibilidade do povo canadense em relação ao sofrimento de Maria.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, afirma ter sido a redenção humana feita de caridade e misericórdia. Ao desenvolver o tema, o escritor comenta sobre as reflexões de Maria: “... Vendo um futuro triste dos sucessos passados e presentes”. Quando conclui o segundo ponto diz: “como filhos de Maria” tratemos de consolá-la através da reforma de nossas vidas.

**3º - Ponto:** O terceiro ponto inicia continuando o raciocínio sobre a reforma da “nossa vida” e desenvolve-se pregando que, mesmo com a reforma, o sofrimento é inevitável, pois a vítima descansa nos braços de Maria. Ela, porém, já chora seu destino. A conclusão é um apelo ao “bom comportamento”, comportamento justo, pois que “sejamos do número dos predestinados.”.

**Conclusão:** Tomar este texto pela aparência é enganar-se, pois no contexto específico de Canudos daqueles dias, possivelmente os líderes se preparavam para resistir e Conselheiro, como líder inteligente, prevê o final trágico de Canudos (Belo Monte) e do povo. Como fora o final, “triste” de Jesus e de Maria. Quando o Conselheiro fala do castigo, que devia ser a partilha do culpado, certamente protesta e apela para a justiça divina. Essas informações e argumentações poderiam ser religiosamente analisadas como produto da mística do

Conselheiro, mas é produto da capacidade analítica dele diante do desenrolar dos fatos. Se não quisermos falar dos episódios de Uauá, podemos voltar a citar as desavenças com o juiz Arlindo Leone, com o Barão de Jeremoabo e seus apadrinhados políticos, com as proibições e artifícios do Bispo da Bahia, com maior ênfase à Missão Capuchinha, a qual deixou no ar a sensação, a idéia que os mandatários da Igreja oficial local lavariam as mãos ante as investidas do aparelho estatal sobre Canudos. Para um homem do porte intelectual e sensível como Antônio Vicente Mendes Maciel estava evidente a configuração do massacre contra os pobres de Belo Monte.

Convicto das investidas posteriores, os argumentos do orador são direcionados não para o resultado final, para o desfecho da sua história, mas para o processo. Assim, Maria sabendo seu destino e do seu filho não o renega e mais ainda, reafirma sua confiança na justiça divina, já que a “justiça da terra” não era confiável. É famosa a ética dos combatentes canudenses que segundo observações da própria historiografia oficial<sup>42</sup> ao contrário dos soldados do exército brasileiro, não saqueavam os combatentes mortos. A pregação do Conselheiro era, que mesmo tendo de morrer, mas que morresse com dignidade e respeito aos mandamentos da justiça divina. Fica desta forma a questão, sendo o Conselheiro portador de tal pressentimento, ou consciência, por que não dispersa o povo para evitar tal massacre? Só quem não conhece a índole do sertanejo pressupõe que tal atitude tivesse sucesso.

As conjunturas nacional, regional e local apontavam para uma possível tragédia desse tipo e contribuía também para divulgar a personalidade forte do sertanejo, inclusive o seu famoso destemor frente a coisas materiais. O professor Jobiergio Carvalho, especialista em história do Brasil e professor da UNESF-Funeso, em suas dezenas de palestras sobre o tema (guerra de Canudos) interpreta a profecia do Conselheiro de que “O sertão vai virar mar” justamente mostrando a inversão migratória e ou a fama do sertão no período da guerra.

Diante das reflexões do Conselheiro sobre a possibilidade da destruição da comunidade, não restava nada que pudesse ser feito para evitar tal destino. Então, assim como Maria que soube antecipadamente o destino do seu filho e o seu e não se acovardou, dando testemunho da justiça e do poder de Deus, caberia aos canudenses abraçar seu destino com dignidade e dar testemunho da justiça de Deus.

---

<sup>42</sup> O oficial do exército José Cândido Mariano Rondon apresentou um relatório quando era comandante do 1º Batalhão de Infantaria do Amazonas, sobre a estada do mesmo fora do Estado, durante o tempo em que esteve à disposição do Governo Federal e em operações no Estado da Bahia Manaus. Nesse relatório pode-se observar a avaliação do oficial quanto a postura dos soldados do exército brasileiro. Na sua tese de Doutorado Capuano compara os discursos de personalidades da época e observa uma distinção ligada principalmente a inserção do escritor e sua posição na sociedade da época (CAPUANO, 2005, p. 65, 75-76).

## **Prédica nº 6: Dor de Maria por ocasião de sua fuga para o Egito**

**Resumo:** Essa prédica se refere à tristeza de uma mulher que precisava fugir para que seu filho não fosse assassinado. A mulher chora por refletir sobre as dificuldades que iria passar na viagem com sua família e principalmente seu filho, mas também “... chora por deixar a sua pátria, por se separar de seus parentes...”. A prédica expõe uma situação de pobreza não só da mulher, mas da família “... Mãe e... filho sobre uma vil cavalgadura. Pobreza na cidade, pobreza de dia, pobreza de noite...”.

**Título:** O título se referiu a experiência de Maria ao precisar fugir para o Egito com medo da morte de seu filho. Estão envolvidos nessa questão tanto aspectos individuais como sociais, o tema e o conteúdo comprovam que isso seja a interpretação literal ou simbólica.

**1º - Ponto:** A introdução do primeiro ponto narra o porquê da viagem para o Egito (proteger Jesus), dado que o Rei Herodes havia tomado “o maligno intento de o matar”. No desenrolar do texto, é narrado o episódio da fuga, desde o aviso do anjo a José até que Maria conscientizada dessa necessidade, afirma: “salvemos Jesus custe o que custar”. Entre o aviso do anjo e a conscientização de Maria, o escritor procura sensibilizar o leitor e ou ouvinte com a situação que Maria e sua família.

**2 – Ponto:** No segundo ponto, fala-se da pobreza da família, do caráter corrompido do Egito, dos perigos da viagem, bem como do tipo de gente que encontrariam (ladrões e malfeitores). Essa talvez seja a maior das introduções das partes de cada prédica. Continua desenvolvendo o tema enfatizando o sofrimento de Maria perante a consciência da necessidade de tal sofrimento e conclui o autor que devemos a Maria a caridade e o afeto que tem por nós.

**3º - Ponto:** No terceiro ponto o autor convida o leitor e ou ouvinte a “seguirmos” em espírito a família sagrada e desenvolve o restante do texto enfatizando a pobreza, citando-a várias vezes. Diz o autor que, embora houvesse tanta pobreza, Maria não a percebia, pois seu foco era o sofrimento de Jesus. Por fim, diz o escritor: “imitemos em tudo Maria, por que ela nos ensina” a viver como ela as dificuldades da vida.

**Conclusão:** Essa prédica é, como todas as outras, complementares a qualquer uma desse conjunto de vinte e nove. No mesmo estilo de comunicação anterior, essa prédica tanto pode ser uma história interessante e comovente ao se ouvir, como poder ser uma mensagem religiosa e ou uma metáfora da situação em que se encontravam os canudenses. Como deve

proceder um cristão diante da situação que Maria viveu? Do ponto de vista metafórico, podemos interpretar essa prédica da seguinte forma: O Egito é tanto uma região quanto símbolo de situação fora da lei e da justiça divina. A necessidade de se cumprir o que está escrito (destino), obriga a família (povo) a fugir da terra prometida, da pátria e da lei, pois estar longe da pátria é estar longe da lei e, em última instância, longe de Deus. Para os adeptos dessa interpretação, a justiça divina, essa situação de exílio da lei é a própria desgraça, a morte em vida. Daí o pesar e a necessidade do retorno da família (povo) ao seio da pátria. Conselheiro como teólogo leigo e popular<sup>43</sup>, possivelmente, deve ter sentido a necessidade de instruir o seu povo no intuito de possibilitar a volta do povo a lei de Deus. É fato que, com a guerra, muitas pessoas que nunca tiveram matado alguém como é o caso de adolescentes, pais e mães de família foram obrigados a matar para sobreviver. Entrando, assim, suas mentes para uma viagem a um lugar sem a lei de Deus (Egito), essas pessoas são a família de Jesus (Deus), que após a necessidade de matar para não morrer, precisariam voltar a lei de Deus e é justamente Maria que vai reconduzir esse povo à Lei de Deus.

De um ponto de vista mais formal, observando o vocábulo pobreza e todos os escritos que nos remetem à questão das injustiças sociais, que são muitos nessa prédica, podemos afirmar que o Conselheiro vai-se preocupar e premiar essa questão nesses escritos. Porém, é justamente a justiça mais abstrata aquela que pode ser mantida ou manipulada na mente das pessoas, que é o principal objeto de preocupação do Conselheiro. Sendo seus ensinamentos de cunho Ético-Moral, o beato não se preocupa tanto com o preço que precisava ser pago para ser justo, mas o resultado desse procedimento que deveria ser uma sociedade melhor com menos sofrimento e a salvação espiritual que seria resultado do comportamento individual e social. Embora resultado do comportamento sócio-individual, a salvação espiritual é sempre mais importante para um religioso autêntico como foi o líder de Belo Monte. É como se a vida material fosse o processo e a vida espiritual o objetivo do processo. Nesse entre meio fica a questão da coerência entre ambos, ou seja, o reino da justiça não pode ser alcançado por meios injustos. Isso não quer dizer que o povo ficou imune aos vocábulos referentes às injustiças sociais, a pobreza da família, pelo contrário, essas expressões devem ter causado indignação e empatia do povo para com o sofrimento de Maria e sua família que era muito semelhante ao seu sofrimento.

---

<sup>43</sup> Teólogo popular é uma expressão que destaca aqueles que interpretam a vida a partir dos conhecimentos religiosos. A expressão é motivo de estudos e polêmicas, porém Câmara Cascudo, já dizia que o sertanejo é um teólogo natural, é por essência um teólogo.

Maria precisou fugir para o Egito, terra da injustiça. No entanto, na primeira oportunidade voltou à terra da justiça. Essa constatação sugere que os canudenses façam esse movimento migratório, quando e como fez Maria.

### **Prédica nº 7: Dor de Maria na morte dos inocentes**

**Resumo:** A prédica em questão fala de uma mulher que se tranqüiliza vendo o filho a salvo do perigo, porém se entristece e sofre por saber que crianças como a sua estão sendo assassinadas: “... contra os inocentes, concebeu com isto uma dor tão grande, que lhe fez arrancar agudíssimos gemidos e derramar abundantes lágrimas.” A referida mulher reflete sobre a violência e injustiça contra os filhos de outras pessoas, “filhos do povo”.

**Título:** O próprio título geral (dores de Maria) remete-nos às questões materiais. Nesse título específico, o elemento da dor de Maria é a morte dos inocentes. Maria, que está no exílio sofrendo, tem tempo para sofrer por outros membros da sociedade.

**1º - Ponto:** A introdução do primeiro ponto confirma a dor que se deve sentir frente a “empresas dolorosas”. Interessante é observarmos que, nesse trecho, não se especifica de quem seja a dor. Ao desenvolver o tema, o autor coloca que Maria, mesmo já a salvo, não se tranqüiliza, não tem paz, pois o que não aconteceu com o seu filho, aconteceu com os de outras mães como ela. Fechando o desenvolvimento, Maria é comparada a Raquel, sobrepondo-se o sofrimento daquela ao dessa. Na conclusão fica mais explícita a diferença entre Raquel e Maria “muito mais caridosa” e pura.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, continua-se a comparação entre Raquel e Maria e o autor pede uma reflexão. No desenvolvimento segue o autor comparando a caridade de Maria a de Deus. De novo a compaixão de Maria é comparada à de Raquel. Na conclusão do segundo ponto pede-se imperativamente: “tenhamos compaixão” da dor de Maria, lembrando para não sairmos dos seus pés.

**3º - Ponto:** No terceiro ponto temos, de início, uma explicação de como consolarmos Maria. “Refletir como ela emprega as potências de sua alma...” e o desenvolvimento pede para que o leitor e ou ouvinte questione. Fecha-se o desenvolvimento afirmando a solidariedade de Maria para com as suas similares maternas. Conclui-se então o terceiro ponto

e a prédica dizendo que é esta a maneira pela qual “Maria nos ensina a praticar a caridade” e que devemos seguir seus passos<sup>44</sup>.

**Conclusão:** Já o título dessa prédica nos remete à questão da injustiça, pois a morte de inocentes não pode ser outra coisa que primeiramente injustiça. Não existe nada mais representativo da materialidade que a dor, nem nada mais representativo da justiça que um inocente. Na introdução do primeiro ponto, o raciocínio é fechado sem se especificar de quem é o “sofrimento e a tristeza ou de quem é o coração que perece”. Isso se confirma se observarmos os verbos em pessoas indeterminadas ou no infinitivo.

Porque não se especifica de quem seja a dor? Se levarmos em consideração que os textos religiosos falam também metaforicamente com relação a realidades específicas, vividas por um determinado grupo. Os argumentos do Conselheiro são para uma imitação das atitudes de Maria, provavelmente os inocentes de quem se fala são os canudenses, o sofrimento e a dor são as deles. Quando no desenvolvimento se coloca a preocupação de Maria com os outros e as outras, pode-se inferir que mesmo salva materialmente, sua salvação não é o suficiente.

É preciso lembrar que todos são filhos de Deus, portanto merecedores de justiça, porém a justiça vem de acordo com o merecimento. Nesse caso, a caridade, a solidariedade e a inocência de Maria lhe fazem mais merecedora que Raquel. Parece-nos que Maria, para o Conselheiro, quanto à pureza, inocência, caridade e solidariedade só está abaixo de Jesus (Deus Filho). Considerando Maria e Raquel como dois grupos, Maria seria os canudenses, enquanto Raquel, talvez, os próprios inimigos deles, ambos povos cristãos e escolhidos. No entanto, os primeiros (canudenses), melhores, pois inocentes diante da situação específica, solidários e mais sofridos que o outro povo. Esse tipo de raciocínio não só levantava a estima dos canudenses, como podia justificar a “luta” para testemunhar a justiça divina na caridade de Maria. No segundo ponto, temos ainda a comparação entre Maria e Raquel. A comparação é uma oportunidade de pensar como agir, se como Maria ou como Raquel. Maria é “melhor” que Raquel na essência, pois é fruto de uma nova atitude e sensibilidade, frente à justiça.

A esse respeito, atesta o comportamento dos canudenses diferente de outros participantes de movimentos religiosos. No contestado, por exemplo, foram atacadas várias fazendas, a própria estação de trem e houve outros atos de violência contra pessoas não

---

<sup>44</sup> A comparação entre Maria e Raquel é essencial, pois a primeira é um marco da atitude verdadeiramente cristã, pois Maria é a primeira a imitar Jesus Cristo, enquanto Raquel representa o comportamento do povo escolhido que não aceitou a nova aliança. Essa prédica assim como outras demonstra uma ambigüidade sobre a opinião de Conselheiro em relação a guerra, existem opiniões de que o Conselheiro não era um líder absoluto isso é polêmico porém uma coisa é certa o beato não pegou em armas para lutar e existiam lideranças guerrilheiras nas fileiras de Belo Monte (GALVÃO, 2001, p. 48).

militares; na revolta do Juazeiro, os partidários do Padre Cícero ocuparam a capital do Ceará (JATOBÁ, 1996, p. 33)<sup>45</sup>. Por que teriam os canudenses resistido durante quase um ano sem se ter notícia ainda hoje de que teriam cometido algum crime contra as pessoas e ou seu patrimônio? O fato de se identificar com Maria (justiça, solidariedade, pureza), não seria essa a resposta a atitude dos canudenses mesmo sendo massacrados. Nesse caso, na conclusão do segundo ponto, não sairmos dos pés de Maria significa não deixar de tentar imitá-la, se tornando, por isso, superior ao grupo irmão (Raquel).

Ao introduzir o terceiro ponto, falando em consolar Maria, refletindo sobre sua capacidade mental de refletir sobre os acontecimentos, induzem-se os canudenses a pensar sobre sua situação e não negá-la, mas assumi-la. A situação era de guerra. Pode-se inferir, assim, que os canudenses deveriam aceitar a guerra, mas não como qualquer povo ou como o povo de Raquel, e sim como o povo de Maria que não se contentou com apenas aceitar a situação, mas refletiu sobre essa e continuou do lado da justiça. Existem indícios no conteúdo de que o Conselheiro, quando fala nas reflexões de Maria, deixa evidenciado que não basta ser inocente, mas é preciso saber o que é a inocência, a justiça e a solidariedade e optar por elas. Não é o fato de ser inocente, saber o que é justiça, inocência e solidariedade que vai salvar o indivíduo, mas optar por elas conscientemente. Ou seja, o canudense não deveria ser passivo ou ser colocado em uma situação, mas aceitar ou não sua situação. Sendo que para continuar com a justiça, a solidariedade e a inocência era preciso ter consciência da atitude de Maria e imitá-la.

### **Prédica nº 8: Desolação de Maria durante seu desterro do Egito**

**Resumo:** Esta prédica descreve a tristeza de Maria por estar morando longe de sua pátria, de sua terra, “no Egito não poucas vezes derramava lágrimas pelo que via diante de seus olhos e pela distância de sua querida Sião”. A mulher também se preocupa com os

---

<sup>45</sup> Douglas Teixeira Monteiro faz um estudo comparativo sobre Canudos, Juazeiro e contestado, seu estudo é sociológico e se refere ao teor religioso dos três movimentos. Não foi explorado no trabalho de Teixeira o fato de que o Movimento de Canudos foi uma defesa contra o exército, enquanto no Contestado segundo historiografia houve até a proclamação de um rei. E em Juazeiro a guerra era política e o poder de mobilização da Religião foi aproveitado pelos líderes sertanejos.

estrangeiros, pois “em profunda meditação sobre tanta miséria a senhora via claramente nos egípcios as trevas da vida com as da morte...”.

**Título:** Essa prédica é essencialmente religiosa e mística. Podemos inferir o que os canudenses delas tiraram para sua situação material específica porque o título sugere o desespero da pessoa que é afastada da terra, da sua vida normal, da sua natureza injustamente.

**1º - Ponto:** A tristeza que Maria expressa na introdução do primeiro ponto poderá ser entendida como consequência da injustiça de ser expulsa de sua pátria. No desenvolvimento desse ponto, a pátria celeste seria aquela pela qual “devemos abandonar o mundo e por ela suspirar”. Conclui-se, perguntando: “Quando cantarei na companhia dos bem aventurados”, quem são esses bem aventurados?

**2º - Ponto:** Na introdução do segundo ponto, retoma-se o termo desolação e relaciona-o a “superstição do Egito e ausência da Pátria”. No desenvolvimento são narrados os erros dos egípcios e suas consequências: “desgraça sem fim”. Maria pede a Deus que: “abri-lhe os olhos da inteligência” dos egípcios. E conclui-se com Maria que se compadece também do povo egípcio, pois esse não conhece o verdadeiro Deus.

**3º - Ponto:** No terceiro ponto, a introdução fecha com a expressão “prazer de estar na presença de Deus”. E o desenvolvimento continua, falando da onipresença de Deus, porém defendendo que existe um lugar específico para a adoração de Deus e que, além do povo, Maria sabe e presa por isso. Fecha-se a prédica afirmando: “Suspirar por essa pátria bendita é o que Maria nos ensina”.

**Conclusão:** Ao transpor os argumentos religiosos para a vida prática é provável que os canudenses tenham confundido e ou identificado a desolação e o desespero de Maria com o seu próprio. O fato de serem muitos deles marginalizados e miseráveis e ainda correrem o risco de perderem sua comunidade, sua terra corrobora com essa interpretação. Os homens e mulheres trabalhadores, honestos e pacatos, ao serem obrigados a se transformar em guerreiros e guerreiras, devem ficar tristes, pois essa não é sua natureza e sim o afastamento da natureza de Deus, ou seja, o afastamento da justiça e da solidariedade.

A pátria celeste não precisa ser obrigatoriamente o lugar místico que se vai depois da morte, mas de alguma forma o estado primeiro de paz infantil, de trabalho, de honestidade e solidariedade em que viveu a comunidade canudense nos seus primeiros anos de vida. A comunidade, embora miserável, conheceu nos seus primeiros tempos uma paz invejável, não é por acaso que a cadeia existente em Canudos foi apelidada pelos próprios de poeira. Não se pode acreditar que os argumentos religiosos do Conselheiro não tivesse significado para os

canudenses ou fosse como uma música que agrada mais pela melodia que pela letra. O texto do Conselheiro tem conteúdo qualitativo e significativo para qualquer leitor e ou ouvinte como o foi para os sertanejos mais preparados.

Os erros dos egípcios a que se referia o Conselheiro são na verdade a forma de vida “errada”, à qual se referia o Conselheiro e aqueles que melhor entendiam suas mensagens. A desgraça do ponto de vista material não seria para o Conselheiro a destruição de canudos ou os assassínios dos seus habitantes. A desgraça é a ausência de graça, que do ponto de vista religioso-material (moral) é a ausência de ética, de justiça. Dessa forma, a desgraça sem fim é a injustiça, a falta de ética, a impureza etc. Embora não sendo coisas concretas, se concretizam nas ações dos homens, portanto materializam-se trazendo “desgraças sem fim”. Ou seja, a falta de uma moral cristã seria para o Beato causa e conseqüência da injustiça, da falta de ética, da falta de inteligência. Pois um homem inteligente é um esclarecido por Deus ou pela verdadeira justiça e inteligência.

### **Prédica nº 9: Aflição de Maria na sua volta do Egito**

**Resumo:** Esta prédica trata da preocupação de uma mulher com uma viagem difícil para seus familiares (marido e filho), “posto que a senhora se alegrasse com esta notícia, vendo o termo do seu desterro, este prazer, contudo estava de envolto com o sentimento e pena das fadigas porque seu filho... e José... iam passar em uma viagem tão penosa...”. A mulher sofre com o futuro sofrimento da família na viagem, “... quantas vezes se banha em lágrimas por ver o menino..., lavado de suor e oprimido pelo cansaço? Quanto a debilidade de José a faz chorar!”

**Título:** Esse título comparado ao da Prédica de nº. 6 e, principalmente, à de nº. 8 forma um paradoxo, pois se a princípio a dor e o sofrimento de Maria são pelo fato de precisar se distanciar da terra natal, agora Maria se encontra aflita por conta da viagem de volta do Egito.

**1º - Ponto:** No primeiro momento do primeiro ponto dessa prédica é falado do tempo que durou o refúgio, da “ordem” para voltar e da condição desfavorável a essa volta, “visto como já eram mortos os que procuravam tirar-lhe a vida (de Jesus)”. Então, no desenvolvimento, embora alegre com a possibilidade de voltar, Maria se aflige com os

detalhes da viagem, ora pela pouca idade de Jesus, ora pela avançada idade de José. Conclui-se com a idéia de que Maria nos ensina a viver para Deus, para “nós” e para nossos próximos. E enfatiza-se que existem aqueles com os quais temos dever de justiça, de cuidar de seu bem estar e segurança.

**2º - Ponto:** No segundo ponto a introdução começa falando da pobreza de Maria e do aumento dessa pobreza, conseqüência do desterro. No desenvolvimento, explica-se que a aflição de Maria não é por si, mas pela consciência de não poder oferecer ao filho o que deseja. E conclui, falando do fato de ter escolhido Deus uma criatura tão pobre como mãe, impossibilitada de supri-lhes as necessidades materiais.

**3º - Ponto:** No terceiro e último ponto da introdução fica clara a postura de temor e prudência de Maria em relação à vida de Jesus, tanto que no desenvolvimento surgem os motivos pelos quais Jesus deveria ir morar em Nazaré: “devemos temer as ciladas dos nossos inimigos” e se explica que isso não é desconfiar de Deus, mas “fazermos de nossa parte para merecer”. Conclui que Maria nos ensina a “unir nossa vontade, com a de Deus” e sua luz, sem precipitações, pois dessa postura se consegue segurança e utilidade.

**Conclusão:** O paradoxo que encontramos nos sugere que os ouvinte ou leitores não precisavam ser atingidos apenas formalmente, mas na essência do pensar. A questão em jogo não é o religioso na sua essência, e sim o raciocínio para o cotidiano. Só dessa forma explica-se que Maria sofresse por estar longe da sua pátria e depois por ter que voltar para ela. No primeiro momento do primeiro ponto, parece-nos que a concepção de história que o Conselheiro tem, e tenta passar, é uma concepção de atividade do homem na história.

Isso contraria a afirmação de que Conselheiro tem uma concepção não- histórica da vida. Até esse momento não constatamos não-historicidade no conteúdo das prédicas, ao contrário, os sujeitos históricos dessas primeiras prédicas são bastante ativos, mesmo que sua atividade procure atender a uma lógica religiosa. O Deus aqui é acima de tudo justiça e justiça que garanta bem estar e segurança. No segundo ponto, volta-se à questão da pobreza (injustiça-social). A historicidade desse trecho é inegável, pois tanto se narram as condições materialmente precárias de Maria, como a sua angústia por não poder suprir o filho do mínimo em questão de conforto. Se pensarmos no efeito que teria essa prédica sobre os ouvintes e ou leitores daquele contexto dos canudenses não seria difícil admitir o peso histórico-material dessas idéias, pois até o filho de Deus precisa de condições materiais para viver.

Os lamentos de Maria são de cunho essencialmente materiais e sociais. Cita a pobreza e com ela a impossibilidade de garantir bem estar ao seu filho. Maria questiona a sua impotência por não poder remediar “vossas privações” de Jesus. Contra a tese da não-historicidade de Conselheiro atesta também o conteúdo do terceiro ponto, pois mesmo morrendo os perseguidores do seu Filho, a família não se dirige para o local onde essa perseguição poderia recomeçar. O caso da profecia e do aparecimento do anjo a José não configura a condução do mundo por Deus, mas a intervenção de Deus por meio da inteligência humana. Pois, essa se expressa quando o homem une: “nossa vontade, com a vontade de Deus”. Inteligência que nas dúvidas e perplexidades não se precipita.

Concluimos que a contradição inicial está ligada à concepção conselheirista de um universo e de dois mundos: um espiritual e outro material, ambos que se contrastam e complementam simultaneamente. Dessa forma, o pensamento do Conselheiro quanto à história é que o homem é um ser ativo e não passivo historicamente. As “intervenções” de Deus no mundo são apenas pistas e sugestões pelas quais os homens podem adquirir segurança e bem-estar nas horas difíceis. É o mundo espiritual fornecendo condições para se resistir às injustiças (inclusive as sociais) do mundo material. Na prática, isso é dar significado mental a uma vida que para a sociedade culta, ou seja, para a elite social não tem significado<sup>46</sup>.

### **Prédica nº 10: Dor de Maria na perda de seu filho no templo**

**Resumo:** A referida prédica fala de uma mulher que perdeu o filho, por isso preocupa-se, sofre e reflete. Não se mantém passiva, procura o filho até achar. Concomitantemente, lembra-se dos momentos vividos com o filho: “ocupada nestas reflexões, dá expansão à sua pena; as lágrimas correm-lhe pelas faces e suspirando procura sem descanso a (seu filho), Jesus pelos caminhos e ruas de Jerusalém”.

---

<sup>46</sup> A questão do significado é muito importante, para se entender os movimentos de contestação da ordem social, porém a construção desse significado não ocorre acima do nada e sim sobre estruturas mantidas socialmente. Berger e Lukmann trabalham com o conceito de anomia forma geral e Maria Izaura Queiroz usa-o para interpretar Canudos. Nossa idéia é de que a anomia é um episódio radical no entendimento que as pessoas têm do ambiente a sua volta. Esse episódio possibilita um novo direcionamento da vida daqueles que o vivenciam (BERGER, 2004, p. 40-41) e (BERGER; LUCKMANN, 1993, p. 35).

**Título:** O título é bem específico e não nos remete as idéias mais gerais. No entanto, ao analisarmos ponto a ponto, essa impressão não permanece.

**1º - Ponto:** Já na introdução, a família vai agir segundo o costume que é um aspecto coletivo. E pelo costume acaba perdendo o filho de 12 anos. Então, no segundo momento, a mãe procura o filho, se acusa e sofre diante do acontecido. E, concluindo o primeiro ponto, o autor imperativamente ordena “contempla alma cristã” o desvelo de Maria. E ainda, “façamos como Maria nos ensina: procurar com empenho e diligência”, seu filho que é Deus.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, começa-se falando da união entre Maria e Jesus, esses dois corações que têm se consolado mutuamente. Citam-se os textos anteriores (mistérios) que comprovam a união entre Maria e Jesus e o sofrimento que a separação deles causou a Maria, procurando desesperadamente Jesus. É concluído esse ponto com a afirmação de Maria de que Jesus é a verdadeira alegria de seu coração.

**3º - Ponto:** No começo, compara-se o fato de Maria ter perdido Jesus com o grupo tê-lo perdido, sendo Maria inocente e o grupo (nós) culpado de ter perdido Jesus. O desenvolvimento segue com Jesus falando da sua obrigação de se ocupar das coisas de seu pai. A conclusão dessa prédica é que devemos fazer “companhia a Maria”, pois ela é inocente enquanto nós somos culpados e não perdemos somente Jesus, mais também Maria, devido a essa culpa.

**Conclusão:** Tudo indica que essa prédica funciona como um marco dentro das prédicas, ou porque a própria idade e atitude de Jesus já não é mais passiva em relação a Maria, existindo uma relação dialogal entre ambos, ou porque a própria Maria, que antes vivia, pensava e agia com “Deus” e para “Deus” agora procura Deus (Jesus). Nas prédicas, a partir dos doze anos, o comportamento de Jesus com Maria e com toda a sociedade e seus costumes passa a ser ativa. E, o fato de Jesus ser a totalidade (junção entre material e espiritual), leva-o a agir como um negociador do sagrado, seguindo a idéia implícita nas prédicas de que Deus é justiça, Jesus seu instrumento e Maria sua colaboradora. O texto parece querer mostrar a impossibilidade dos seres humanos inclusive Maria de chegar à justiça plena, ao Deus pleno. Maria não consegue, porque tem a natureza humana e os homens porque, além disso, suas posturas são contrárias à justiça divina e ele não aceita esse fato. Por isso mesmo Maria perdeu a Jesus e se esforça, luta por encontrá-lo. Assim, o homem deve imitá-la, sabendo que está tanto longe tanto de Deus como de Maria, que é a mais perfeita dos seres humanos. Se Maria que é mãe, perdeu e procura Jesus, os homens não sendo capazes de encontrá-lo, devem imitar Maria na sua busca.

Na realidade de Canudos já em guerra, essas idéias vêm reforçar a convicção que os canudenses têm sobre sua missão: dar testemunho do “Cristianismo de Maria”, seguindo seus passos mesmo sabendo que nunca iriam alcançá-la. A sensação de distinção em relação à Maria pode, evidentemente, justificar a diferença no tipo de sofrimento: Maria nada devia e sofreu por ser perseguida pela maldade dos homens, enquanto os canudenses sofrem por serem perseguidos pelos seus próprios irmãos, com os quais se têm desentendido constantemente ora por conta das injustiças pelas quais são vítimas, ora por falta de inteligência (luz de Deus). Os canudenses foram injustiçados, como foi Maria, sendo Maria inocente e os canudenses responsáveis pelas injustiças. Maria procura Jesus-Deus (justiça material e espiritual) e os canudenses a seguem na esperança de alcançar a justiça divina. Assim a guerra não é só injustiça, como também a oportunidade de sofrendo (com Maria) procurar Jesus, Deus, justiça. O conteúdo dessa prédica funciona como se fosse uma conclusão, uma explicação dos conteúdos das dores anteriores.

### **Prédica nº 11: Sentimento de Maria na morte de seus pais**

**Resumo:** Esta prédica fala de uma mulher que sente a morte dos seus pais sofrendo e chorando. É uma narração do relacionamento de uma filha com seus genitores – “filha querida, do meu coração! A tua vida sempre tem sido a alegria do meu coração... Minha mãe, mãe do meu coração quanto vos devo!”.

**Título:** O título fala da morte dos pais de Maria e remete-nos às relações familiares de Maria, ligando mais adiante na prédica a idéia da relação das pessoas com seus pais.

**1º - Ponto:** Na introdução do primeiro ponto fica evidente a intensidade do amor de Maria por seus pais. O desenvolvimento observa a qualidade de filha que é Maria e a qualidade dos pais de Maria, que lhes davam conselhos e abençoavam-na. No desenvolvimento, cita-se que não só a natureza humana, mas o amor entre ambos (pais e filha) são intensificadores da dor da ausência. Pois, “quando sadios Maria zelava por eles, quando doentes, o zelo dobrava”. O autor conclui o ponto dizendo que Maria aceita a vontade de Deus, mas não deixa de por isso chorar, sentindo a perda de seus pais.

**2º - Ponto:** A introdução do segundo ponto mostra o privilégio dos pais morrerem nos braços da filha santa, mãe do próprio Deus. O desenvolvimento desse ponto se dá com a

relação mãe e filha e o diálogo entre elas, no qual Maria agradece a educação, as alegrias, “as delícias do vosso amor”. Concluindo o segundo ponto, o autor enfatiza sobre a participação do pai de Maria no relacionamento familiar.

**3º - Ponto:** No terceiro ponto, é recomendado que se aprenda com Maria a maneira de se relacionar com os pais. Essa idéia se desenvolve, falando-se do respeito que devemos aos pais, bem como da calma que devemos ter perante a enfermidade que vos atacar, pois Deus os recompensará as virtudes. Mesmo que a morte seja vontade de Deus, o Filho pode chorar, pois é natural. Um exemplo de tal naturalidade é Maria que chorou a morte de seus pais. Concluindo, o autor lembra que não se pode comparar-se a Maria, e sim imitá-la.

**Conclusão:** Tanto o título, quanto o conteúdo do texto inauguram um novo momento das relações de Maria com Jesus e com as pessoas em sua volta (comunidade). Nas primeiras 10 prédicas, Maria e Jesus quase formavam uma única expressão, posto que Jesus corresse perigo e Maria também. Além disso, Maria sofria pelo sofrimento de Jesus. Após a volta do Egito e primeira missão de Jesus<sup>47</sup>, começa a se explicitar a relação de Maria com a comunidade, representada pelos seus pais, principalmente sua mãe. O exemplo de relacionamento entre Maria e seus pais é uma demonstração de como Deus quer o relacionamento entre pais e filhos. Para Conselheiro, na realidade dos canudenses, aquela deve ser o modelo de família e também o modelo de sociedade<sup>48</sup>, as pessoas da comunidade devem se respeitar, se ajudar mutuamente. Se nas primeiras dez prédicas a humanidade poderia ser representada por Maria, agora a humanidade são as pessoas que se relacionam com Maria (sua família), não se é mais capaz de ser igual à Maria, mas apenas de se relacionar com ela, tentando imitá-la, pois, ela é a mais perfeita das criaturas humanas.

Curiosamente a prédica cita os pais, mais só fala da relação de Maria com sua mãe, o que significaria essa ausência do pai? Terá a mãe mais importância que o pai? Conselheiro ficou órfão de mãe aos 04 anos de idade, talvez a sua concepção de mãe seja um tanto abstrata e simbólica, no entanto, sendo ele também herdeiro de uma matriz religiosa popular agricultora (ARAGÃO, 2002, p. 39-40), a figura maternal lhe é deverás legada da cultura popular, portanto de certa forma, mais privilegiada simbolicamente que a figura paterna. A

---

<sup>47</sup> Jesus criança no Templo debatendo com os doutores da lei é o primeiro sinal prático da missão espiritual do filho de Maria. O filho de Deus o verbo encarnado deu sinal de sua chegada ao mundo dos homens justamente com um fato ligado a linguagem, ao ensinamento e reflexão sobre a lei do Pai.

<sup>48</sup> Tanto Hoonert quanto Andrade falam sobre a questão do redirecionamento das relações sociais entre os membros da comunidade Canudense, tentando forjar um modelo de sociedade mais solidário. Andrade usa o termo Comunidade Solidária se contrapondo a Comunidade Igualitária dos Marxistas. E Hoonert fala das relações familiares de compadres e comadres (HOORNAERT, 1998) e (ANDRADE, 2006).

atitude da mulher frente aos problemas é mais reflexiva e prudente que a do homem a qual, em certas ocasiões, oscila entre explosiva, desesperada, indiferente e ou passional Teria assim a mulher mais comedimento entre: ação e razão, emoção e atitude. Assim, considerando Maria como modelo de indivíduo e a família como modelo de sociedade, o que se espera das pessoas é que interpretem socialmente a prédica no sentido em que haja amor, respeito e solidariedade entre os indivíduos e o seu grupo, colaborando assim para a justiça de Deus.

### **Prédica nº 12: Dor de Maria durante a vida particular de Jesus em Nazaré**

**Resumo:** Esta prédica trata da preocupação de uma mulher no que diz respeito à “vida particular” de seu filho na sociedade em que vive: “... ocupando-se com (o filho) Jesus em amorosos colóquios, não deixa de magoar-se por ver que tantas humilhações haviam de ser infrutíferas para grande parte de seu povo.” A mulher sofre com a situação social do seu filho.

**Título:** O título remete a uma questão particular, mas liga essa questão a cidade em que mãe e filho moram. Maria sofre com a condição e o relacionamento de Jesus perante a cidade em que moram.

**1º - Ponto:** Já na introdução, o caráter intimista se desfaz e a mulher começa a ver o homem que é Deus se submeter às estruturas sociais e mesmo aos homens comuns. Esse fato com certeza soa como injustiça e isso explica o sofrimento de Maria. Concluindo o texto, o autor deixa a mensagem de que a própria Maria sentia-se injusta e, por isso, tentava compensar essa situação sendo humilde.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, a introdução coloca que Maria sendo a mais perfeita das pessoas tanto “naturalmente” como espiritualmente não deixava de magoar-se com a humilhação de Jesus em relação a uma parte de seu povo. No desenvolvimento evidencia-se o relacionamento amoroso entre mãe e Filho-Deus. Esse fato aguça o sentimento de ingratidão e injustiça dos homens para com o homem-Deus. Conclui o autor com Maria reconhecendo a necessidade da injustiça contra o Deus para que ele mostre sua “justiça, caridade e misericórdia sem limites” a favor do homem.

**3º - Ponto:** Nesse ponto, fala-se primeiro da obediência, que foi a principal virtude de Maria. Então desenvolve o tema com Maria mandando nos ocuparmos de Deus, pensar em Deus, suspirar por Deus. Segundo o escritor, Maria sente-se supervalorizada por ser a mãe do

seu criador. Concluindo, Maria é invocada como mãe dos pecadores (dos culpados, injustos). Talvez por isso, pede-se a ela que peça a Deus que “nos dê sua divina graça”.

**Conclusão:** A vida particular a que se refere o texto é a situação social de Jesus na cidade, situação que para quem o conhecia (caso de Maria) era injusta. Maria, sabendo da dignidade de Jesus, não se conforma e vê contradição nessa situação. A contradição é a injustiça da situação, pois nos termos que se encontra a vida particular de Jesus, que Maria bem percebe, Jesus está submisso à cultura, aos hábitos e à lei (justiça dos homens). Essa contradição é crucial, pois é dela que germina toda situação caótica do mundo material. É justamente a submissão da justiça divina pela justiça social dos homens que causa o sofrimento destes e o de Maria, sofrimento que não é fruto apenas da pena que o próprio sentimento causa, mas que é fruto da inteligência de Maria que conhece as causas e conseqüências dessa contradição, na qual a justiça divina está submissa à justiça social, terrena.

Se Maria é o ideal de povo, se é a mais perfeita das criaturas, tanto do ponto de vista material, quanto do espiritual, fica implícita a idéia de que um povo por mais que seja imitador, detentor das virtudes de Maria, ainda assim não consegue ser igual à Maria, nem ser justo frente à justiça divina. Para que alguns cérebros humanos entendam a universalidade da justiça divina, é preciso que Deus, através de Jesus (Justiça divina materializada), demonstre vários dos seus critérios como, por exemplo, os “últimos serão os primeiros”. O povo de canudos precisava dessa “lógica”, pois só assim poderiam acreditar em uma possível melhora de vida, seja material e ou espiritual.

Não se pode presumir que os canudenses desconhecessem o poderio dos coronéis, do governador, do presidente e ou da própria República. Acontece que, se eles se colocassem no lugar de Maria, teríamos duas questões: primeiro resistir até o fim, pois foi o que ela (Maria) fez e qualquer um que quiser dar testemunho de justiça precisa fazê-lo. Assim, nessa lógica, não é possível a covardia, só a prudência, a inteligência e a pureza; segundo, não sendo permitido ao imitador de Maria ser covarde, ou seja, fugir sem mostrar sua idéia, testemunhar sua fé, só restava ser humilde, pois se Jesus foi humilde mesmo sendo a justiça superior e a justiça terrena, não ficava outra opção se não a de resistir, lutar, porém resistir com humildade, prudência, inteligência e pureza. Tentando imitar o máximo possível as qualidades de Maria.

Nesses termos, quando se fala de obediência nas prédicas, não se está falando de obediência à sociedade, à lei e ou à justiça terrena. A obediência que se fala é a justiça divina,

toda e qualquer lei deve se submeter à justiça de Deus de Jesus. Talvez a diferença entre as concepções de justiça (Divina, Terrena) seja a chave para explicar o discurso teoricamente conservador, mas empiricamente antagônico à práxis social e ou à situação social daquele momento histórico.

### **Prédica nº 13: Sentimento de Maria quando seu filho retirou-se para o deserto**

**Resumo:** Esta prédica fala da tristeza que toma uma mulher com a separação do filho. Narra o momento em que o filho pede permissão para se ausentar: “Jesus tendo de dar princípio à sua pregação, antes de retirar-se ao deserto... tinha de declarar à querida Mãe o seu desígnio, era mister obter o seu consentimento”. A obediência, o respeito e a solidariedade do filho pela mãe ficam registrados nessa prédica.

**Título:** Também esse título assim como os últimos refere-se a questões particulares entre Jesus e Maria e, da mesma forma que os outros, destoa do conteúdo da prédica desaguando em questões mais amplas e sociais.

**1º - Ponto:** No início do primeiro ponto, mostra-se a necessidade da penitência de Jesus e que Maria iria sofrer por isso, o escritor enfatiza que Jesus (o Filho-Criador) também é obediente à mãe. Desenvolve-se então uma fala sobre o proceder de Maria em relação a Jesus e a chegada da hora da separação, que causa sofrimento, mostra-se o procedimento de Jesus ao pedir permissão à mãe, procurando não só respeitá-la como poupá-la de sofrimentos maiores. Expõe-se a fala de Jesus para com a mãe, concluindo que mesmo com dor e sofrimento a mãe se submete ao filho (à vontade de Deus).

**2º - Ponto:** O texto do segundo ponto narra o consentimento de Maria e sua reação emocional ao que viria mostra um Jesus, filho obediente aos sentimentos e leis humanas dando um exemplo materialmente contraditório, pois porque o rei dos reis, o justo dos justos precisaria pedir permissão a uma mulher mortal para cumprir sua missão. Porém, no raciocínio religioso, é justamente por essa atitude que se justificam os títulos terrenos e a divindade de Jesus.

**3º - Ponto:** A introdução do terceiro ponto revela o desejo da mãe de não deixar o filho sofrer e, ao mesmo tempo, a impossibilidade dela intervir nessa situação. O desenvolvimento explica o porquê dessa impossibilidade em dois pontos: o primeiro diz ter

sido uma penitência descomunal; o segundo, que ela sofreria terrível abalo no coração se presenciasse tal penitência. Desenvolvi dizendo que aprendemos com mãe e filho a obedecer aos mandamentos de Deus. Concluindo, diz o autor que sendo a felicidade o objetivo da vida, tudo é válido para buscá-la, desde que “se cumpra em nós a disposição do Senhor Nosso Deus”. Ou seja, vale tudo se dentro da justiça divina dos mandamentos de Deus.

**Conclusão:** A justiça divina prevê uma missão para Jesus. Ele antes de obedecer a essa missão, toma a atitude de pedir permissão a mãe. Essa aparente contradição de Jesus nada tem de contraditório. Pelo contrário, é buscando a coerência com as leis de Deus que vai consultar Maria, é em obediência à lei que manda honrar pai e mãe. Evidencia-se uma controvérsia entre o mundo terreno (a natureza material) e o mundo espiritual (Deus, a natureza divina, a justiça divina). Se por um lado os sofrimentos materiais são tremendos, por outro para Maria (ao povo) que conhece a lógica de religiosa é mais importante obedecer à justiça divina. Ao obedecer a missão, ocorre uma segunda separação entre Maria e Jesus, separação que do ponto de vista material causa “terrível sofrimento”, mas do ponto de vista espiritual (mental) causa mais aproximação, pois o Filho-Criador que sabia ter uma missão, primeiro vai pedir o consentimento da mãe terrena. Dessa forma, organiza-se uma coerência que privilegia não apenas a missão ou seu resultado, mas o processo para atingir o objetivo da missão<sup>49</sup>. Era preciso, para ser coerente, que Jesus, antes de se preparar para a missão, cumprisse seu próprio mandamento (honrar pai e mãe). Essa passagem, tanto do ponto de vista da relação familiar, como da relação social deixa um raciocínio interessante, se não verdadeiro e mesmo contestador da prática social vigente no sertão naquele momento. Vejamos a seguir:

Jesus, sendo Deus e justiça, também podia ser autoridade. As autoridades, os encarregados da justiça, os poderosos do sertão agiam como se fossem eles mesmo a justiça e essa ação e justiça sempre foram parciais, sempre estiveram a serviço do benefício próprio e imediato daqueles que socialmente detinham o direito de governar e de legislar ou de influenciar em ambos.

---

<sup>49</sup> A teoria de que todos têm uma missão a cumprir é uma perspectiva da religião, que sendo Ética e Moral não vai admitir a contradição entre o processo e o objetivo da missão. Uma teoria que se contrapõe a essa a de Maquiavel em “O príncipe” onde o fim justifica os meios, mesmo que imorais, ora a Justiça concebida por Conselheiro não era secularizada. DUQUOC, 1980, escreve sobre a vinda do Reino ou da Justiça de Deus e a partir daí separa o Messias judeu com sua justiça para o povo escolhido e o Messias Cristão com justiça para todos indistintamente. **A teoria da justiça de RAWLS**, 1981 esta muito próxima da justiça preconizada pela ética cristã e tudo indica que tanto uma como outra são montadas na perspectiva de os princípios de liberdade para a pessoa humana.

A atitude de Jesus é contrária a essa atitude das elites não só sertanejas, mas nordestinas, nacionais e porque não mundiais. Quando Jesus, a justiça divina materializada, pede permissão a uma “simples” mulher, então ele acaba desmascarando as autoridades que agiam fazendo suas próprias leis para não obedecer aos princípios de justiça. Comparando a atitude de Jesus com a das autoridades fica claro que as autoridades mundanas não só usurpam a lei e a justiça divina como mesmo a lei e a justiça terrestres<sup>50</sup>. Sendo os homens as autoridades tão falhas, hipócritas, por que obedecê-las se não garantem nem cumprem ao menos as leis dos homens? É importante observar que o cumprimento da missão, da lei, da justiça está acima de qualquer sentimento, inclusive do sentimento de Maria para com Jesus e vice versa. Se existia lei e elas eram cumpridas no sertão daquela época, com certeza, tanto a lei, quanto seu cumprimento estava a serviço das classes abastas, enquanto que o povo vivia a mercê de muitos facínoras ricos e ou imorais. Maria não podia fazer muita coisa senão expressar sua solidariedade em relação ao sofrimento de Jesus e nem isso poderia plenamente.

Na conclusão dessa prédica ficam evidentes duas palavras: mandamentos e felicidade. Está evidente no conteúdo a relação entre lei e felicidade, relação que de certa forma explica por que para Conselheiro não existe felicidade no mundo terreno. Não existe felicidade porque o homem não é capaz de ser justo. Então, para ensiná-lo a justiça, Jesus veio ao mundo, mostrando que não há justiça sem sofrimento. A felicidade que o escritor se refere não é exclusivamente a vinda do Reino de Deus, mas também uma felicidade material, natural, resultado da conscientização e da ação humana contra seus próprios pecados, crimes e injustiças.

### **Prédica nº 14 Dor de Maria por causa das injúrias proferidas contra seu filho**

**Resumo:** Nesse texto, a mulher sofre por causa das ofensas que são dirigidas ao seu filho por um grupo de pessoas: “Daqui, pois, se vê que é muito grande a pena da senhora, vendo o... filho injuriado...”. A mulher reflete sobre a dignidade de seu filho e o tratamento

---

<sup>50</sup> Não são novidade os desmandos dos poderosos no comando da política, da economia da religião e da sociedade no Brasil, como também não se pode classificar como justo o jogo do poder entre as classes sociais, no qual as abastadas muitas vezes usam de forma ilegítima seus privilégios contra o povo (PORTELLI, 1984, p. 25-26). Uma crítica importante das relações de classe no episódio de Canudos esta em FACÓ (1978).

que a sociedade lhe dispensa: “Maria (mulher) vendo Jesus (filho) injuriado tem sentimentos.”.

**Título:** Diferentemente das prédicas imediatamente anteriores, essa traz um título que envolve a sociedade na relação Maria e Jesus. O título evidencia que Maria sofre por conta das injustiças em forma de injúrias que Jesus sofre perante a sociedade.

**1º - Ponto:** Já na introdução, explicita-se que sendo o amor de Maria imenso e o objeto do seu amor sendo quem é (Jesus), então seu sofrimento é conseqüentemente incalculável. Desenvolve-se o tema falando da ligação de Maria com Jesus, a ponto de que quando se fala bem dele, ela se alegra; se falam mal, ela sofre. Conclui-se que as qualidades de Maria como mãe e mulher só aumentam seu sofrimento.

**2º - Ponto:** Na introdução do segundo ponto, inicia-se falando que o sentimento de Maria é ainda mais forte devido ao fato de ser a mãe do próprio Deus. Desenvolve-se então a idéia da injustiça, pois como pode o Deus ser injuriado pelo próprio povo? A senhora é extremamente martirizada porque vê e vive tanta contradição, a justiça sendo injustiçada. E conclui o segundo ponto, citando a imperfeição dos homens que não aceitam injúrias (contradições). Então, pede-se que Maria peça a Jesus que nos ajude a aprender a imitá-la, ou seja, que nos ajude a suportar as injustiças, injúrias e contradições da humanidade ou sociedade.

**3º - Ponto:** No terceiro ponto, introduz-se o tema da ingratidão dos homens para com Deus. Desenvolve-se o texto mostrando os feitos de Jesus para com os homens e os defeitos de seu povo que o nega e contraria. Maria vê e vive tudo isso, sem desejar mal para os homens, pois só Deus pode fazer justiça. E ainda assim Maria tem o coração cheio de compaixão para com o ímpio.

**Conclusão:** No texto, aparece a idéia de que Jesus é injustiçado e, por isso, sofrem com ele aqueles que o amam e o seguem. Sendo Jesus justiça, aqueles que o injuriam, são injustos e aqueles que o acompanham são também injuriados e injustiçados. O canudense estando ao lado de Jesus como Maria o fez, é injuriado e injustiçado, pelo grupo (sociedade) que deveria o aceitar e por em prática os ensinamentos, mandamentos, leis e a justiça de Deus. A sociedade que vê Jesus pequeno demais para ser Deus é a mesma que vê Canudos de forma preconceituosa, sem o direito de justiça<sup>51</sup>. Os sofrimentos de Maria são os sofrimentos não só de Canudos, mas de toda humanidade, pois, quanto mais se desconhece a face da lei, da

---

<sup>51</sup> O preconceito social contra os seguidores de Conselheiro aparece muito cedo, mesmo antes de serem seguidores do beato, Hoonert usa uma fala de Conselheiro sobre esse grupo que ele vai procurar ajudar, “os mal aventurados, desclassificados” (HOORNAERT, 1998, p. 13-14).

justiça, dos mandamentos de Deus, mais injuriam Jesus e Maria. Assim, dá-se continuidade ao ciclo de ignorância (falta do conhecimento sobre a justiça divina). A consciência de ter consciência do tamanho da injustiça cometida é o que faz o sofrimento ser enorme, mas é o que faz maior ainda a capacidade para entender os injustos ou mesmo compreender a própria participação de cada um na injustiça da sociedade (injustiça social).

Se os canudenses tiveram consciência da consciência, então o que os diferenciava dos outros sertanejos? Talvez fosse essa própria consciência da consciência e uma forte pretensão de testemunhar esse raciocínio, essa situação de consciência em que se encontravam, ou seja, testemunhar a dignidade que se conscientizaram de ter. Se não fosse a resistência e o como resistiram, os canudenses jamais teriam marcado a história do Brasil e do mundo como marcaram. Suportar as injúrias, injustiças não significa se entregar para o sofrimento, para a injustiça sem nenhum critério. Primeiro porque os viventes que vão para a morte sem esperar nem fugir, sem reagir desesperadamente são os animais domésticos; aqueles que vão para a morte depois de fugir e ou reagir desesperadamente até o fim são os animais selvagens. Os canudenses não sendo nem uns, nem outros teriam que dar significado a sua empreitada contra forças terrenas tão poderosas e lutariam até a vitória das forças militares. Aqueles que interpretam o raciocínio dos canudenses como uma forma de auto-expição<sup>52</sup> se enganam, pois sendo a história para o Conselheiro um eterno por vir, embora fosse previsível o desfecho do movimento, o cristão inteligente mantém sempre sua mente nas possibilidades não só espirituais, mas também materiais. Podemos tomar como prova disso a teoria da ressurreição. No testamento não foi o espírito que visitou os discípulos, foi o próprio Jesus, portanto, não podemos acreditar que os canudenses estivessem lutando apenas pela salvação espiritual, como bodes auto-expiatórios.

### **Prédica nº 15: Dor de Maria por ocasião da permissão que Jesus lhe pediu para suportar a morte**

**Resumo:** Nessa prédica o tema é a solidariedade entre mãe e filho. A mulher sofre com o que irá acontecer com o homem e simultaneamente presente e futuros aguçam o

---

<sup>52</sup> Fiorin não usa esse termo, mas sugere que o Conselheiro considerava a si e ao povo como uma oferenda, um sacrifício a Deus, pois na idéia do estudioso sobre Conselheiro foi isso que Jesus fez. A análise do conteúdo não confirma essa hipótese.

sofrimento da mãe-mulher: “... mas, antes do (filho) pedir-lhe o seu consentimento, ele mesmo chora pelo que bem depressa sua mãe ia sentir”.

**Título:** Como de outras vezes, o título fala de uma relação entre Maria e Jesus e o texto insere essa relação como resultado de um problema social e ou sócio-religioso.

**1º - Ponto:** Logo na introdução surgem os verdugos do Filho. O desenvolvimento se dá com o anúncio de Jesus à Maria sobre seu destino material e o pedido para poder cumprir sua missão. Então, se conclui o texto com Jesus sofrendo pelo sofrimento de Maria.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, a introdução continua a desenvolver a idéia do pedido de permissão de Jesus a Maria. Essa permissão é importante para Jesus que, no desenvolver da fala com Maria, se emociona e acaba chorando com ela e por ela. Concluindo o escritor recomenda que os ouvintes chorem pelos seus, nossos crimes que são a causa dessa contradição (injustiça). Pois só reconhecendo nossa responsabilidade (devedores da senhora) é que aplacaremos a justiça eterna.

**3º - Ponto:** Concluindo a prédica no primeiro momento, é levantada uma questão crucial que é o consentimento de Maria em relação à missão de Jesus. E fica clara a importância da ação de Maria nesse episódio. O desenvolvimento trata da fala de Maria em relação ao pedido de Jesus e o interessante é que surge aí o embate entre duas mulheres. A Maria humana que reluta e a espiritual que entrega a questão nas mãos da justiça divina. Após o acordo entre as duas, surge de novo a palavra felicidade e, posteriormente, a expressão ação heróica. Então, concluindo a prédica, recomenda-se admirar a caridade de Maria e fazê-la “companhia em suas mágoas”.

**Conclusão:** O conteúdo evidencia que a morte de Jesus não é obra do próprio Jesus, nem de Maria, nem de Deus. Maria em nenhum momento concorda com a morte do Filho, mesmo porque é uma injustiça e é obra exclusiva dos homens que são injustos por natureza. Quando Jesus procura o consentimento de Maria e ela “consente”, fica claro que esse procedimento é justamente a diferença entre o homem religioso e o ser humano. Esta questão está clara no próprio comportamento de Maria que, como mãe e mulher (ser humano), não aceita a morte de ente tão querido, mas enquanto conhecedora da lógica da justiça divina, se satisfazia com o inevitável, pois era importante que o inevitável materialmente e socialmente não acontecesse como uma fatalidade, mas sim como uma escolha modificando, assim, a essência do fato. Um exemplo do raciocínio religioso nessa afirmação é o fato da morte de três homens na sexta feira santa: três homens morrem crucificados no mesmo local com a mesma morte de cruz. As mortes dos três homens são parecidas, porém têm significados

diferentes. Só para ilustrar essa diferença, o único deles cujo nome é mundialmente conhecido é Jesus, o que algumas pessoas já ouviram falar o nome é o que assumiu sua culpa, Dimas. Ou seja, coisas parecidas têm significados diferentes. Mesmo morrendo com dois ladrões, não sendo ladrão, Jesus não foge do seu destino. Ele pede permissão a Maria para seguir o mandamento sagrado sobre os pais, mas sabe que ela não é o responsável pela sua morte.

A questão do consentimento de Maria em relação à missão de Jesus é intrigante, porém pode ser explicada, por exemplo, a significação de Maria como representante do povo. Se Jesus é o sacerdote e ao mesmo tempo o cordeiro (Sacrifício), a quem está sendo feita tal oferenda? É para Deus e pelos homens. Se é pelos homens, é preciso que alguém que represente os homens concorde, consista com tal oferenda. Sem o consentimento de Maria representante dos homens (povo, grupo), essa oferenda não seria válida, pois seria de Deus-Filho para Deus-Pai (de Deus para Deus). Se Maria rejeita a missão de Jesus, estaria ao mesmo tempo rejeitando a sua e negando o princípio da justiça divina. Princípio que concede misericórdia a todo culpado, principalmente se assume sua culpa.

Após essas questões, duas expressões se evidenciam perante o texto, a primeira é “felicidade” e a segunda é a “ação heróica”. Como em meio a tanto sofrimento surge a felicidade? Provavelmente a maioria absoluta dos canudenses eram desconhecedores da plenitude dessa experiência, muito embora muitos tenham experimentado-a em doses mínimas. Existe a perspectiva dos canudenses, em sua maioria conhecedores da miséria, do sofrimento da injustiça e da infelicidade, terem visto no fato de “abraçar” suas mazelas, uma possibilidade de encontrar sua felicidade. Esse parece ser o raciocínio de Maria quando diz sim aos percalços da sua vida e da vida de Jesus. Muito mais contundente teria sido o canudense ouvir a expressão: ação heróica e mais relacionada a Maria. Se era para imitar Maria, se seu procedimento foi aceitar o sofrimento como caminho para chegar a felicidade e se isso é uma ação heróica, então está explicado o comportamento do povo frente ao poderio do exército e a recusa em se render.

### **Prédica nº 16: Dor de Maria na prisão de seu filho**

**Resumo:** Esta prédica fala do sofrimento de uma mulher por conta da prisão de seu filho e do fato de sua dor ser ainda maior porque sabe que a prisão é injusta, pois existe um

estratagemas contra seu filho: “Ela derrama lágrimas por ver o delito dos judeus contra seu filho”.

**Título:** Como vem sendo apresentado em algumas prédicas, o título, particularizado entre Maria e Jesus, transforma-se em uma questão social ao desenvolver-se o tema.

**1º - Ponto:** Na introdução fala-se da dor que Maria sentiu quando recebeu a notícia da prisão de Jesus. No desenvolvimento, Maria “medita” sobre a vida de Jesus, desde a infância às suas pregações, constatando a injustiça. Pede forças do céu para ajudá-la a suportar esse fato. Na conclusão, reforça-se a idéia de injustiça contra o homem Jesus e contra o Jesus Deus.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, a introdução reforça a idéia de injustiça contra Deus e a repercussão dessa injustiça no íntimo de Maria. Fala-se da dor de Maria e sua exacerbação por conta das “circunstâncias agravantes” da injustiça contra Jesus “benfeitor, Deus zelador do povo”, que contrasta com a falta de arrependimento dos crimes do seu povo. E fecha-se o segundo ponto com o imperativo “ façamos ” justiça junto a Maria, por ver o “delito dos judeus”, mas também dos cristãos que têm cometido “crimes tão ofensivos” quanto o antigo povo.

**3º - Ponto:** Concluindo a prédica, o autor reafirma a injustiça, o crime que foi cometido contra Jesus. Desenvolvendo o tema, cita-se a participação criminosa de Judas nessa injustiça, realçando o fato de ser Judas, o discípulo que recebeu trinta dinheiros, de ter sido traidor e ter vendido seu mestre e bem feitor. Concluindo o terceiro ponto, Maria sofre “amargamente” não só pela prisão do Filho, mas por ter sido ele injustiçado pelo seu povo e o próprio discípulo.

**Conclusão:** Como já foi dito, embora com um título particular, o desenvolvido nas prédicas é de fundo social e refere-se ao sofrimento de Maria por conta da injustiça cometida contra Jesus pelo seu próprio povo e mesmo pelo seu seguidor (Judas)<sup>53</sup>. Logo no início surge o termo “humanidade” que traz justamente o aspecto material da vida de Jesus. Fica “claro” no texto que Jesus não é santo só porque assim nasceu, mas pelos seus atos (infância doce... amor para com a mãe e o povo), essa santidade (comportamento) de Jesus caracteriza a injustiça contra ele cometida. Contrastando com o comportamento de Jesus, surge o fato de que ele foi levado à prisão, lugar de malfeitores. Os argumentos do primeiro ponto remetem-nos para a questão social e colocam o povo como opressores do bem da justiça-materializada

---

<sup>53</sup> A traição de Judas tem significados e um deles é demonstrar a fraqueza humana perante a realidade impossibilitando o homem de ser justo como Deus.

(Jesus), estando os canudenses do lado de Jesus e de Maria, seriam possivelmente vítimas da injustiça do povo contra Jesus e Maria, objetos de justiça, não só divina, mas também material.

Mas adiante quando o autor fala do pecado, da ingratidão, o tema da injustiça dá uma prioridade ao aspecto religioso, porém nesse mesmo ponto, as palavras são diversificadas e o pecado também é denominado como “opressão, maus tratos, crime e delitos”. Esses vocábulos indicam que mesmo o mérito religioso da questão é essencialmente material. A injustiça contra Deus é mais agravante porque é contra a sociedade, o próximo e contra si próprio, materialmente falando. Os efeitos dessa injustiça são tanto espiritual como material, sendo que o material é evidenciado porque é ele que esta em vigência uma vez que o homem esta vivendo as dificuldades do mundo e da sociedade.

É incontestável a identificação dos canudenses com os injustiçados pela sociedade (povo). Na fala sobre os cristãos e sobre Judas como injustos com Jesus e Maria fica também claro que não só a sociedade, como também alguns entre os próprios sertanejos e canudenses podem ser responsáveis por injustiças. É que a injustiça não é privilégio dos outros (inimigos), mas também daqueles que se dizem cristãos, seguidores de Jesus. Do ponto de vista formal, a introdução dessas questões, em especial o nome de Judas e seu procedimento, pode ter tido como consequência um movimento de maior coesão entre o grupo de Canudos como também individualmente a redução de pensamentos dúbios de seus membros. (ficar ou ir; lutar ou fugir; dignidade ou covardia).

### **Prédica nº 17: Dor de Maria na flagelação do seu filho**

**Resumo:** Esta prédica fala do sofrimento de uma mulher que vê o filho sendo torturado e ainda por cima inocentemente. “Pilatos, apesar de ter reconhecido a inocência de Jesus, só com o fim de satisfazer os judeus mandou-o açoitar...”. Então não existe justificativa nem moral nem ética para tal tortura e isso aumenta o sofrimento da mulher.

**Título:** O título é íntimo de Maria e Jesus, no entanto, logo na introdução, a sociedade, o povo começa a permear essa relação de sofrimento entre Maria e Jesus.

**1º - Ponto:** O sofrimento de Jesus é causado pelos Judeus e pelos Verdugos e o sofrimento de Maria é pelo sofrimento de Jesus e principalmente pela injustiça e crueldade

que é a marca da atitude da sociedade contra Jesus. Desenvolve-se o tema, explicitando a ação da flagelação dos açoites; a reação do próprio Jesus perante a dor (gemidos) e a atitude indiferente do povo em relação a estes fatos. Conclui-se o primeiro ponto, questionando-se o leitor sobre quem fica indiferente frente a esse (sofrimento) fato. Em primeira pessoa do singular, declara o orador querer “acompanhar Maria em vossas amarguras”.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, é inicialmente trazida a constatação de Maria sobre a inevitável e “necessária” injustiça contra seu Filho e que isso é “disposições do céu”. Em seguida, é explícita a idéia de que a “natureza humana é incapaz de suportar tal sofrimento” e ou injustiça e que, para tal, Maria precisou de ajuda de Deus. Conclui-se o ponto dizendo-se que é como Maria fez que devemos fazer (pedir a ajuda de Deus).

**3º - Ponto:** Concluindo a prédica, apela-se para o admirado, heróico e esforçado coração de Maria. Então é feita a comparação direta: Jesus é nosso modelo diante do Pai e Maria é o nosso exemplo (modelo) perante o Filho. Surge ainda a idéia de que é por como nos comportamos no sofrimento que nos aproximamos ou afastamos de Deus. Fechando a prédica, apela-se no imperativo, na primeira pessoa do plural, para que “compreendamos” o plano de Deus e agradeçamos o exemplo de Maria que nos foi dado.

**Conclusão:** Essa prédica é composta de argumentos e conteúdos mais místico-religiosos, no entanto não se pode conceber o místico (religioso) sem o material, pois se o sentimento (sofrimento) entre Maria e Jesus é do plano espiritual essencialmente religioso (místico), mesmo sendo resultado de atos materiais, o relacionamento entre o Jesus que é torturado e seus “verdugos” (algozes) é um relacionamento essencialmente material, no qual prevalece a injusta ação do homem sobre o homem. Não é a toa que, ao desenvolver o texto no primeiro ponto, são destacados os aspectos materiais do sofrimento de Jesus e de Maria e ainda mais a indiferença do povo (judeus) perante esse sofrimento material. Ao questionar se o ouvinte ou leitor terá a mesma indiferença, o escritor poder estar questionando a opção das pessoas sobre o estar do lado da justiça (Jesus e Maria) ou da injustiça (sociedade, povo ou judeus). Para os canudenses, esta opção é crucial, pois dela vai depender a resistência (testemunho) da comunidade, isso porque essa atitude vai determinar tanto a quantidade de adeptos à causa quanto a qualidade desses adeptos.

Quando o escritor em primeira pessoa declara que vai acompanhar Maria nas suas amarguras, de certa forma está dizendo que é esse o tipo de homem que Canudos (o testemunho) precisa, homens que não tenham medo das injustiças com suas conseqüências (amarguras, sofrimentos etc.) Não é toa que se desenvolve a idéia de que Maria aceita a

vontade divina. No entanto, essa mesma vontade divina não teria sido determinada, pois a crueldade dos judeus contra Jesus figura como responsabilidade de povo. Tudo indica que a vontade divina só se realiza, segundo o autor, perante as ações humanas. Ou seja, os homens, tanto os maus (injustos) quanto os bons (justos) cooperam, são co-redentores ou não de si próprios. Fazem a justiça, injustiça que merecem e os desígnios divinos são justamente o fato das ações humanas comprovarem suas iniquidades, injustiças, incapacidades, corroborando assim para evidenciar que “Só Deus é grande”<sup>54</sup> e só sua justiça é “verdadeiramente” perfeita, mesmo incompreensível aos olhos dos homens. Isso para os canudenses era evidente, pois não se justificava materialmente a perseguição contra eles (os canudenses). Esse tipo de raciocínio, tanto servia para fortalecer a idéia de que os canudenses estavam sendo injustiçados como para garantir a união dos indivíduos entre si e do grupo com Maria e Jesus (Deus-justiça). A idéia que surge falando do sofrimento e da aproximação com Deus não é a clássica idéia da autoflagelação, mas sim a de que o mundo do justo deságua em sofrimento e só a permanência na justiça pode aproximar o homem de Deus (justiça). Segundo a análise do conteúdo são nesses termos que o texto “fala” em providência divina e aproximação de Deus.

### **Prédica nº 18: Dor de Maria quando seu filho foi apresentado por Pilatos ao povo**

**Resumo:** Temos nesse caso uma prédica que fala de uma mulher que sofre por ver o filho sendo humilhado publicamente e posto a disposição de populares para que esses decidam sobre sua morte. A mulher contesta esse direito que é dado ao povo, mas não pode nada fazer para salvar o filho, entrega-o a uma justiça maior que não é a dos homens. “Faça-se a tua vontade, contanto que o sangue de meu filho, tão injustamente derramado, seja o remédio...”.

**Título:** Essa prédica retoma o título e a sua relação com o coletivo ao ligar o sofrimento de Maria à apresentação do Filho ao povo e mais ainda a figura de Pilatos tem significado importante, tanto no título como no texto.

**1º - Ponto:** Na introdução do primeiro ponto, fala-se da “paixão” de Jesus, a intensidade, quantidade e o tipo de tortura que foi submetido, evidencia-se também que essa

---

<sup>54</sup> A expressão “Só Deus é grande” foi atribuída a Conselheiro quando da construção da igreja de Bom Jesus hoje Crisópolis povoado fundado por ele (OTTEN, 1990, p. 151-152).

prédica refere-se à humilhação como tortura (execração pública). Então, desenvolve-se o tema com Pilatos apresentando o “homem” ao povo e Maria penalizada com tal procedimento, ainda mais quando sabia que pela natureza divina de Jesus, aquilo poderia ter sido evitado. Concluindo-se o primeiro ponto, declara-se que somos “devedores de Maria por sua caridade para com” os culpados (pecadores).

**2º - Ponto:** O segundo ponto começa com Pilatos que leva Jesus à multidão, esperando compaixão por parte do povo. Desenvolvendo o tema, fala-se do engano do “presidente” da Judéia, que passou a ver e ouvir o povo pedir a morte do justo, que em silêncio “servia de espetáculo entre o céu e a terra” e fecha-se o desenvolvimento falando-se na reação de Maria frente a tal episódio. Concluindo o segundo ponto, Maria lamenta que Jesus seja vítima da tirania, considerado “opróbrio por este povo” e que se faça a sua vontade (de Deus) mesmo com o sangue tão injustamente derramado.

**3º - Ponto:** Conclui-se a prédica com a afirmação de que Deus poderia acabar com o sofrimento de Jesus, mas que para o cumprimento das escrituras e diante da justiça divina não o fez, pois esse era o preço dos pecados dos homens que injustamente mataram Jesus.

**Conclusão:** Nessa prédica, o título e o texto encontram sintonia apresentando ambos a relação do sofrimento de Maria e de Jesus com as estruturas e conjunturas sociais. Quando o autor narra a situação criada por Pilatos, fica evidente que povo e governantes geralmente não comungam das mesmas idéias, mas que o povo também direciona as ações do governante. Conselheiro chamou Pilatos de presidente. Nesse fato, aparece de forma clara que Conselheiro fala ao povo com a linguagem religiosa e o conteúdo do cotidiano da comunidade. Ou seja, as prédicas Dores de Maria estão se referindo a situações que os Canudenses viveram. Por que Pilatos é chamado de presidente e não de governador? Se levarmos em consideração que Conselheiro comparou Pilatos, governador da Judéia, com o presidente da República, também fica uma grande possibilidade dele não só saber como pregar a responsabilidade do povo sertanejo na perseguição aos canudenses e, dessa forma, se desfaz qualquer resquício de oposição e revolta armadas e política contra o sistema republicano, por parte do Conselheiro. Sua pregação era contra a injustiça, tanto dos governos, quanto dos povos e ou dos próprios indivíduos contra si mesmo. Tal estado de injustiça certamente para Conselheiro feria não só a natureza divina como a natureza humana dos indivíduos.

Maria sabendo dessa situação sofre, porém não contesta, nem reage, pois sendo Deus o “arquiteto do universo”, certamente saberia o que estava fazendo ao colocar o destino do

homem nas suas próprias mãos. Em nenhum momento das prédicas, Maria se conforma com as ações humanas, toda sua atitude é de inconformismo, mas, ao contrário do que se espera da reação humana que é de desespero de fuga, e ou autodestruição, ela suportou com dignidade a injustiça que não era obra de Deus, mas dos homens. Esse tipo de religiosidade e ou raciocínio religioso leva em conta o direito de livre arbítrio. Quando toca na questão da majestade de Jesus e que seu reino poderia se sobrepor à injustiça que estava sendo cometida, vem não só a mística e o mistério de que o reino de Jesus não é desse mundo, como também o fato de se Deus interviesse nas questões humanas, sua justiça poderia ser confundida com a justiça humana e, portanto, ser considerada imperfeita.

### **Prédica nº 19: Dor de Maria encontrando seu filho com a cruz aos ombros**

**Resumo:** Esta narra a dor e o sofrimento de uma mulher que vê o filho condenado injustamente, cumprindo a pena que lhe impuseram: “Este encontro sangra o coração de Maria e Jesus porque, como o amor era mui forte entre ambos, mui doloroso foi verem-se mutuamente aqueles dois inocentes...”.

**Título:** Esse título, assim como a prédica como um todo, rompe a relação quadrangular (Maria, Jesus, nós sociedade) que vinha se estabelecendo e trabalha a relação Maria, Jesus, nós. Não aparece, nessa prédica, a questão social em destaque, embora surjam temas referentes à justiça como “inocentes” e a “porta do judiciário”, por exemplo.

**1º - Ponto:** Na introdução, impessoalmente e sem falar do povo e da sociedade, o escritor coloca que foi lavrada a sentença de morte contra Jesus e o fato dele ter que levar sua cruz até o local da execução da pena. Desenvolvendo o tema, coloca-se a mulher de frente com o filho, enfatizando o amor de ambos e o fato de serem inocentes. Concluindo o primeiro ponto, Maria se comunica com Jesus e lamenta não poder com seus “suspiros mitigar vossas amarguras.

**2º - Ponto:** O segundo ponto inicia-se comentando sobre a comoção que a cena anterior causa (ou deveria causar) nos “corações mais petrificados. Então se desenvolve o tema, colocando-se Jesus e Maria de um lado e o povo de outro e segue-se o texto contrapondo a ação e o sofrimento de mãe e filho (dois inocentes) de um lado e, do outro lado, a ação da plebe, do povo. Questiona-se Deus por que isso? Concluindo-se o segundo

ponto, questionando-se sobre o “significado do sofrimento de Maria. Seu sofrimento a transforma na co-redentora, co-libertadora do gênero humano.

**3º - Ponto:** Concluindo a prédica, o terceiro ponto começa apelando para uma auto-reflexão. No desenvolvimento, questiona-se “nossa” postura se semelhante à de Judas. E afirma que, sendo do lado da mãe e do filho, não chorem por eles, mas por si próprios e seus filhos. E, então, conclui colocando que são os pecados que “temos” responsáveis por tanto sofrimento. Então choremos, mas não pelo sofrimento de Maria e Jesus, mas por nós e nossos filhos.

**Conclusão:** O rompimento da relação quadrangular transforma essa em uma das mais místicas desse conjunto de vinte e nove prédicas. Embora se fale no povo (sociedade, coletivo), a ênfase dessa fala não recai sobre a questão da injustiça, nem da injustiça social. Ela traz a questão da responsabilidade individual, pessoal, de cada um individualmente em relação ao sofrimento dos “inocentes” (Jesus e Maria). O que acaba apelando aos indivíduos assumirem suas culpas (pecados). Mesmo com um texto e um significado tão místico, muitas expressões ligadas à questão da justiça material são observadas. A sentença de morte contra Jesus, como já foi vista, é uma injustiça, inclusive socialmente.

Quando levanta a questão da inocência de Jesus e de Maria, fica um questionamento. Por que injustiça contra Maria? Se quem foi condenado foi Jesus. Do ponto de vista formal, só Jesus foi injustiçado, porém se atentarmos para as conseqüências da injustiça cometida contra Jesus, poderíamos dizer que a injustiça contra Maria e os amigos de Jesus seria uma conseqüência da injustiça contra o filho de Deus. Ou seja, a injustiça social, quando atinge alguém, não atinge só esse alguém, mas toda uma extensa rede de relacionamentos que inclusive não pode ser analisada formalmente e friamente. Nesse caso, a análise da injustiça precisa levar em conta a questão do sentimento e não só a racionalidade. Lágrimas (atitudes) não o livrariam da sentença e da dor, porque não “somos capazes de responsabilizarmos por nós mesmos”.

Quando o autor cria um contraste colocando de um lado os inocentes e injustiçados e do outro o povo, a plebe, a sociedade, fica clara a separação entre o sagrado e o humano. Ocorre que também fica clara a questão justiça *versus* injustiça e, do ponto de vista prático e do contexto de Canudos especificamente no período da guerra, com certeza evidencia-se esse raciocínio religioso que serviu tanto de causa como de motivo para a ação dos canudenses. Jesus é o libertador e Maria é a co-libertadora, ambos foram injustiçados, sendo Maria injustiçada pelo fato de sofrer as conseqüências da injustiça cometida contra Jesus. A auto-

reflexão sobre as atitudes próprias de cada um e a menção de Judas e sua postura diante de Jesus traz o tema não só da culpa, mas da responsabilidade. No contexto de Canudos e com a possibilidade desse raciocínio, os canudenses têm condições suficientes de justificar e significar suas resistências às forças que se diziam legais, mas que não falavam nem sequer em justiça material ou social, muito menos espiritual. Mesmo sendo essa uma prédica muito mais mística que outras, ela ecoa fortemente a questão da injustiça.

### **Prédica nº 20: Dor de Maria na agonia de Jesus**

**Resumo:** Nesta prédica, mostra-se uma mulher que sofre espiritualmente e também materialmente vendo o seu filho agonizando durante uma punição que além de injusta é descomunal: “... o crucificaram na mesma cruz que ele levava aos ombros e sua mãe dolorosa seguia seus passos sanguinolentos, vendo ali pregar no madeiro...”. Constata-se ainda que a mulher também não merecesse passar por aquela situação.

**Título:** O título segue a mesma lógica do da prédica anterior, sendo expressão da relação Maria, Jesus, nós. Esse, porém, trata da agonia do filho e da mãe a caminho da execução injustamente definida e desejada por parte do povo.

**1º - Ponto:** Na introdução, Jesus é conduzido ao Gólgota e crucificado, Maria o segue e o vê sendo pregado na cruz. No desenvolvimento, compara-se Eva à Maria, mostrando o que uma fez em relação à ordem divina (justiça de Deus), desobedecendo-a e o que a outra fez, restabelecendo a ordem divina (justiça). Maria paga com acerbos a desobediência daquela mãe criminosa. Conclui-se o primeiro ponto com o imperativo na primeira pessoa do plural, segundo o qual devemos contemplar Maria ao pé da cruz.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, a introdução fala da natureza humana que não entende o heroísmo de Maria, mas que é esse heroísmo que fortalece a crença na “providência divina em relação a Maria”. O desenvolvimento segue com um questionário que, tudo indica, tem o objetivo de fazer o leitor e ou ouvinte questionar... Conclui-se o segundo ponto bendizendo Jesus e Maria por ambos os sofrimentos respectivos.

**3º - Ponto:** A conclusão da prédica reforça o título e o tema, além de confirmar seu aspecto essencialmente místico. Desenvolve-se então um enunciado que procura sensibilizar o leitor e ou ouvinte quanto à intensidade da dor de Maria perante o sofrimento de Jesus. Fecha-

se a prédica com um questionamento e, em seguida, duas afirmações sobre o modo como Jesus recebeu sua missão, bendizendo a misericórdia de Jesus e a caridade de Maria. Tudo indica que esta é também uma das prédicas mais religiosas (místicas), pois não se encontram termos que se referem à justiça ou à situação social. As palavras, inocente e criminosa, referentes à Maria e à Eva respectivamente têm uma conotação individual, íntima e particular.

**Conclusão:** A Prédica em questão é mística e se expressa na relação entre Maria-Jesus-Nós. Traz a relação entre Maria e Jesus até o Gólgota e a crucificação e a comparação ente Maria e Eva. O fato de a prédica ser preponderantemente mística não significa que não possa ter sido usada para fins práticos e ou raciocínios diferentes do fim religioso. Da afirmação de que Jesus seguiu com sua cruz e Maria lhe acompanhou, podemos inferir mesmo a valorização tanto do aspecto familiar (da estrutura da família) quanto do aspecto da solidariedade. Fica claro nessa e em todas as prédicas que a relação entre Maria e Jesus não é uma relação formal, hierárquica, e sim relação de sentimento, razão e ética. Inconscientemente ou não, essa tríade sentimento, razão e ética vai com certeza “educar” e influir no comportamento dos canudenses, principalmente quanto à coesão do grupo. Quando o autor fala em natureza humana e no heroísmo de Maria, fica evidenciado que embora a humanidade seja fraca, assim como Maria, não só pode ter atos de heroísmo como todo e qualquer ser humano pode ser um herói. Se as respostas encontradas satisfazem e ou são interpretadas como coisas de Deus (coisas justas), então essas respostas podem ser aceitas ou não.

Os canudenses estavam em pé de guerras, nas prédicas encontram-se facilmente louvores e pedidos à misericórdia e a caridade (ligar melhor essas orações). Não seria absurdo observar que os canudenses, pela análise do Conselheiro, estavam mais ou menos cientes da guerra que iriam enfrentar e como não acreditavam na justiça dos homens, apelavam para a justiça de Deus, representada pela misericórdia de Jesus e pela caridade de Maria. Na verdade, o tema da prédica continua sendo a justiça, só que uma justiça divina, mística, a justiça de Deus. Embora o objetivo dessa prédica seja a reivindicação por redenção (liberdade) junto a Deus, ou seja, liberdade espiritual, a convicção de que serão atendidos espiritualmente vai gerar uma atitude de segurança e coragem frente aos batalhões do exército brasileiro<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Houve muitas deserções no exército, principalmente durante a terceira expedição (GALVÃO, 2001, p. 75).

## **Prédica nº 21: Dor de Maria quando os soldados repartiram entre si os vestidos de seu filho**

**Resumo:** Esta prédica trata da dor de uma mulher que vê, além da morte injusta do filho, a expropriação de seus bens de forma injusta e imoral: “... os soldados repartiam entre si as vestes de Jesus,... triste e amargurada Mãe! Não é esta a túnica tecida por vossas mãos?”. A mulher faz um esforço heróico para conseguir suportar esta injustiça.

**Título:** O título, apesar de se referir a dor de Maria, remete-a a uma causa que envolve um grupo e uma “classe”, os soldados que cometem um ato ilícito.

**1º - Ponto:** Na introdução do primeiro ponto, fala-se das agonias de Maria e a sucessão rápida e cruel dessas agonias. Desenvolvendo o tema implícito no título, fala-se da contemplação de Maria em frente à cruz, enquanto simultaneamente os soldados repartem as roupas de Jesus (roubo) por meio de jogo, sorteio, pergunta-se: quem fez a túnica de Jesus? E concluindo o primeiro ponto, surge mais uma vez o termo heróico, comparando o heroísmo de Maria ao de Jacó, sendo o de Maria superior.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, afirma-se ser a vida de Jesus instrução e sua paixão diz respeito a nossa felicidade. Desenvolvendo esse ponto, fala-se da condição de Jesus estigmatizado e despido e de sua ação contrária a dos seus algozes, pois ele “dá o delicioso mel” e recebe o “amargo fel”. Conclui-se o segundo ponto, afirmando a disposição do povo para fazer o mal a Jesus e assumir esse mal e suas conseqüências: “O seu sangue caia sobre nós e nossos filhos”.

**3º - Ponto:** A introdução do terceiro ponto retoma o tema da prédica e levanta implicitamente a questão da injustiça, “é natural que Maria fosse a única herdeira... de seu filho”. Desenvolvendo, fala-se que era necessário que simbolicamente o manto de Jesus “nos” cobrisse. Pergunta-se se temos correspondido a essa “graça” ou preterindo-a as coisas terrenas. Volta-se ao sofrimento de Maria e a responsabilidade do cristão que será pior que a dos soldados, pois aqueles conheciam a “verdade” que esses não conhecem. Conclui-se a prédica pedindo que Maria interceda por aqueles “sem graça,” injustos<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> O texto dessa prédica vai além do literal, pois mesmo quando Maria é injustiçada se faz heroína, superior. A sua situação torna-se remédio para as mazelas humanas e ela ao invés de condenar perdoa. É a grande Mãe das culturas pré-colombianas e do catolicismo popular europeu. Dorado, 1992, mostra a plasticidade da figura de Maria na religião e escreve: “Da Maria Conquistadora à Maria libertadora” é sem dúvidas uma

**Conclusão:** Essa prédica traz em si tanto a questão da injustiça, quanto a questão da coletividade de uma classe na perspectiva de uma possível interpretação literal por parte do leitor e ou ouvinte. Devemos considerar que fica claro o crime (roubo) cometido por soldados. No contexto conjuntural e imediato que se encontrava Canudos (Belo Monte), soldados e injustiça eram palavras que certamente se identificavam, na cabeça dos canudenses. Em nenhum momento no texto são minimizadas essas questões, pelo contrário, são explicitadas e agravadas por vários motivos.

O “sofrimento de Maria” não se reduz ao de Jesus, ele também aumenta com o crime e a injustiça contra ela mesma que é a herdeira usurpada. Uma leitura literal mostra Maria não só injustiçada, mas impossibilitada de reagir materialmente a essa injustiça, o que não é o caso dos canudenses que dispunham de uma quantidade grande de adeptos. Nesse sentido, o “heróico... esforço” não remete a outra coisa se não ao enfrentamento da situação que era de conflitos. Ao contrário do que se pensa, nesse texto não cabe falar em passividade do discurso religioso, pois ele conduz a uma opção “racional” perante evidências: “somos injustiçados, o governo e a lei dos homens querem nos massacrar”, fugir é covardia; covardia é impossibilitar à justiça verdadeira (divina); Jesus e Maria enfrentaram a injustiça, o exército romano com o seu poderio. Jesus e Maria heróis e nós o que seremos? O único caminho digno para enfrentar a situação posta era lutar para viver ou morrer materialmente. Certamente pode ser considerado um esforço heróico, dar a vida pela justiça verdadeira, total, divina. Os canudenses são heróis?

O segundo ponto parece trazer uma idéia que contradiz a perspectiva de interpretação anteriormente traçada, porém não é bem assim. Se Jesus nos ensinou e/ou ensina com seus exemplos, aquele de como portar-se diante da “morte” foi apenas um dos seus muitos ensinamentos. E se essa morte (paixão) foi pela nossa felicidade, “porque nós mesmos não poderemos morrer por nós?”, diriam os “intérpretes” das prédicas do Conselheiro. Se levarmos em conta o dito de que Jesus dava mel e recebia fel, vê-se que o comportamento dos canudenses não contradiz essa máxima, mesmo na guerra que era de resistência e defesa e não de agressão por parte dos canudenses. O direito de defesa é legal. Jesus se defendeu, porém sem precisar falar muitas vezes. Tendo os canudenses, na interpretação, comparado os seus agressores com os de Jesus, é óbvio e natural resistir contra eles, pois ao fazê-lo defendiam-se e defendiam Jesus e Maria.

---

grande façanha do povo, transformar a Santa dos Colonizadores na libertadora dos colonizados (DORADO, 1992, p. 12-13).

No terceiro ponto da prédica, a retomada ao direito de Maria sobre o manto confirma e reafirma o crime, a injustiça cometida contra o filho e a mãe. Certamente vai reforçar-se o antagonismo entre canudenses e as forças republicanas. Pois, no texto, Conselheiro deixa aberta a possibilidade de que alguém, mesmo em situação de pecado, ser protegido por Maria. Esse fato é resultado da graça de Maria e da misericórdia divina e tem importantes implicações no animo dos combatentes canudenses.

### **Prédica nº 22: Compaixão de Maria na sede de seu filho pregado na cruz**

**Resumo:** Esta prédica fala do sentimento de compaixão e pena que uma mulher sente ao ver seu filho sofrendo sede e não poder dar-lhe água, pois não depende dela matar a sede do filho: “... vendo o salvador (filho) em tão grande secura sofrer maior dor e considerando tanta maldade naquela gente, dele teve pena e compaixão.” A mulher sofre por não poder aliviar a sede do filho.

**Título:** O título traz um tema íntimo de Maria e Jesus, uma situação particular, na qual Maria se compadece do filho sofrido e sedento. Esse título está em sintonia com o tema e esconde o teor social da prédica.

**1º - Ponto:** Na introdução do primeiro ponto, um grupo é colocado entre eles “e os soldados deram-lhe um amargo fel”. O desenvolvimento segue com a tendência da introdução, colocando outros grupos entre Jesus e Maria: “naquela gente”; “todos os homens participem... da redenção”; “filhos de Adão”. Conselheiro introduz a si mesmo e a aos canudenses como um grupo distinto embora também pecador. Conclui o desenvolvimento com a expressão “co-redentora do gênero humano” assim como conclui o primeiro ponto da prédica “falando” da ingratidão dos judeus “filho de seu povo” e que essa ingratidão é um “assombro para o mundo”.

**2º - Ponto:** O segundo ponto, logo na introdução, retoma a relação binária Jesus-Maria, na qual Maria fala para si e para Jesus que sabe do seu sofrimento detalhadamente e que se pudesse o aliviaria, refrigerando seu corpo e mitigando seu sofrimento. Conclui-se o segundo ponto com Maria aceitando seu destino de ser a “mãe mais acabrunhada de dor que viram os séculos”. E pedindo que Deus a conduza nesse momento de tormentos.

**3º - Ponto:** A terceira parte da prédica introduz a comunidade na prédica através do imperativo (consolemos) e do possessivo (nossa). Continua o desenvolvimento no mesmo sentido da inserção de Maria e Jesus na vida da comunidade, com os pronomes pessoais e possessivos (nós, nosso, nos). Fecha-se o desenvolvimento com a idéia da salvação do (mundo) dos homens. E conclui-se a prédica com Maria falando da crueldade dos homens para com seu filho e com ela. O autor afirma que o sofrimento da mãe e do filho reverte-se em nossa ventura e felicidade.

**Conclusão:** O título é particular, mas já na introdução fica clara a face coletiva do sofrimento de Jesus e de Maria, que são vítimas da injustiça e da crueldade dos soldados e dos homens. O texto evidencia que existem vários grupos inclusive o dos “belomontenses”<sup>57</sup> que são englobados pela humanidade. Evidencia também que a redenção já ocorreu com a morte do filho e o sofrimento de sua mãe. Assim, não seriam os canudenses sacrificados pela redenção coletiva e ou individual deles próprios, mas sim testemunhas de que Jesus é redentor e Maria co-redentora.

Assim, dessa forma, o que interessava para os canudenses não era estarem vivos ou mortos, e sim serem testemunhos: ardentes, corajosos e heróicos do “amor” e ou dedicação da mãe e do filho pela humanidade. Testemunho não é oferenda, o Conselheiro sabia bem a significação de testemunho e de testemunhar, pois foi rábula (BENÍCIO, 1997, p. 20)<sup>58</sup> e nas prédicas sobre os mandamentos fica clara a sua competência sobre esse assunto. Certamente o Conselheiro se via como alguém que testemunhava a justiça de Deus (verdadeira justiça). Ao tentar e conseguir passar essa idéia para os canudenses, o Conselheiro pressupõe que Canudos teria indivíduos complexos que poderiam conciliar várias percepções de si próprios. Os indivíduos do povo canudense vistos de fora pareciam ambíguos, contraditórios. O conteúdo mostra que para o Conselheiro, os canudenses seriam um grupo dentre outros do gênero humano que testemunharia a redenção pelas “mãos” de Jesus e Maria, redenção e liberdade com justiça, os canudenses eram injustiçados e conseqüentemente cerceados em sua liberdade. O único motivo que teriam para não lutar era o medo e a covardia ou ainda o recuo do exército brasileiro.

---

<sup>57</sup> Segundo alguns estudiosos, Belo Monte é uma homenagem à Jerusalém alta, nomear uma localidade é procura distingui-la das outras. Na distinção dos nomes dos lugares fica sugestionada também a distinção entre as pessoas que ocupam localidades diferentes (ANDRADE, 2006).

<sup>58</sup> Conselheiro foi rábula, advogado popular. Todos que procuram descrever a vida social e histórica de Conselheiro registram esse fato e a análise das prédicas sobre os dez mandamentos mostram o quanto Conselheiro conhecia o direito de sua época (NOGUEIRA, 1978).

Esse último praticamente impossível e os possíveis medos ou covardia dos canudenses foram combatidos por Conselheiro em suas prédicas, quando fala em coragem e heroísmo de Maria e na obrigação de admirá-la, acompanhá-la e imitá-la. Pelo texto do Conselheiro, a redenção já foi feita e temos que testemunhá-la, enfrentando a morte como fez Jesus e o sofrimento como fez Maria. Como não somos nem Jesus nem Maria, perderemos a graça matando pessoas, mas a intervenção de Maria nos defenderá e ela intercederá por nós perante a justiça maior (Deus). Afinal, estávamos nos defendendo e testemunhando as palavras de Deus. A situação social era caótica, não seria difícil para o canudense aceitar que só a luta poderia libertá-los, porém não é qualquer luta, mas a luta por justiça e embasada na moral cristã. O Conselheiro estava certo, mesmo com a guerra e a destruição de Canudos, só seria possível resgatar a história e a conseqüente dignidade do povo e seu líder de acordo com a postura ética e moral que eles assumiriam perante a luta.

### **Prédica nº 23: Dor de Maria na agonia de Jesus**

**Resumo:** Esta prédica tem o mesmo título da prédica de número 20, porém não consta o mesmo conteúdo. Enquanto a anterior de mesmo título trata da agonia do filho e da mãe a caminho da execução injustamente definida, nesta narra-se o sofrimento da mãe vendo aproximar-se a morte do filho e seu estado físico lamentável: “Aqueles ânsias cruéis, aqueles errantes volver de olhos, aquelas copiosas gotas de suor, correndo do divino pálido semblante davam a conhecer que não tardava o termo da laboriosa e atormentada vida...”.

**Título:** O título é íntimo de Maria e Jesus e essa relação contínua em toda prédica, embora surja a relação de Maria e Jesus com o possível leitor e ou ouvinte das prédicas.

**1º - Ponto:** Na introdução da primeira parte, é descrito o semblante e a aproximação da morte de Cristo. O desenvolvimento descreve o sofrimento de Maria diante a morte eminente do filho, então se compara à situação de Jesus e a de Maria. Concluindo o primeiro ponto, continua-se a comparação até afirmar-se que o “Filho e a Mãe confundem-se em um mesmo martírio”.

**2º - Ponto:** A introdução desse ponto reforça a idéia de união e semelhança entre Mãe e seu Filho e sugere a comoção do leitor e ou ouvinte pelo fato de ser o sofrimento entre si e para com os outros o motivo do maior tormento daquela família. No desenvolvimento, apela-

se para a sensibilidade do leitor e ou ouvinte, além de contrapor a atitude de Maria com a do homem comum. Então, o escritor encerra, fechando o ponto com um alerta aos homens impenitentes para que eles “considerem a verdade enquanto é tempo”.

**3º - Ponto:** Concluindo a prédica, logo na introdução do terceiro ponto, apela-se para “sensibilizarmo-nos” com o padecimento de Maria, mas não só isso, pois devemos sim procurar suspender esse sofrimento. Então, o autor sugere imaginar o choro de Maria, pois o acontecido torna-a maior que as outras criaturas e nossa advogada. Conclui-se a prédica aconselhando que o leitor e ou ouvinte saia do erro, do caminho pestilento e considere sua vida morta para o mundo. Pede-se, então, que os ouvintes e ou leitores imitem as virtudes de Maria.

**Conclusão:** Essa é uma prédica muito religiosa, se refere à relação de semelhança e empatia entre Jesus e Maria. A mesma poderia ter uma função exclusivamente religiosa, individual, subjetiva, porém, quando o escritor apela para a sensibilização dos leitores e ou ouvintes, inclui o fator coletividade na prédica. Assim, acaba diminuindo a importância do aspecto religioso em prol do aspecto social, vinculado diretamente à religião. É uma proposta religioso-social de sensibilidade e responsabilidade frente ao sofrimento do filho e da mãe.

Quando se procura comparar o sofrimento de Maria ao de Jesus no texto, está procurando-se uma aproximação mais contundente entre sagrado e profano. Não é por acaso que se descreve pormenorizadamente a situação corporal de Jesus. Isso evidencia uma aproximação, uma colocação da divindade em pé de igualdade com o humano. Se o canadense “transporta-se em espírito”, ou seja, reflete sobre a injustiça que causou aquele sofrimento e se identificam como testemunhas da Justiça de Deus, então sua atitude diante daqueles que causaram tal sofrimento e se recusam a testemunhar sua culpa e a justiça divina é uma atitude de antagonismo e de conflito. É guerra em legítima defesa, por isso considerar a verdade enquanto é tempo soa como uma advertência para todos, principalmente os canadenses. Aqueles que se consideram adeptos dessas verdades, caso da maioria dos canadenses, poderão acabar vendo os outros como desconhecedores da justiça divina e conseqüentemente opositores de seu grupo.

Apesar do teor altamente religioso, essa prédica remete o leitor e ou ouvinte a questões materiais sérias como estar do lado dos marginalizados, injustiçados e sofredores (Jesus e

Maria) e a tomar partido, além de agir como partidário de uma causa, a causa de Jesus e Maria que por fim é a causa da humanidade (dos sofridos e injustiçados)<sup>59</sup>.

### **Prédica nº 24: Dor de Maria quando seu filho lhe falou da cruz**

**Resumo:** Esta prédica fala do sofrimento de uma mãe que ouve as palavras do filho na hora da morte dele. Filho que, na hora da morte, se preocupa com o futuro da mãe, esquecendo-se de seus sofrimentos. Ambos não reclamam, nem lamentam: “Até a pouco a mãe e o filho se tinham conservado em silêncio, porque nem Jesus se queixava à sua mãe dos tormentos que sofria, nem a senhora lhe dirigia a palavra para o consolar”.

**Título:** O título traz um tema particular relativo à Maria e Jesus. Mas como tem sido observada geralmente no corpo do texto, essa relação é estendida aos ouvintes e ou leitores.

**1º - Ponto:** Na introdução do primeiro ponto, Jesus olha para Mãe e lhe fala: “Mulher eis aí teu Filho”. Desenvolve-se o tema com Maria ouvindo Jesus que demonstrava aproximar-se da Morte. Não falava, não reclamava, mesmo com “a crueldade dos judeus” e, concluindo, a mãe reconhece as palavras que o Filho lhe fala.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, o autor envolve os ouvintes e ou leitores no episódio: “acompanhado a Mãe,... contemplemos”. Desenvolve-se o segundo ponto com a idéia de que o Filho tenta amparar a mãe, dando-lhe outro filho e a mãe apieda-se dele por conta da paixão (sofrimento), da atitude “fereza dos soldados” e da “ingratidão (injustiça) do seu povo”. Conclui-se o segundo ponto falando-se da importância que Maria atinge perante Deus, mas que isso lhe custa ser a “mais aflita das Mães”.

**3º - Ponto:** Concluindo a prédica, a introdução do terceiro ponto afirma ter sido Maria constituída em “verdadeira Mãe” do discípulo. Desenvolve-se o texto com a tristeza de Maria por “muito despejarem o sangue inocente”. Então, aconselha-se que não “sejamos” iguais àqueles, porque dessa ingratidão pode vir nossa “eterna infelicidade”. Porém, se formos contrários a isso (justos), mereceremos a redenção (liberdade). Concluindo, afirma-se a necessidade de aderir à segunda opção comentada acima e pede-se ajuda a Maria para sermos sensíveis a “vossas amarguras” chorando convosco e testemunhado os tormentos do redentor.

---

<sup>59</sup> A concepção de Críandade que Fiorin identifica em Conselheiro é também trabalhada por Hoornaert na obra, História da Igreja no Brasil (HOORNAERT, et al, 1992).

**Conclusão:** A Prédica começa com a relação particular entre Filho e Mãe, mas tanto o título quanto o tema da introdução no primeiro ponto não se sustentam, pois além da relação com o leitor que se estabelece com força durante toda prédica, surge a questão da injustiça coletiva (dos judeus, do seu povo, dos soldados), injustiça que pode ser repetida ou já se repete. No contexto de Guerra que possivelmente já assolava Canudos, embora as Prédicas tivessem títulos, temas e apelos religiosos, o texto volta-se para a identificação e coesão do povo de canudos que, embora sendo também pecador, tinha a oportunidade de testemunhar a favor da justiça divina. Não por acaso, o texto da prédica com mãe e filho, vítimas de injustiça por parte de grupos, envolve os leitores e ou ouvintes, compara-os com os injustos e afirma sua opção deve ser contrária à desses injustos. Essa estrutura textual coloca os canudenses em campo contrário aos outros que defendem, por exemplo, a República, mas na essência a luta não era contra a República ou republicanos e sim contra as injustiças dos grupos que atacavam o arraial. Esses grupos são responsáveis pela opressão dos canudenses, que já os conheciam de outros episódios<sup>60</sup>. A própria situação de miséria anterior à guerra agora pode ser atribuída a esses grupos que não são obrigatoriamente o “antigo povo de Deus” – os (judeus), os soldados – mas sim todos que cometem injustiças contra inocentes.

Ou seja, a pregação não tem apenas um sentido literal-religioso, mas vai além, demonstrando uma interpretação da realidade vivida e uma possível tomada de consciência do papel e da posição que deve ser necessariamente tomada pelo leitor e ou ouvinte. Sendo o povo injustiçado, escravizado, oprimido, Jesus e Maria, enquanto libertador e co-libertadora desse povo, o são igualmente. A identificação mostra de que lado ficaria racionalmente aquele que necessita de liberdade (redenção). Para que o povo se identifique com o libertador e lute por ele e com ele, é preciso mostrar que os seus sofrimentos se assemelham ao dele e ele venceu. Independentemente da análise teológica, esse raciocínio leva a conclusão que existem lados diferentes e que o posicionamento em um dos lados gera ao menos dois tipos de situações, a injustiça e a justiça enquanto atitudes. Os injustos estão de um lado, enquanto do outro está os justos, injustiçados, lutando por justiça e liberdade. O conteúdo mostra que a proposta do Conselheiro é que os canudenses se identifiquem com a justiça injustiçada.

---

<sup>60</sup> Os grupos que combateram os Conselheiristas desde o início das missões do beato foram os administradores públicos como o juiz Arlindo Leone, outros como chefes de polícia, padres e o próprio bispo, além dos políticos como o Barão de Jeremoabo e outros que tinham medo da aglomeração em torno do Conselheiro (ANDRADE, 2006, PP 117, 124). Os movimentos de Juazeiro e do Contestado foram cooptados por movimentos políticos partidários, isso não aconteceu com Canudos o que mostra uma coerência com a crítica religiosa deste a sociedade. Também (GALVÃO, 2001) e (FACÓ, 1978), trabalham Canudos com a hipótese dos conflitos de interesses de classe.

## **Prédica nº 25: Martírio de Maria na morte de seu filho**

**Resumo:** Esta prédica fala do tormento que a mulher sente quando testemunha a morte do filho: “... Jesus rende o espírito na cruz e enquanto o céu e a terra manifestam grande sentimento, fiel testemunha da morte de seu filho, do tortuoso sentimento de toda a natureza, sofre dores de morte sem, contudo, poder morrer:” A mulher lamenta e deseja poder morrer junto com o filho.

**Título:** O título expõe o sofrimento de Maria na morte do Filho e esse título não se contradiz no texto, pois fala predominantemente do sofrimento da Mãe na morte do Filho. Título e texto são eminentemente religiosos, o que não exclui a coletividade e sua importância no desenrolar do texto.

**1º - Ponto:** Na introdução do primeiro ponto, citam-se o brado de Jesus na cruz, o testemunho de Maria e sua resistência ao acontecimento. Desenvolve-se o tema, atribuindo à ajuda de Deus o poder de resistência mostrado por “Maria que sobrevive a seu Jesus com esforço admirável”. Comparam-se o homem às pedras que mostram seus sentimentos, enquanto os homens não choram. Conclui-se o primeiro ponto, afirmando que a culpa seguiu aquele povo e que para o ouvinte e ou leitor não ficar na mesma situação “justo é, pois que nós..., nos apressemos a reformar nossas vidas, enquanto é tempo”.

**2º - Ponto:** A introdução do segundo ponto pede compaixão para com Maria, porque a própria consciência das pessoas pede justiça. Desenvolvendo o tema, o sofrimento de Maria aumenta, pois seu Filho já é cadáver e Maria lamenta a ausência da “alegria”, do esplendor, da beleza, do falar e da presença de seu filho. Diz Maria que foi a “mais afrontosa morte que viram os séculos”. Concluindo o ponto, Maria lamenta não poder acompanhar Jesus na morte e entrega-se a vontade de Deus.

**3º - Ponto:** Concluindo a Prédica, o autor descreve a situação de Maria e seu pedido de compaixão ao povo. Compara-se Maria a Jeremias, sendo Maria superior no sofrimento e ao sofrimento, pois se cala, quando podia falar da crueldade de seu povo contra seu Filho. Conclui-se o terceiro ponto e a Prédica com o autor pedindo a Maria que interceda por ele junto a Jesus e “tenha compaixão dos pobres pecadores”.

**Conclusão:** A maioria das prédica desse conjunto apresenta uma feição íntima na relação de Maria com Jesus. Nessa, todavia, não ocorre o relacionamento entre os dois, pois Jesus não interage (está morto). O texto trabalha a reação de Maria frente à morte do seu Filho

e procura sensibilizar o leitor frente a tal acontecimento, colocando-o do lado de Maria e Jesus, injustiçados e sofridos pelas ações dos homens, principalmente os injustos, os que não aceitam Jesus. Embora todo texto esteja baseado no sofrimento e conduta de Maria frente à morte de seu Filho, existem várias provas e indícios do envolvimento da coletividade nesse fato e uma forte e inegável inclusão do leitor e ou ouvinte no processo de redenção, libertação. Fica claro que a libertação é fruto de uma opção pela justiça divina.

Essa Prédica tanto reforça a necessidade de se escolher um lado, como a necessidade de coesão dentro do lado que for escolhido. A comparação de Maria com Jeremias e as lamentações de ambos mostram que as prédicas têm um sentido literal, material e um significado moral, ético e espiritual. O sentido literal-material identifica a realidade dos canadenses com a realidade dos injustiçados, do povo de Deus, de Jesus e Maria. O significado moral-espiritual impele os canadenses a agir como testemunhas da justiça divina. Esses aspectos colocam os canadenses na contramão da sociedade, da lei e da justiça de sua época, que na prática não funcionavam para os pobres. Era uma sociedade altamente contraditória no quesito teoria versus prática social principalmente para os mais fracos.

### **Prédica nº 26: Dor de Maria quando o lado de seu filho foi aberto com uma lança**

**Resumo:** Esta prédica fala de uma mulher que vê o filho morto e seu corpo sendo mutilado. Embora o filho não sofra, a mulher continua sofrendo com a mutilação do corpo do filho: “Porém se Jesus não sentiu esta cruel lança, sentiu a sua Mãe querida, cujo piedoso coração sofreu o golpe a que o filho não podia ser mais sensível.” A mulher sofre com o flagelo do filho mesmo após sua morte.

**Título:** Assim como o título da Prédica vinte e cinco, esse mostra Maria sozinha na sua dor. Enquanto que, na anterior, Maria sofre sem se relacionar com Jesus que está morto; nessa, ela sofre porque depois da morte continuam ferindo Jesus.

**1º - Ponto:** A introdução do primeiro ponto cita o furor dos judeus que não se modificaram depois da morte de Jesus. Desenvolvendo o tema descreve-se o ato de agressão ao corpo morto e suas conseqüências, pois saiu água e sangue do corpo de Jesus e Maria sentiu o golpe. Jesus morre e deixa de sofrer, mas Maria continua sofrendo. Cita-se a profecia

de Simeão e o autor faz vários questionamentos, concluindo o primeiro ponto falando do “nosso resgate” e da redenção.

**2º - Ponto:** Iniciando o segundo ponto, afirma o autor que a face desfigurada de Maria é prova da dor que lhe maltrata o coração. Desenvolvendo o texto, Maria perdoa a ofensa dos homens e o autor questiona os leitores e ou ouvintes, afirmando: “se Deus permitiu tão grande delito... tinha em mente a nossa redenção”. Conclui o segundo ponto dizendo que da morte de Jesus nos exigirá que reformemos “nossa vida para que a justiça... não nos surpreenda impenitentes”.

**3º - Ponto:** Concluindo a Prédica e introduzindo o terceiro ponto, afirma-se que a “impenitência”, não arrependimento de um cristão, é pior para Jesus e mais dolorosa para Maria que a indiferença dos não-cristãos. Afirma-se, ainda, que a redenção é obra da “caridade do Filho”. E continua dizendo ser a caridade a maior das penitências. A maior das caridades foi a de Jesus e Maria para conosco. Apela-se a ação como geralmente acontece nos terceiros pontos de cada Prédica: “tratemos, pois, de mostrar por obras que queremos ser salvos... Venha este sangue vertido do lado sagrado... para lavar-nos da culpa”<sup>61</sup>.

**Conclusão:** No contexto que se encontravam os canudenses a identificação com Maria era inevitável. Injustiçada e sozinha, ela sofre porque, mesmo indefeso e morto, Jesus continua sendo agredido. A comunidade de Canudos era composta por uma maioria de pessoas pobres, gente injustiçada, marginalizada e sofredora. Mesmo assim, os coronéis, os políticos, a polícia, a sociedade<sup>62</sup> e agora o exército queriam destruí-los, já mortos em importância para sociedade, agora seriam exterminados materialmente. Os boatos, além dos conhecimentos do Conselheiro, bem como o aviso do Frei Evangelista de Monte Marciano, levaram provavelmente o Conselheiro a crer na destruição do arraial e seu povo. Frente a tal injustiça e impossibilitados de resistir, o caminho que certamente foi encontrado por Conselheiro e seu povo era apelar para a resistência confirmando a dignidade e o testemunho do povo perante a justiça, não a justiça e a lei dos homens, pois é a mesma que assassinou Jesus e injustiçou Maria, mas a justiça divina.

---

<sup>61</sup> A palavra culpa tem certa relevância nos escritos do Conselheiro que sempre se refere aos homens como culpados, mesmo os injustiçados, é dessa evidência que fica a conclusão de que o beato concebe o homem como mal e, portanto também sua obra a sociedade, essa é uma visão medieval do homem, porém a visão da sociedade má é também a de Jean Jacques Rousseau (ROUSSEAU, 1978, p. 2001).

<sup>62</sup> A opinião pública foi colocada a favor da destruição de Canudos para isso foi desencadeada uma campanha de difamação de canudos e seu líder, pouquíssimos se atreveram a contestar a manipulação da opinião pública da época, o único de que se tem provas que o fez foi Machado de Assis que pôs em dúvidas o que se dizia de Conselheiro na época e os interesses estavam por traz da campanha jornalística difamatória (CAPUANO, 2005, p. 41).

Com certeza, os canadenses, frente às instituições sociais que os abandonaram e as que os atacaram, sentiram-se sozinhos, como Maria nas Prédicas as quais falam da vinda de Jesus e as que falavam de sua morte. Assim como as outras, essa prédica traz os nomes dos responsáveis pelas injustiças contra Jesus e Maria. A relação de Maria com a comunidade canadense é de afinidade e proteção, mas é importante que a comunidade se comporte como Maria se comportou, pois Maria foi injustiçada e sofreu, porém jamais renunciou ao Filho, ao testemunho da justiça e da verdade, essa então deveria ser a postura dos canadenses. Resistir até o fim sem negar suas idéias e sem se corromper, mesmo pela vida material.

### **Prédica nº 27: Dor de Maria no descimento da cruz e funeral do cadáver de seu filho**

**Resumo:** Esta prédica fala de uma mulher que pega o filho morto nos braços após ter sido executado. A mulher reflete sobre as dores causadas a si pelo tormento do filho e perdoa o filho por ter sido o causador dessas dores e sofrimentos. “Eu lhes perdôo as dores que me tem causado...” Apesar do acontecido, a mulher tem uma atitude heróica, pois embora sofrida, não desmorona, não se entrega, “vai a passos firmes sepultar o filho”.

**Título:** Assim como os últimos dois títulos, esse também se refere a um sentimento no qual Maria não pode se relacionar com Jesus. É só seu sofrimento, embora no texto sejam citados os discípulos.

**1º - Ponto:** A introdução do primeiro ponto narra a retirada do corpo de Jesus da cruz após sua morte e sua entrega a Maria. O desenvolvimento segue descrevendo a atitude de Maria, sua consternação ao tocar o corpo e sua conversa com esse Jesus morto. O autor descreve a vontade que Maria tem de abraçar seu Filho antes do sepulcro, sua contemplação e afirmação da “imensa caridade de Jesus para com os homens”. Conclui o primeiro ponto, a afirmação de perdão de Maria para com a humanidade.

**2º - Ponto** O segundo ponto começa falando da saída do corpo de Jesus dos braços de Maria para preparação do funeral. Desenvolve-se o tema com Maria reagindo à situação e ela “própria determina o funeral ela mesma dá as disposições necessárias” dando exemplo de firmeza aos discípulos. Conclui-se esse ponto, afirmando que Maria é “mulher admirável, seu espírito é valoroso e seu coração é heróico”.

**3º - Ponto:** A introdução do terceiro ponto apela para identificação do ouvinte e ou leitor com Maria e afirma prever um futuro infausto se não houver tomada de posição dos homens em relação ao comportamento. Desenvolve-se o tema, questionando por que as lágrimas “não correm dos nossos olhos criminosos”. E apela de novo à comunidade: “não desprezemos quem tanto padece pelo nosso amor”. Conclui-se o ponto e a prédica, afirmando que “contra o pecado devemos levantar-nos” e ainda pedindo que Maria “nos recolha em seu coração”.

**Conclusão:** Essa prédica é de viés especialmente religioso, porém ligado ao aspecto coletivo. Maria recebe Jesus, mas não só o recebe como também age e reage à sua situação. Ao redor de Maria estão os amigos (discípulos) de Jesus. Embora a prédica se refira à pós-morte de Jesus, os homens injustos continuam a aparecer no texto. É como se o autor estivesse dizendo que Jesus morreu materialmente, mas a vida dos homens continua com sua injustiça. A atitude de Maria é de respeito e sentimento para com o corpo do Filho-Deus.

Na prática, para os leitores e ou ouvintes, fica claro o cuidado com a vida material, pois o corpo é representativo da materialidade. A vida de Jesus foi dada como caridade para os homens. Fica patente para os ouvintes a questão da solidariedade, pois Deus se deu aos homens, porque cada homem não pode se doar como Jesus, por si e pelos seus companheiros. Na situação que estava vivendo Canudos, esse raciocínio era um apelo para que os homens lutassem por si, enquanto membros da comunidade e pelos mais fracos (velhos, mulheres e crianças). A luta não seria contraditória, contraditório seria dentro desse raciocínio: fugir ou se entregar. Fugir seria um ato de covardia, contraditório com a própria natureza do sertanejo<sup>63</sup>, mas principalmente com a narração de toda prédica, que quando fala da conformidade de Maria com os desígnios de Deus está falando de enfrentar a realidade, o destino, a situação social. Ocorre que esse enfrentar, não é qualquer enfrentar, é enfrentar a realidade, o destino, a situação sem ferir os princípios de Justiça. Os canudenses lutavam em legítima defesa e isso não é crime contra Deus, nesse caso é testemunhar a Justiça divina.

Todas as prédicas inclusive essa procuram identificar Maria com os sofredores injustiçados e quando procura oferecer a esses um modelo de comportamento idealizado nos comportamentos de Maria, além da questão religiosa e espiritual, vem a questão material e moral. Maria, além de tudo que representava, era “mulher admirável, de espírito valoroso e coração heróico”, isso soava como um convite ao bom comportamento, à elevação ao preceito

---

<sup>63</sup> A natureza do sertanejo revela uma personalidade insistente e firme nas suas decisões, apegado a valores éticos e religiosos a ponto de viver baseado neles e dar sua vida por eles (FERNANDES, 1995, p. 71).

de Deus, mas também a coragem heróica incentiva a luta, o combate e o testemunho se fosse preciso até a morte. Está implícito e às vezes até explícito que o canudense precisa tomar posição frente à situação de Maria sob pena de ter um “futuro infausto, quanto sua salvação material e espiritual”. O texto evidencia que, para Conselheiro, só quem conhece o destino é Deus. Então os canudenses lutavam tanto pela vida material, como pela vida espiritual sendo sua obrigação testemunhar a justiça de Deus.

### **Prédica nº 28: Dor da senhora em sua soledade**

**Resumo:** Esta prédica fala do sofrimento de solidão de uma mulher que terminou de sepultar seu único filho “sua memória apresenta-lhe bem ao vivo as qualidades daquele... filho: sua infância graciosa, sua mocidade, suas fadigas, seus trabalhos, seus mistérios, sua vida, sua morte, tudo isso aumenta-lhe a dor...”. A mulher reflete sobre as ações do seu filho para com a sociedade e conclui que seu filho foi bom.

**Título:** Depois de todas as dores, Maria é convertida em Senhora. Esse título é o único das prédicas que se refere à Maria como Senhora.

**1º - Ponto:** No início da prédica, Maria sepulta seu Filho, volta para casa e continua sofrendo. Desenvolvendo o tema, Maria é comparada a um frágil e inocente pássaro (rola), ela permanece em “estado capaz de abalar os corações mais empedernidos” e relembra a vida (infância) do seu Filho. Concluindo a primeira parte da prédica, expõe-se a dor, o martírio de Maria diante as lembranças do Filho.

**2º - Ponto:** No segundo ponto, narra-se que Maria medita sobre o significado da vida de Jesus e lembra-se do seu comportamento de caridade para com os “maiores pecadores que arrependidos, o procuravam”. Desenvolve-se o segundo ponto com Maria meditando sobre as ações do seu Filho em benefício dos homens (nós) e para servir-nos de exemplo. Conclui-se o ponto falando “quantos motivos para consolarmos Jesus! Quão forte razão para consolarmos a Maria”.

**3º - Ponto:** O terceiro ponto conclui a prédica, procurando levar o ouvinte e ou leitor a raciocinar, sob forma de comparação, no tamanho do sofrimento de Maria. Desenvolve-se o ponto dizendo que Maria sabe da injustiça e “ingratidão dos homens” em relação a seu Filho. Que os ouvintes sejam seus filhos e sintam a morte de Jesus. A conclusão é narrada em forma

de súplica de Maria em relação à comunidade, “aqueles a quem ele (Jesus) me entregou antes” de morrer. “Tende compaixão de mim e piedade do coração da mais aflita das Mães”. Ou seja, estejam do meu lado, dêem testemunho do meu Filho.

Tanto a narração dos pensamentos de Maria, quanto a súplica dela em ser consolada pelos ouvintes e ou leitores levam a crer no estímulo a uma ação, mas não uma ação raivosa e irracional, na qual prevalecesse algum tipo de injustiça ou de desobediência a justiça de Deus. As prédicas sugeriam que o fim dos canudenses provavelmente seria como o fim de Jesus e Maria, mas se mantivessem a postura exemplar da Mãe e do Filho, embora o fim material pudesse ser trágico, o resgate espiritual, a transcendência<sup>64</sup> estaria garantida. Essa idéia vai causar uma segurança nos combatentes que, além de combater com coragem e entusiasmo, vão usar a inteligência e a astúcia contra os soldados.

**Conclusão:** Essa prédica resume todos os momentos da vida de Jesus e Maria apresentados nos sermões anteriores. As lembranças desses momentos fazem o sofrimento de Maria aumentar. Essa prédica funciona como confirmação da opção de Maria em relação à justiça de Deus em detrimento da justiça dos homens. Tendo os canudenses que imitar Maria e testemunhar o sofrimento de Jesus e de sua Mãe, teriam de estar conscientes de sua escolha.

Assim como Jesus foi morto injustamente e Maria injustamente privada de seu Filho, ficando conseqüentemente só, os canudenses seriam injustiçados como Mãe e Filho. Esse fato não é surpresa para grande parte da população de Canudos que era majoritariamente de miseráveis, injustiçados e marginalizados socialmente. Todas as prédicas procuram preparar esse povo para enfrentar a sociedade da época e o exército com a mesma dignidade que a mulher chamada Maria e o homem chamado Jesus enfrentaram a sociedade, a justiça e o exército da época em que viveram. Em momento algum fica a mensagem de que os canudenses devem se entregar ao sacrifício da guerra, destruição e auto-imolação, pois o texto religioso de Conselheiro evidencia que a redenção coletiva já foi feita por Jesus e por Maria. O que é passado implicitamente e até explicitamente no texto é que todo homem precisa tomar partido entre a justiça do homem e a justiça de Deus. Fica claro que a única justiça realmente válida para o Conselheiro é a divina, mesmo que pareça ser a mais penosa, a mais custosa, a mais sofrida, a mais difícil. Maria fica só e sofrendo, porém uma coisa a tranqüiliza, ela está ao lado da Justiça Divina.

---

<sup>64</sup> Transcendência não é obrigatoriamente um termo religioso ou místico embora esteja associado a não materialidade. Os homens que se destacaram na História sejam do povo ou da elite têm suas características pessoais e seus nomes perpetuados por séculos isso é também um tipo de transcendência que não está ligada obrigatoriamente a religião e ou a mística (FERNANDES, et al, 1995)

**Prédica nº 29: Maria, rainha dos mártires**

**Resumo:** Esta prédica é um resumo conclusivo de todo conjunto das dores de Maria anteriormente narradas por Conselheiro. Ela fala de uma mulher que sofreu com a vida do filho desde o seu nascimento até a morte dele. Ela cita cada um dos sofrimentos da mulher narrados nas prédicas desde antes do nascimento do filho até depois de seu sepultamento. Em tom conclusivo, nesta prédica, afirma o autor que a mulher é a rainha dos mártires por que: 1º recebeu esse título de uma instituição social respeitável; 2º porque é mãe de um filho que sofreu muito e ficou conhecido como o rei dos mártires; 3º porque sofreu intensamente, prolongadamente e injustamente, além de ser vítima de seu próprio povo.

**Título:** Este é o mais místico de todos os títulos, enquanto os anteriores falavam de um momento na vida de uma mulher-mãe, este se refere a uma mulher-rainha, o que não seria misterioso, religioso, se a rainha não fosse a rainha dos mártires. Os três pontos da prédica justificam a afirmação do título e o próprio título se constitui em tema da prédica, coisa que alias não foi muito constatada nas prédicas anteriores.

**1º - Ponto:** A introdução do primeiro ponto afirma que o título de Maria é o reconhecimento justo da Igreja para com a mãe de Jesus. Segue o autor comparando Maria a outros mártires, dizendo que seu sofrimento foi intenso e longo e continua citando as dores que Maria sentiu antes, durante e depois da vida de Jesus. O autor fecha o ponto afirmando que as dores de Maria sucederam umas às outras, formando um longo e rigoroso martírio.

**2º - Ponto:** Neste ponto reafirma-se que Maria é a rainha dos mártires, porque é a mãe do rei dos mártires, Jesus, Deus que se fez homem para resgatar a humanidade dos seus crimes (pecados). Desenvolvendo o ponto, afirma-se que por serem grandes e muitos os crimes da humanidade, os tormentos do libertador (redentor) seriam proporcionalmente grandes e muitos. Maria, sabendo disso e da inocência do filho, teve o seu sofrimento mais aguçado. Fecha-se este ponto com a afirmação de que Jesus faz parte do coração de Maria, era seu criador que veio como servo para libertar os pecadores (criminosos).

**3º - Ponto:** De novo a afirmação de Maria ser rainha dos mártires, agora justificada porque o sofrimento de Maria “tinha como circunstância agravante o fato de ser causado pelo seu próprio povo”, um povo que não só contradisse seu filho como também o caluniou, o odiou e exigiu a sua morte (seu sangue). Maria lamenta essa atitude do povo e a cegueira dos

“filhos de Israel”. Então, concluindo a prédica, adiciona o escritor que os falsos cristãos imitam os algozes de Maria.

**Conclusão:** Essa prédica é o objetivo, a meta reflexiva das prédicas Dores de Maria. Conclui todos os textos e idéias expressas nas 28 prédicas anteriores, mostrando que apesar do sofrimento e de suas dores e por causa de ambos, Maria tem uma posição de destaque na obra da redenção e na vida depois da redenção<sup>65</sup>. Sua vida é sofrida, mas é digna, sempre se comportando dentro da ética e justiça recomendada por Deus, garantiu para si o título e as prerrogativas de rainha. O título da prédica é uma afirmação. Para provar essa afirmação, o Conselheiro desenvolveu três justificativas, uma em cada ponto da prédica: a primeira refere-se ao fato de que foi a Igreja Católica como instituição santa, representante de Deus na terra, que atribuiu esse título a Maria; a segunda reafirma o título pelo fato de ser Maria mãe do rei dos mártires, portanto rainha dos mártires; e a terceira justificativa é pelo fato do sofrimento de Maria ter sido intenso, prolongado e provocado pelo seu próprio povo<sup>66</sup>.

O escritor das prédicas, na primeira parte dessa prédica, ao falar da autoridade da Igreja em instituir o título para Maria, deixa evidente que não rompeu com a Igreja. Mesmo sabendo do papel negativo desta perante a guerra contra os canudenses. Não era novidade a posição desta instituição em relação a Conselheiro e a Canudos, isso pôde ser confirmado pelos próprios canudenses no episódio da missão capuchinha. Essa hipótese vai de encontro às afirmações de Fiorin que alega serem as referências eclesiológicas do Conselheiro ligadas à concepção clássica de Igreja. Concordamos do ponto de vista geral da afirmação, porém não podemos concordar que a idéia de Igreja para Conselheiro se resuma a “concepção clássica da Igreja Piramidal com membros dotados de poder sacro e simbólicos e outros desprovidos deste poder”.

Se o Conselheiro concebia a Igreja unicamente da forma que Fiorin concluiu, como explicar a sua recusa em atender os apelos de dispersão da missão capuchinha ou a sua

---

<sup>65</sup> Observamos que depois da morte do filho, nas prédicas Maria passa a ser rainha, ambíguo ou não esse é um título relevante e que sugere que a morte nem é o fim nem a desgraça, apenas a morte, gloriosa, heróica ou vergonhosa, indigna isso vai depender de como viveu e do por que o indivíduo morreu. A teoria de Maquiavel de que os fins justificam os meios não pode permear o discurso religioso, pois, corromperia esse discurso transformando-o num discurso político. Há de se observar que todo medo de Jesus era a transformação das coisas de Deus em coisas do mundo, o discurso do Conselheiro para ser essencialmente religioso precisava compartilhar desse medo.

<sup>66</sup> O fato de estar sempre se referindo ao povo de Israel, não é exclusivamente uma acusação ou qualquer tipo de propaganda anti-semita. É sim um alerta para que o seu povo (canudenses) não cometa as injustiças que foram cometidas no passado pelo povo que assim como eles foram o povo de Jesus e Maria no episódio da vida de Jesus.

insistência em pregar às pessoas quando foi proibido pelo arcebispo da Bahia e barrado pelos padres em algumas igrejas do sertão por onde peregrinou?

Hoonart acredita que o vício religioso do Conselheiro é confessional, monástico, místico, inspirado nos monges do cristianismo primitivo. Cita inclusive um determinado monge que viveu e pregou no Egito ainda na Antiguidade para explicar a tendência religiosa do Conselheiro. A análise do conteúdo de fato não confirma que o beato trabalhava com apenas uma concepção rígida e clássica de Igreja, se fosse assim teria obedecido às determinações do arcebispo e da missão capuchinha. No segundo ponto desta prédica, o beato justifica a majestade de Maria por ser ela mãe do rei dos mártires e, portanto, a rainha dos mártires. E o terceiro ponto confirma que Maria é majestade por que seu sofrimento foi intenso, longo e causado pelo seu próprio povo. Todos esses pontos ligam a vida de Maria com a sociedade em que viveu e sugere uma ligação com a sociedade contemporânea dos canudenses, pois sempre levam em conta elementos coletivos interligados com a situação individual do filho e da mãe.

### 3.4 ANÁLISE GLOBAL DAS PRÉDICAS A PARTIR DE UMA AMOSTRA DO CONTEÚDO VOCÁBULO-LEXICAL

Das 14.180 palavras contidas no texto das prédicas selecionamos aproximadamente 2.900. Nosso critério baseou-se na seleção das palavras relevantes e numericamente expressivas no texto. Nas 2.900 palavras, tem-se aproximadamente 165 repetições de palavras e seus sinônimos. Entre os vocábulos que se repetiram tivemos no topo a palavra Filho repetindo-se 166 acompanhada das palavras Maria 165; Mãe, 125; Deus 115; Jesus 114 e Senhora 113.

Essas palavras confirmam a hipótese sobre a religiosidade no discurso e no conteúdo dos escritos de Conselheiro, porém revela um aspecto importante do discurso religioso do Beato, sua preocupação com a sociedade, em especial uma instituição, a família.

Dois elementos principais constituintes da família aparecem como norteadores do texto, são as palavras Mãe e Filho. Das palavras Maria e mãe derivam todo texto, onde o Filho aparece como objetivo principal, enquanto Deus é o verdadeiro exemplo de Pai e Jesus o exemplo de Filho. Não contabilizamos, mas é notória a presença da preposição (de) e outras com referência a posse. Observamos que Jesus não é apenas o Salvador, o Redentor, o Justo, o Filho de Deus, mas principalmente o Filho de Maria, o Filho da Mãe de Deus. Percebemos que o que faz o discurso ser religioso não é somente a mística nele encontrado, mas principalmente os personagens bíblicos que durante muito tempo foram tidos como histórico por algumas ciências sociais, mas que hoje apenas o povo mais simples acredita na sua historicidade. Existe no texto uma articulação constante entre os vocábulos que se referem ao espiritual e ao material e isso se constitui na essência da fala escrita do Conselheiro. É justamente essa articulação que nos permite dizer que o Conselheiro procurava modificar as ações dos homens perante seus pares e a sociedade. Assim trata-se de um texto sócio-religioso que procurava modificar a “sociedade comunidade” por meio do conhecimento religioso.

Na própria essência do texto conselheirista existe a ambigüidade espiritual material. Encontra-se ainda outro bloco de palavras expressivas numericamente, são elas: coração 50 repetições; personagens bíblicos se repetem por 43 vezes; a palavra virgem que aparece no texto 40 vezes e o vocábulo morte 38 vezes. O vocábulo coração, bem como a palavra virgem demonstram o que já foi colocado sobre o caráter poético do texto do Beato. E os personagens

bíblicos, bem como o vocábulo morte, denotam a perspectiva narrativa do texto do Conselheiro. Os vocábulos simbólico-poéticos e de caráter narrativos demonstram que os textos do Conselheiro foram escritos para posterior exposição oral às pessoas de tradição oral.

Ainda nas palavras contabilizadas foram selecionadas: pena 28; refletir 24; pai 23; justo 22, pobreza e alma 22 vezes cada uma; verdade e cruel 20 vezes; tristeza e martírio 18 e redenção 16 repetições.

Esse terceiro bloco de palavras mostra um imbrincamento entre o conteúdo religioso e o conteúdo social. As palavras ligadas ao sentimento de empatia como pena, tristeza e martírio são importantes e somam o segundo maior número de vocábulos. Enquanto as palavras ligadas ao social como: pai, justo, pobreza, verdade e cruel são maioria, as palavras alma, refletir e redenção ligada ao indivíduo e a religião aparecem com menor frequência. Isso mostra que o discurso pode ser religioso e conservador, mas o conteúdo é material e social com tendências ético, morais e sociais. O conteúdo das prédicas Dores de Maria não pode ser considerado conservador e tem tendência religiosa voltada para o material (o social). Exemplo: a glória do Senhor no texto do Conselheiro está para a sociedade assim como a sociedade esta para a glória do Senhor, ou seja, existe um equilíbrio entre a importância dos aspectos religiosos místicos, abstratos e individuais e a importância dos aspectos sociais, concretos e coletivos. A análise do conteúdo mostra uma articulação entre dois aspectos do universo, o mundo espiritual e o mundo material, onde o espiritual é mais relevante, mas não tem sentido sem o material (o social).

No primeiro bloco de palavras, a família predomina; no segundo, a atitude simbólica predomina e no terceiro bloco os elementos do dia-a-dia social, espiritual e individual permeiam a atitude na família em busca de Deus. O texto é religioso, mas não exclusivamente. Além de seu conteúdo social a própria intenção do Conselheiro é social, comunitária mesmo que específica dos canudenses como mostra a contra capa do manuscrito.

Em relação às fontes nas quais bebeu o Conselheiro, nossa pesquisa e análise mostram que as próprias estruturas e conjunturas e o contexto social podem ser fontes de onde surgem informações e condições que impulsionaram o Conselheiro a escrever suas prédicas aos canudenses. Porém, empiricamente, as fontes manuseadas pelo Conselheiro e que lhe influenciaram foram: a Bíblia, a Missão Abreviada, as Horas Marianas, bem como os estudos e ensinamentos que dispusera quando criança e adolescente e nesse caso a influência dos livros que usou e do seu mestre, além é claro da influência que receberá do ambiente cultural que estava inserido como membro de classe pobre sertaneja. É incontestável que o

Conselheiro tenha sido influenciado por todos esses elementos. O que é um problema insolúvel é como esses elementos se articularam na mente do Beato. Os estudiosos cada qual com suas teorias e métodos produziram trabalhos que preferimos chamar de interpretativos sobre o personagem histórico e seus feitos. No entanto, a meticulosidade e especificação do trabalho científico ou pelo menos dito científico tem prejudicado a “visibilidade” da pessoa do Conselheiro como um homem como outros, isso porque ao eleger um paradigma teórico e metodológico no estudo de um fenômeno histórico como é o caso, diminui-se a tolerância em relação à capacidade de articulação entre a mente humana e os elementos empíricos e não empíricos que cercam o homem.

Acreditamos que foi o aspecto teórico-metodológico acima que prejudicou a compreensão da estrutura discursiva das prédicas em: o estudioso, quando da produção de sua dissertação de mestrado deixa claro que sua concepção sobre Canudos é a tese de Maria Izaura Queiroz, que vê Conselheiro como líder Messiânico e o movimento de Canudos como uma expressão do messianismo do líder e do povo. Uma vez que segundo Maria Izaura Queiroz (1998) as idéias do líder é fruto do imaginário popular e por isso com o popular se coadunava. Acontece que essa idéia é fruto da formulação da tese de interpretação dos autores. Tanto Fiorin como Queiroz não deixam espaço para o entendimento que isso é uma “teoria”, uma interpretação, e não a verdade sobre Canudos. Fica então o Movimento sujeito a uma tese teórico-metodológica.

A análise do conteúdo do texto do Conselheiro mostra que o escritor não é um débil fanático e religioso como se tentou provar durante muito tempo por meio de Os sertões e seus intérpretes. Inclusive contra esse mal, as interpretações marxistas foram providenciais, pois se é ciência chamar um líder religioso de fanático, débil ou alienado culturalmente, também pode ser ciência chamá-lo de revolucionário, socialista, comunista. Assim, confirmamos, por exemplo, as afirmações de que o discurso do Conselheiro é religioso e conservador, mas não a descrição e conclusão do conteúdo semântico investido nas prédicas, junto com as conclusões que Fiorin chegou em relação à teologia do Conselheiro. A análise do conteúdo mostra conclusões diferentes: em primeiro lugar o conteúdo das prédicas não permite que se fale mais de Jesus e da Igreja do que de Maria, exceto se for opção do analista e esse é o caso de Fiorin; em segundo lugar, outra questão importante é que os únicos vocábulos místico-religioso que predominam nas 14.180 palavras que compõe as prédicas aqui analisadas são: Deus e Jesus. Mesmo assim o Conselheiro não fala de Cristo. O autor de “O Discurso do Conselheiro” afirma ser adepto da teoria do messianismo e que o texto das prédicas tem um

caráter maniqueísta, não comprovamos essas afirmações na análise do conteúdo. O que é comprovado no conteúdo é uma concepção de dualidade humana, na qual o homem e a pessoa são compostos de corpo e espírito-alma, sendo o espírito necessitado de maior atenção, pois tem duração eterna e pode compartilhar da justiça divina. Sobre a cristologia do Conselheiro, a afirmação de Fiorin de que ela é não-histórica não se confirma pela análise do conteúdo. O que nos ficou claro é que Conselheiro concebe o Universo com dois mundos separados, mas que fazem parte de um todo, o mundo espiritual e mundo material são interligados, um dependente do outro. Nesse caso, a história material do homem é feita por ele próprio, tanto individualmente como coletivamente. Se o Conselheiro concebesse o homem sem autonomia diante da vida, por que os segundos e os terceiros pontos das prédicas estariam preocupados em sensibilizar e aconselhar meticulosamente o homem frente aos acontecimentos individuais e sociais? Não há dúvida, o Conselheiro conhece a teoria do livre arbítrio, em outra parte das prédicas cita Tomás de Aquino. Pode-se inclusive inferir que assim como Marx achava que a história e destino da humanidade era atingir o comunismo, tudo indica que para Conselheiro a história do homem tinha como destino chegar a Deus, a justiça Absoluta. Fiorin fala da expiação como sendo uma idéia primordial do Conselheiro, a análise do conteúdo não confirma essa afirmação do estudioso, pois as palavras tristeza, pena, crime, humilhação, vítima, bem como inocente e justiça/injustiça figuram em grande quantidade no texto e atestam que o Conselheiro concebia a crucificação de Jesus e o conseqüente sofrimento de Maria como uma obra da ação humana, que inclusive poderia ser evitada se os homens seguissem a lei de Deus e procurassem sua justiça divina. O conteúdo revela que Jesus foi injustiçado, foi vítima, sua crucificação causou pena, dó, tristeza, foi um crime, Jesus foi vítima da maldade humana mesmo que influenciada pelo demônio. A maldade é humana, atesta essa afirmação as pouquíssimas repetições das palavras demônio e satanás.

Para concluir sobre a cristologia do Conselheiro, o autor supracitado afirma três características da cristologia conselheirista: cristologia dogmática; Cristo é epifania de Deus; Cristo é o pleorama da realidade. Discordamos dessas constatações de Fiorin, pois a análise do conteúdo respalda nossa discordância. A Cristologia dogmática: a própria palavra Cristo não tem expressividade numérica e ou semântica nas prédicas, enquanto ela aparece aproximadamente 07 vezes em todo texto a palavra Jesus aparece 114 vezes e Filho 166, isso mostra que Conselheiro fala do Jesus histórico, a ênfase do seu pensamento não está no destino de Jesus, mas na sua vida, no seu dia-a-dia, no exemplo de filho e de homem, as palavras usadas pelo Conselheiro parecem mostrar que a morte de Jesus poderia ter sido

evitada, pois para o beato é sempre uma lástima o que os homens fizeram com Jesus e Maria. A ênfase da fala do Beato está no processo da vida de Maria e de Jesus, no exemplo de vida da mãe e do filho de Deus. O Texto do Conselheiro enfatiza a vida sofrida e digna de Maria e Jesus. A morte de Jesus é apenas um dos tantos temas das 29 prédicas. Jesus para Conselheiro foi vítima de um crime hediondo e não uma oferenda. Essa tese de que Jesus poderia ter sido absorvido não é absurda, nas escrituras sagradas (Bíblia) existe vários exemplo da (Maleabilidade de Deus) misericórdia, a mais famosa é a liberação do sacrifício entre Abraão e seu Filho. O Conselheiro conhecesse essa passagem Bíblica e poderia tê-la interpretado de forma positiva. O conteúdo é revelador de que Conselheiro concebe Jesus como vítima da crueldade, da injustiça e dos crimes humanos.

Quando o autor fala que Cristo é epifania de Deus e que em todo momento o Conselheiro realça a divindade de Cristo nas prédicas, então afirmamos que o termo Cristo chega a ser raro nas prédicas Dores de Maria. Já o vocábulo (divino) aparece freqüentemente, muito embora a divindade de Jesus e não de Cristo esteja relacionada com o vocábulo (Deus) que aparece 115 vezes e que por sua vez tem majoritariamente o sentido de justiça absoluta. Para o Conselheiro, Jesus não é só divino, mas é o justo dos justos e só é divino por isso. Jesus é o Filho, emanção da justiça absoluta. Realmente para o líder religioso a imitação de Jesus é o caminho, mas não a imitação da morte de Jesus e sim da sua vida de obediência à lei e à justiça de Deus. E ainda o conteúdo mostra que, na concepção do beato, é mais possível a imitação de Maria que mesmo a de Jesus. Inclusive o papel de Maria é mais ativo que o papel de Jesus. As preposições de posse (de), por exemplo, entre os nomes de Maria e Mãe em relação a Jesus, mostram que o Filho não subverte a ordem social entre Mãe e Filho, mas não por acaso e sim por que essa é uma lei que é primeiro divina e depois social. Conselheiro não fala de Cristo, fala de Jesus, um filho e homem obediente às leis divinas e sociais, homem que vai até as últimas conseqüências para ser justo e não covarde.

A forma de agir de Jesus e Maria é diferente da forma de agir das pessoas, porque as pessoas agem sem acreditar na justiça divina, tendo como parâmetros racionais a material. Por exemplo, na expressão “mais vale um covarde vivo que um herói morto” está-se privilegiando o corpo em detrimento da dignidade da pessoa humana, essa lógica poderia permitir derivadas como “mais vale roubar que morrer de fome”. A lógica de Maria, Jesus e a do Conselheiro é inversa a essa lógica, pois ela fere princípios morais e éticos relevantes na sociedade e subverte a teoria de que o espírito é mais importante que a matéria.

A guerra de Canudos mostra que Conselheiro não se opôs à resistência dos canudenses ao exercício, porque o direito de defesa é natural e tolerado por Deus, o homem pode se defender. No entanto, o como se defende é o que determina se um homem é digno da justiça de Deus ou um covarde, um injusto. Não se tem provas de que Conselheiro comandou os canudenses na luta e é provável que não, mas sua lógica foi seguida majoritariamente, pois afora a matança que faz parte de uma guerra, os canudenses não podem historicamente serem acusados de outros crimes. Uma questão crucial para entender a pregação do Conselheiro é entender sua concepção de atitude, ação. Um exemplo ilustrativo do tipo de ação do Conselheiro pode ser feito a partir da comparação entre ele e Euclides. Conselheiro foi traído, não se vingou da mulher e do rival procurando lavar sua honra como inclusive previsto na lei da época. Euclides também foi traído e resolveu agir de acordo com a ação lógica social da época, não passiva ou diríamos não pacífica e acabou morto. O interessante é que se conhecemos Euclides da Cunha hoje é por que escreveu sobre os feitos do Conselheiro, ou seria o contrário o Conselheiro só ficou conhecido por que Euclides escreveu sobre ele? A vida de ambos foi trágica. Quem é o mais importante na história do Brasil? Quem viveu mais? Certamente as respostas para essas e outras questões desse tipo pode variar bastante dependendo das concepções psico-sociais que permeiam o intelecto dos respondedores. Fiorin afirma em seu trabalho que o discurso do Conselheiro é conformista e prega a passividade, porém a questão não está no, se o Conselheiro prega a passividade ou a atividade, mas sim a concepção de atividade que permeia o discurso científico de Fiorin.

Cristo é o pleroma da realidade: De novo afirmamos que o conteúdo não permite fazer certas afirmações sobre Cristo, pois não existem elementos suficientes que sejam capazes de comprovar afirmações nesse âmbito. Fiorin insiste nas afirmações anteriores da concepção não-histórica de Conselheiro, bem como na passividade de suas idéias e de sua ação. Afirmo ainda existir uma isotopia concernente ao discurso cristológico do Conselheiro, a isotopia do sofrimento. A análise do conteúdo também não confirma essa última afirmação, além de existir uma gama de vocábulos que repelem a aceitação de uma atitude masoquista e expiatória (pena-dó, crueldade, tristeza, injustiça etc.) existem vocábulos em quantidades expressivas que se contrapõe a essa afirmação e ao vocábulo sofrimento, é o caso de: amor com 50 repetições; vida com 36; coração com 50; alegria e misericórdia com 12 repetições cada entre outras de menor expressão quantitativa. Várias afirmações do estudioso não se sustentam diante da análise do conteúdo. Segundo a análise do conteúdo, não existe um discurso cristológico do Conselheiro, as referências a Cristo são mínimas, Jesus é o filho de Deus e

essencialmente de Maria, a ênfase do personagem Jesus nas prédicas esta no seu comportamento diante da mãe, da sociedade e do sofrimento.

Maria sim pela análise do conteúdo é a mãe dos homens, não por que seja a rainha dos mártires, mas porque é a mãe do filho de Deus e, simbolicamente, Mãe de todos os homens. O conteúdo das prédicas Dores de Maria é coerente com o título e com o tema dos escritos. As palavras Maria, Mãe, Senhora, Virgem e Bendita mostram que a Mãe do Filho de Deus é realmente o principal conteúdo do texto. Fiorin afirma que nas prédicas Maria foi “chamada a colaborar com a assunção da humanidade, virgem, Mãe, dotada de meiguice, doçura, piedade, humildade e obediência à vontade de Deus totalmente devotada a cristo e a São José. É o modelo de homem “ser passivo, resignado, que busca superar o pecado através do sofrimento...” “Pessoa alienada, que não tem consciência de seu papel histórico...” Maria é apresentada como não possuidora de dimensão profética. A análise do conteúdo comprova parte do que Fiorin fala sobre Maria, exceto que Maria é um ser passivo, alienado, que não tem consciência de seu papel histórico e que busca superar os seus pecados pelo sofrimento. O conteúdo das prédicas contradiz essas afirmações de Fiorin e mesmo uma análise superficial das dores de Maria revela uma mulher e mãe ativa que se preocupa com o filho, com a família e a sociedade. Não só sofre e chora, mas providencia junto com o marido a sobrevivência do Filho. Como explicar a frase “Maria Medita”, meditar refletir, contemplar são vocábulos numericamente e semanticamente expressivos no texto das prédicas.

Maria é simbolicamente vista como a Mãe do povo e, como o próprio povo, deve seguir a lei e a justiça terrenas desde que de acordo com a divina. Ocorre que se a mulher segue a lei, se é imaculada sem pecados como aparece literalmente no texto, qual o motivo de seu sofrimento, se não tem pecados? A análise do conteúdo das prédicas esclarece que a Mãe sofre pelos pecados, crimes, crueldade, injustiças, impiedade dos homens. O conteúdo também evidencia que Maria a Virgem, Imaculada, Santa, bendita, Inocente é uma vítima dos crimes e da crueldade humana, sua reação não pode ser covarde, pois tal ação lhe colocaria em pé de igualdade com os outros homens que procuram viver bem a qualquer custo, inclusive com artifícios antiéticos e imorais desconsiderando os mandamentos, a lei e a justiça divina. Ou seja, Maria é ativa, mas não fora dos parâmetros da justiça divina.

Quanto à eclesiologia, o próprio Fiorin afirma que não existe nenhuma prédica ou textos específicos sobre a Igreja. Na análise do conteúdo, a palavra Igreja só aparece uma vez entre as 14.180 palavras do texto. No fim das prédicas Dores de Maria, a palavra Igreja aparece como uma instituição com o respaldo de agradecer Maria com o título de Rainha dos

Mártires. A análise do conteúdo dessas prédicas não pode confirmar nem negar o que foi escrito por Fiorin, concordamos que Conselheiro na última prédica deixa claro a autoridade da Igreja, mas isso não prova que obrigatoriamente ele tenha uma única definição e ou concepção de Igreja. O termo tem origem grega e vem da palavra Eclésia com o sentido de Assembléia, “reunião do povo”. Pelos estudos que recebeu na infância e adolescência e nas suas leituras e diálogos com padres e missionários amigos, é provável que o Conselheiro tenha essa informação e não conceba a palavra Igreja unicamente como instituição, mas também como o conjunto dos cristãos católicos, seus líderes e sua doutrina e mesmo como assembléia do povo de Deus. Sendo assim, fica explicado porque o Conselheiro e os canudenses não obedeceram e mesmo ignoraram as investidas do Arcebispo da Bahia e mesmo a missão capuchinha.

Enfim, o discurso religioso do Conselheiro pode ser e é conservador como era inclusive toda sociedade brasileira da época, não é por acaso que se dizia pouco antes da proclamação da República que “Não há nada mais conservador, que um liberal no poder”, mas o conteúdo do texto *Dores de Maria*, analisado detalhadamente, se mostra religioso-social, preocupado não só com a salvação eterna do homem, mas com seu caminho para a salvação na vida, no dia-a-dia, imitando não Jesus, pois fica implícito no texto que não somos capazes nem espiritualmente nem mentalmente, mas sim tentando imitar Maria nas suas atitudes de solidariedade com o sofrimento de Jesus. Esse sofrimento não seria pagamento de pecados, mas consequência da ação pecadora, criminosa e cruel dos seres humanos para consigo próprios, com a sociedade, com a justiça e com as verdades divinas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio procuramos discutir e apresentar uma idéia de que a compreensão de alguns fenômenos histórico-religiosos como o de Canudos, o seu surgimento, desenvolvimento e seu final, é muito complexa. Uma forma mais justa de interpretá-lo é considerando essa complexidade e todos os aspectos que a envolve, levando em conta que a história enquanto produto científico é também uma interpretação da realidade. Procuramos mostrar a importância das estruturas sociais, das conjunturas, do ambiente geográfico da situação psicológica e do *ettos* cultural.

Não foi nosso objetivo polemizar ou procurar derrubar uma ou outra tese sobre Canudos, uma vez que entendemos serem as interpretações influenciadas pela corrente teórica, pela metodologia e mesmo pela posição social e personalidade do cientista em questão. Dependendo desses fatores, um estudioso pode realçar mais um ou outro aspecto estrutural, conjuntural, geográfico ou cultural. Nosso primeiro caminho foi discutir estruturas, conjunturas, fatores geográficos e culturais que permeiam as interpretações sobre Canudos e nossa conclusão foi a de que a articulação dialética entre esses fatores pode responder bem a algumas lacunas nas interpretações sobre Canudos. Sendo importante lembrar que, por conta da subjetividade do sujeito cientista, as articulações que explicam os fenômenos também podem ser inúmeras.

Em segundo lugar, destacamos aspectos ligados às estruturas e conjunturas e discutimos sua ligação com os fatos ocorridos em Canudos e possivelmente com as atitudes de Antônio Conselheiro e seu grupo. Discutimos o protestantismo e a secularização – laicização – que geraram uma desestruturação da mentalidade medieval européia na Europa e no Brasil, construindo socialmente outra estrutura que disputa o espaço social com a rival. O embate entre as duas causou muitas transformações no seio da sociedade trazendo, como consequência, a mobilização dos indivíduos e grupos no intuito de garantir seus direitos e/ou privilégios. O povo mais pobre que historicamente teve poucas vezes condições de mobilizar-se nesse sentido, ou por falta de recursos e/ou por falta de liderança que o defendesse, procurou como sempre garantir ao menos sua sobrevivência. Parte desse povo pobre vai sobreviver ao lado dos privilegiados como servos fiéis e a outra parte, não absorvida pelos interesses das elites sociais, vai buscar alternativas de sobrevivência, geralmente se

relacionando de forma conflituosa com a sociedade que a marginalizava. São, dessa forma, os marginalizados, os desclassificados como falava Hoonart.

Em terceiro lugar, na busca pela vida e pelo sentido para ela surgem grupos que vão “contestar” a sociedade ou mesmo os privilegiados dela, ora pela violência – seja de forma individual (ladrão) ou coletiva (bando de ladrões ou revoltosos), por exemplo – ora de forma pacífica – individual (profeta, místico, eremita) ou coletiva (grupo religioso), por exemplo. Assim, as estruturas e conjunturas bem como o ambiente geográfico e cultural que oprime um grupo podem causar a reação desse mesmo grupo que conscientemente ou não procurará defender-se ou sobreviver atacando violentamente ou pacificamente os pressupostos estruturais, conjunturais etc. que são presumivelmente causadores de suas mazelas. Dessa forma, a opressão das estruturas, conjunturas e outros fatores sobre um determinado grupo podem ocasionar a reação de tal grupo contra seu objeto de opressão.

Em quarto lugar, a Igreja, reagindo ao processo destruturador da ordem medieval na qual era a maior beneficiada socialmente, institui as santas missões no Brasil. A Igreja Católica brasileira tem sua origem associada ao Estado moderno português. Essa parceria iria possibilitar a organização de uma nova sociedade na colônia portuguesa, mas, por conta do modelo de colonização, com a conquista, dominação e expropriação, a situação é de barbárie, principalmente por conta dos conquistadores. O povo nativo foi exterminado, expropriado e escravizado. Nesse contexto, emergem duas utilidades da prática missionária no Brasil: evitar a matança desordenada e desenfreada dos nativos convertendo-os em fiéis do cristianismo católico e fornecer mão de obra barata (fator econômico positivo) para a sociedade européia, onde se beneficiava principalmente toda elite européia. Em princípio, a prática missionária esteve vinculada a interesses políticos do Estado português e, posteriormente, do Estado brasileiro em formação. Uma segunda prática missionária e seus praticantes “viam” a miserabilidade do povo e, sendo sensíveis, passaram também a ensinar esse povo a melhorar e ressignificar sua vida.

Os missionários, que realmente se importaram com o povo enquanto classe merecedora de dignidade humana, não só procuraram ensinar a doutrina, como procuraram evangelizar, dando oportunidade, assim, para o aperfeiçoamento do pensar popular e para a ressignificação da vida daquele povo. Isso foi feito não proferindo discursos vazios, mas falando a “língua” do povo, vivendo, trabalhando, sofrendo e até morrendo por ele e ou com ele. Hoonart chama essa prática de pedagogia missionária de convivência a qual tem a postura de abrir espaços para a participação de membros do povo na administração do

Sagrado, das coisas religiosas, não como atividade principal, mas complementar à administração sacerdotal. Conselheiro se insere nessa prática religiosa, sua pregação é herdeira de uma pregação evangelizadora, que ensina as pessoas a pensar, ressignifica-lhes a vida, fala a linguagem do povo e vive com o povo, morre por ele e com ele, caso seja necessário.

A sensação de anomia em determinados ambientes sociais é causada não porque o homem pobre ou miserável seja incapaz de entender o ambiente social que o cerca, ou seja, incapaz de captar as injustiças sociais que permeiam as relações na sociedade, mas justamente pela capacidade racional do trabalhador pobre, do miserável, por exemplo: O que pensa um homem que trabalha de sol-a-sol sem conseguir o mínimo para a sua sobrevivência e a de sua família, quando ele se depara com outro indivíduo que sem trabalhar como ele, goza de fartura de todo tipo de bens e de poder para obrigar outros a trabalhar por ele?

É engano supor, com base nisso, que o povo não intui ou mesmo não tem consciências dos mais sofisticados tipos de exploração. Se fosse assim, em meio à dificuldade e mesmo à impossibilidade de se libertar das injustiças sociais, da exploração dos privilegiados, os humildes não aceitariam as diversas teorias religiosas, filosóficas e científicas de libertação.

Em quinto lugar, na perspectiva de Rousseau, a instituição da sociedade dita civilizada, hierarquizada é a própria causa das injustiças sociais, das desigualdades entre os homens, pois a revelação dessas encontra-se na própria disputa pela propriedade, fato que tem origem na nascença do processo “dito civilizatório”. Nossa idéia sobre as injustiças sociais e desigualdades leva em conta que não é porque cada indivíduo da raça humana seja único, diferente, sem igual que esse fato possa respaldar a identificação de diferenças e de superioridade nem justifique a exploração dos mais fortes sobre os mais fracos. A grande estrutura sustentadora da sociedade dita civilizada, todavia, é mesmo a hierarquização ou organização das desigualdades sociais que tem como efeito colateral a injustiça social. Usando raciocínios marxistas sobre infra-estrutura e superestrutura para didaticamente explicar a questão da desigualdade social e/ou injustiça social, podemos dizer: A economia é a base da sustentação material da sociedade (infra-estrutura), a massa trabalhadora é a substância da infra-estrutura, produzindo os bens que garantem a sobrevivência material do homem, ou seja, de todos os grupos sociais. Acontece que os grupos que dominam e/ou justificam o *status quo* das superestruturas (políticos, religião, ciência), administram os bens gerados pela substância (povo trabalhador) da infra-estrutura. No entanto, muitas vezes, os grupos privilegiados não repassam o mínimo necessário para a sobrevivência dos indivíduos

ou grupos que compõem a base da infra-estrutura, o que pode ser provado, grosso modo, observando-se a origem e a permanência do sistema escravista na antiguidade clássica, ou constatando a média de vida entre os servos e os senhores no período do feudalismo, ou a média de vida de um escravo moderno no Brasil colônia ou império, ou observando a comparação da média de vida entre a aristocracia brasileira e o povo pobre do Brasil na república velha e, porque não, a média de vida entre trabalhador assalariado e classes favorecidas no Brasil atual. Teríamos, dessa forma, um choque de realidade, mas pior seria se tentássemos analisar comparativamente a qualidade de vida entre o povão, os privilegiados e a elite.

A questão da justiça-injustiça social, enquanto equidade-iniquidade social é o cerne da dinâmica civilizatória. Não é a toa que um dos princípios básicos da sociedade civilizada é a hierarquização, especialização dos grupos e funções. Agora, imaginemos uma sociedade civilizada em processo de construção, um processo imposto de fora para dentro, como fora a construção da sociedade brasileira. A religião fora uma das ferramentas conquistadora e esmagadora da sociedade comunal nativa. Em alguns momentos, alguns indivíduos da parte dos colonizadores passaram a usar a religião não só como arma, mas também como remédio que aliviava a dor dos “ferimentos” causados pelo embate entre os dois tipos de sociedade (moderna ocidental e comunal ameríndia).

E, finalmente, fechamos o capítulo com a idéia de que a religião e/ou qualquer coisa criada pelo homem não pode ser responsabilizada no lugar de seu criador, ou seja, a religião não tem culpa das mazelas da humanidade. O culpado por isso é o próprio homem, pois ela pode sim ser usada para o bem ou para o mal dependendo da intenção de quem a utiliza. Em Canudos, por exemplo, foi muito bem usada em prol da dignidade humana. O povo que constituiu Canudos é consequência da herança do processo “civilizatório” do Brasil; o Conselheiro, com sua pregação, tentava aliviar as mazelas desse povo e conseguiu isso dentro das próprias regras da “civilização”. Com pacificação, conseguiu também reintegrar um povo em uma civilização, no entanto, nessa civilização não existia lugar para a auto-gestão popular. O povo em Canudos tinha procurado vencer mentalmente, materialmente e espiritualmente as injustiças sociais, mas isso é inadmissível para os gestores da sociedade dita civilizada, de onde, pois, viria mão de obra barata e submetida, submissa? A auto-gestão popular é algo perigo para o *status quo* dos grupos que administram o Estado e/ou são privilegiados por ele, inclusive a Igreja.

As injustiças sociais foram causa da formação de vários grupos ao longo da História, e um deles foi o grupo dos canudenses com seu líder. Falta de alimentação, de moradia, de trabalho e de direitos políticos foram as injustiças sociais que engrossaram a população de Canudos, mas a principal injustiça sofrida foi a usurpação dos seus direitos de expressão, de defesa, de sobrevivência, e de vivência, mesmo em um sertão tão difícil de morar como é aquela região, onde foi fundada o Belo Monte.

Nossa interpretação e análise sobre Canudos parte do pressuposto que o homem é um ser histórico, tanto individualmente, quanto coletivamente, sua capacidade de transcender leva-o a fazer sua história individual e, conseqüentemente, coletiva. Assim, apesar das condições sociais, históricas, geográficas e culturais, os indivíduos e grupos procuram caminhos ou mesmo condições, mais favoráveis, para viver e sobreviver, muitos dos estudos historiográficos e ditos científicos ignoram a força de vontade e a racionalidade do homem frente aos problemas ou dificuldades de viver e sobreviver criados pelas estruturas, conjunturas, ambiente histórico, geográfico e cultural, esquecendo-se que o homem reflete sobre o meio que o cerca e, a partir daí, toma decisões, é o que a religião de certa forma chama de livre arbítrio.

As categorizações que são ferramentas criadas para estudar os fenômenos científicos não podem ser vistas de maneira rígida, como verdades absolutas, pois o processo de desenvolvimento intelectual da humanidade cria ferramentas que ajudam na produção do conhecimento, numa progressão cumulativa e qualitativa. Desvendando continuamente os questionamentos lançados por estudos de determinados fenômenos sociais, Euclides da Cunha, por exemplo, lançou as bases para o estudo de Canudos. A sua interpretação teve seguidores positivistas, deterministas e inspirou a corrente de tradição messiânica sobre o estudo de Canudos. Segundo José Maria de Oliveira Silva, mesmo a tradição marxista dos estudos sobre Canudos se apoiou em paradigmas e categorias positivistas ligadas a Cunha (Os Sertões).

Silva, analisando os escritos sobre Canudos cita quatro correntes interpretativas do Movimento. A primeira ligada e afinada com “Os Sertões”, determinista e eugenista. A segunda derivada do messianismo citado por Euclides e cuja pioneira é Maria Izaura Queiroz que trabalha a antropologia dos movimentos religiosos como Canudos. Contrapondo-se a esta e à corrente de Euclides, os Marxistas como Facó e Edmundo Muniz lideraram uma terceira corrente que Silva chamou de Tradição Revolucionária Brasileira, na qual ele afirma que os marxistas reinterpretaram o movimento canudense de forma a enquadrarem os sertanejos

como membros da classe pré-revolucionária brasileira que lutaram contra a classe opressora. A quarta vertente segundo Silva é encabeçada pelos intelectuais de movimentos sociais e da Igreja Católica, além de intelectuais diversos que têm trabalhado e devem buscar aprofundar o cotidiano e outros temas da comunidade de Belo Monte. Um exemplo de estudo diferenciado sobre Canudos é o estudo do prof. Fiorin que analisou o discurso do Conselheiro por meio das prédicas. Seu estudo, porém, embora lingüístico e focado em um aspecto do movimento (o discurso do líder canudense), foi, segundo o próprio Fiorin, trabalhado a partir do pressuposto de que o movimento e o líder de Canudos eram essencialmente messiânicos.

As categorias, tanto as antropológicas, como qualquer outras, podem impedir uma visão global e plural do movimento e de seu líder. Dentro da quarta corrente interpretativa de Canudos citada por Silva temos nomes como: Ataliba Nogueira, pioneiro que em 1974 publicou “Canudos e Antônio Conselheiro” uma revisão histórica; Alexandre Otten que publicou “Só Deus é Grande”; Eduardo Hoonart com “Anjos de Canudos” uma revisão histórica etc. Um dos pontos cruciais dos trabalhos atuais sobre Canudos é justamente o fato de partir de uma revisão histórica sobre o que foi Conselheiro e Canudos.

Quando falamos de Canudos numa perspectiva da história social, estamos nos referindo ao trabalho do prof. José Maria Oliveira Silva que, ao pesquisar e produzir sobre Canudos, procurou mostrar que por trás de cada corrente interpretativa sobre Canudos existiam interesses políticos, ideológicos e sociais. Embora ele tenha enfatizado a corrente marxista que produziu uma tradição revolucionária brasileira, fica claro no trabalho e em outros mais recentes que a história escrita é uma interpretação longe de ser imparcial, pois revela os condicionantes e interesses políticos, ideológicos e sociais que atingem de cheio a intelectualidade dos historiadores e ou intérpretes. É lógico que essa conclusão não invalida o status de ciência da história, nem de pesquisa, de quem quer que seja, mas mostra a limitação de determinadas correntes historiográficas e científicas, bem como de intérpretes que, desavisados, se julgam os donos da verdade sobre Canudos e seu líder.

A postura radical frente aos objetos de estudos por correntes científicas e/ou por cientistas só pode ser explicada se usarmos o raciocínio de Tomas Khun, no qual afirma que as várias vertentes científicas se combatem e disputam entre si, não só para produzir mais e melhores conhecimentos científicos, mas para assumir a liderança e ou o “poder no mundo intelectual”. Tomas Khun na sua teoria sobre a disputa dos paradigmas científicos, enfatiza que os paradigmas mais fortes socialmente assumem a liderança e impõem seus pressupostos para todo conjunto da comunidade científica. O que teria Canudos com essa questão? Essa

perspectiva sobre a ciência evidencia que muitos movimentos sociais inclusive Canudos sofrem a pressão e a influência dos paradigmas científicos, os quais acabam muitas vezes por enquadrar um fenômeno e, no caso, um objeto de estudo nos seus parâmetros, prejudicando uma visão mais global, plural e coerente sobre determinados fatos históricos.

Com a renovação epistemológica na história, que teve origem nas primeiras décadas do século XIX, com a escola dos Annales e posteriormente a nova história, o conhecimento sobre essa ciência passou a ser produzido com maior participação de outras ciências que passaram a ter um bom entrosamento com as produções de história. É o caso da antropologia, da sociologia, da literatura, da lingüística, da psicologia e outras que têm servido de subsídios e até oferecido pressupostos para produção de conhecimentos históricos. O professor José Luiz Fiorin, Lingüista da USP, por exemplo, produziu um trabalho de lingüística que é um marco e, ao mesmo tempo, uma ferramenta nos estudos históricos sobre Canudos. Embora não concordemos com seus pressupostos e com algumas de suas afirmações específicas sobre Canudos, seu trabalho contribui de forma essencial para essa pesquisa e para o entendimento histórico da comunidade de Canudos, uma vez que esclarece que o discurso do Conselheiro é religioso e conservador, bem como é fruto das estruturas e conjunturas que envolveram o Beato e sua comunidade. Além disso, parte lingüisticamente do pressuposto de que a expressão seja oral e/ou escrita é uma ação social e, portanto, potencialmente um agente histórico. Outro elemento também muito importante, enfatizado por Fiorin, é o pressuposto do seu trabalho, de que é possível por meio da Análise do discurso de personagens históricos, descobrir muitos elementos que ajudam na compreensão histórica e sociológica de determinados fatos histórico-sociais. Partindo da análise de Fiorin, direcionamos o foco da nossa pesquisa. O objetivo de Fiorin era o político-ideológico e sua metodologia, a Análise do discurso. O nosso objeto a justiça social e nossa metodologia, a Análise do conteúdo. Partindo do texto do Conselheiro com objetivo diferente e metodologia diferente, porém semelhantes, chegamos a resultados diferentes. Sem dúvida esse resultado não teria sido ou possível sem a dissertação, “A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro” do prof. Fiorin.

Um autor que põe em prática de forma competente os novos pressupostos epistemológicos da história para interpretar Canudos é o prof. Eduardo Hoomaert. Em seus estudos e escritos, vigora de forma eficiente a contribuição da antropologia e da sociologia na produção de trabalhos historiográficos. No artigo “O negociador do sagrado”, esse autor deixa uma mensagem clara e coerente sobre a natureza do homem e do seu potencial para absorver

as categorias ou adjetivos nos quais os cientistas tentam-nos enquadrar. Enumerando categorias e adjetivos que Conselheiro recebeu ao longo do tempo nas interpretações historiográficas e interpretativas sobre ele e seu movimento, Hoomaert sugere e pesquisa Conselheiro como negociador do sagrado. Em outra obra sobre Canudos, “Anjos de Canudos”, Hoomaert, além de trabalhar com esse pressuposto, fala também de um Conselheiro, homem sonhador, que transcende, viaja as mais longínquas terras e tempos bíblicos. O Doutor Hoomaert liberta o Conselheiro de todos os adjetivos e categorias, pois na sua Revisão histórica não nega as outras categorias atribuídas a Antônio Vicente Mendes Maciel, mas mostra a capacidade do Conselheiro de transformar “sonhos” em realidade deixando claro que existe um canal não alienatório entre a realidade material e a transcendência do homem. A antropologia com a cultura e a religião são elementos que embasam o trabalho de Hoomaert e dão a impressão de que ele fala de um Conselheiro – homem capaz de tudo: da maldade ao pedido de perdão; da bondade abstrata a construção de um mundo melhor; da vida a morte pelo direito de viver condignamente como homem.

Numa visão plural global e, ao mesmo tempo, coerente sobre Canudos e Conselheiro não se pode pressupor que os Canudenses e seu líder fossem um bando de alienados em busca de uma ilusão religiosa, pois eram, na verdade, homens lutando para viver uma vida que tivesse sentido, uma vida de homem e não a vida de animal irracional doméstico que as elites procuravam lhes empurrar “de goela abaixo”.

Uma forma de estudar, pesquisar e provar que os homens têm seus interesses, mesmo os homens mais miseráveis, é analisar o seu discurso e/ou o conteúdo de textos deixados por esse homem. Na análise feita por Fiorin, ficou claro a eficiência da análise do discurso, porém é de suma importância lembrar que os indivíduos só estão presos à estruturas e à conjunturas até certo ponto, não se pode transformar o indivíduo em escravo das estruturas, das conjunturas e da sociedade. É verídico que, a partir da análise estrutural e conjuntural, podemos dizer que um indivíduo é conservador, liberal, progressista etc., mas não se pode inferir com precisão e veracidade afirmações pessoais e particulares de um determinado personagem-sujeito histórico a partir desse tipo de análise. Análises textuais que pretendem inferir sobre aspectos individuais, particulares e pessoais de determinados sujeitos históricos são mais eficientemente estudadas a partir de ferramentas metodológicas apropriadas como é o caso da Análise do Conteúdo pioneiramente e, mais recentemente, a Análise Crítica do Discurso (ACD).

Como analista e escritor, vimos em Hoomaert uma vontade e o esforço de descrever o Conselheiro como homem, porém é claro que é praticamente impossível em uma pequena ou até grande obra descrever e analisar o homem em seus múltiplos aspectos. Assim como observamos que intui o estudioso supracitado, também não aceitamos o enquadramento do homem em um único esquema categórico. Deve-se entender que procurar descrever e analisar o homem e/ou um homem de forma plural e global é uma das formas mais justas e eficientes de descrever as ambigüidades e, conseqüentemente, a essência humana. Desde Euclides, tem-se procurado interpretar o movimento de Belo Monte a partir do binômio, Conselheiro-Canudos, por isso, é mister ter cuidado com o que se diz de um e de outro, pois o risco de incorrer em contradições é grande.

A nossa análise das prédicas *Dores de Maria*, não leva em conta apenas a fonte que Fiorin determinou ser a principal, primeiro porque Fiorin analisou as prédicas em todo seu conjunto usando principalmente o discurso sobre os Dez Mandamentos, depois porque seus objetivos e metodologias são diferentes do nosso, embora tenhamos analisado uma fração do seu objeto de estudo, as “*Dores de Maria*”. Fiorin alega que a principal fonte das prédicas foi a *Missão Abreviada*, nós discordamos, pois a referida obra tem uma ligação mais acentuada as prédicas sobre os Dez Mandamentos. Essas prédicas não superam as *Dores de Maria* em número de páginas, nem em significado, a localização das prédicas sobre os dez mandamentos, nos escritos do beato é secundária, impondo-lhe menor ênfase que as “*Dores de Maria*” e sua estrutura é mais a título de informação que doutrinação e conselhos, seu caráter é, na verdade, complementar as prédicas *Dores de Maria*. Devido aos cuidados evidentemente dispensados pelo Conselheiro, as “*Dores de Maria*” são superiores em relação ao desejo do entendimento da mensagem pelo povo. Chegamos à conclusão, dessa forma, de que as prédicas “*Dores de Maria*” receberam influências múltiplas da estrutura, da conjuntura bem como dos livros lidos pelo Conselheiro como a Bíblia, *Horas Marianas*, *Missão Abreviada* e a tradição Oral dos Sertanejos, foram elementos que forneceram ao beato informações para produzir seus textos.

A fonte intelectual principal de produção do texto das prédicas *Dores de Maria* é a mente brilhante do Conselheiro. Enfatizando que nossa pesquisa e análise dizem respeito especificamente às 29 primeiras prédicas escritas pelo Conselheiro sobre as “*Dores de Maria*”, a conclusão a que chegamos é lógica e está embasada na análise do conteúdo das referidas prédicas: as influências da Bíblia, da *Missão Abreviada*, da tradição oral dos Sertanejos estão mais do que comprovadas. Da Bíblia, as prédicas *Dores de Maria* se inspiram principalmente

no evangelho de Lucas que é o único que fala de Maria de forma prolongada; Da Missão Abreviada, especificamente nessa prédica, existe a idéia do Conselheiro do missionário, catequizador do povo; Da tradição oral, temos a eloquência e o rebuscamento com que fala o Conselheiro, além de termos eminentemente poéticos.

A estrutura discursiva e textual das prédicas nos mostra, assim como as fontes, as características dos escritos de Conselheiro. Fiorin comprovou que os escritos de Conselheiro são religiosos (discurso religioso) e conclui, também, depois de sua análise que é um discurso conservador, essas conclusões são aceitáveis e um tanto quanto irrefutáveis, porém várias afirmações específicas do lingüista não se encaixam na história do líder e do movimento e não foram confirmadas pela nossa análise do conteúdo. A afirmação de que o discurso do Conselheiro é religioso, fora afirmação de Ataliba Nogueira em 1974, Fiorin afirma isso em 1985, e aproximadamente 10 anos depois Alexandre Otten (1995), faz a descrição religiosa do conteúdo das prédicas de Conselheiro em especial as “Dores de Maria”. A nossa análise do conteúdo também comprova a essência religiosa do texto do Conselheiro.

O discurso do Conselheiro é conservador, porém principalmente nas prédicas Dores de Maria, o Conselheiro não é um conservador autoritário entre as 14.181 palavras reina o pronome pessoal “nós” o pronome possessivo “nosso” e um chamado em forma de clamor, de apelo. Portanto, o Conselheiro é um conservador não autoritário, não político e sim religioso. Quando prega a mensagem se inclui nela como pecador. Por meio da análise do discurso, Fiorin infere que a posição política do Conselheiro é conservadora e que sua intenção é defender os privilégios políticos da Igreja. Essa inferência não tem sustância porque a partir da análise do discurso (fator estrutural e conjuntural), o autor inferiu sobre as intenções pessoais do Conselheiro.

No caso das intenções individuais, a Análise do conteúdo e/ou a Análise Crítica do Discurso (ACD) são mais eficientes que a pura Análise do Discurso. A questão é que as contradições entre Análise do Discurso e Análise do Conteúdo residem no fato da primeira se referir ao coletivo, sociedade, estruturas etc. e a segunda ao indivíduo, o pessoal, o particular etc. Ou seja, a análise discursiva de Fiorin é mais apropriada para inferir sobre o personagem social atrelado às estruturas e conjunturas. O Conselheiro estava condicionado à estrutura social conservadora e religiosa, além da cultura popular, mas não absolutamente. É justamente nesse não absolutamente, na subjetividade de cada indivíduo que a análise do conteúdo pode identificar elementos particulares, originais, que só aquele indivíduo seria capaz de produzir, por que só ele é igual a si, só ele tem marca (x) na personalidade.

Assim, a análise de Fiorin acerta quando fala das estruturas e conjunturas, mas erra quando fala do indivíduo, pois não tem mecanismos metodológicos para inferir sobre as atitudes pessoais, individuais do Conselheiro. Portanto, as afirmações pontuais que Fiorin faz a respeito da Mariologia do Conselheiro, são incoerentes com as possíveis concepções que o Conselheiro tinha de Maria. A análise do conteúdo mostra uma Maria conselheirista totalmente diferente das conclusões do lingüista. Maria pela análise do conteúdo é a mãe do próprio Deus, suas atitudes são de paz e paciência, confiança e esperança, uma mulher forte e inteligente. Diante do que passou a mãe poderia ter se matado, se escondido, envergonhada, ter sido indiferente, ter protestado. No entanto, não foi passiva, mas paciente. Na análise do conteúdo, Maria aparece como uma mulher ativa, que pensa, trabalha, discorda, questiona as atitudes humanas, obedece a Deus, mas não sem antes refletir, meditar, é a mulher que duvidou do anjo, que entristeceu com a pobreza da sua família e do seu filho, que fugiu para o Egito, que educou Jesus, que procurou Jesus no templo, que não aceitava o tratamento que o povo dava a seu filho em Nazaré, que não concordava com a ida de Jesus para o deserto, que não aceitou a condenação de seu Filho que acompanhou Jesus até a morte, que sepultou seu filho dando exemplo de força e consolação para seus discípulos, Maria é a mulher que recebeu o sofrimento, com pesar, mas sem medo. Por isso, a análise do conteúdo não comprova algumas afirmações de Fiorin.

A prédica nº 1 começa com um título religioso, mas seu conteúdo se amplia para o social, quando justamente fala sobre a vinda do justo, do justo dos justos. Se o conteúdo fosse exclusivamente religioso iria usar os vocábulos, vinda de Jesus, de Cristo, do Salvador. A segunda prédica começa com o próprio título enfatizando uma questão social, a pobreza, não a de Jesus, o justo, mas a pobreza da família de Jesus e se refere a outros pobres. Nessa prédica, fica claro que a situação social nada tem a ver com Deus, pois Deus é justo, sua justiça é diferente da do homem (sociedade). Vejamos que deu seu filho para a família mais pobre do texto.

Na prédica número 3, o título sugere uma dor particular de Maria frente ao sofrimento de seu filho, mas o tema (Lei) torna-se predominante e a prédica acaba caracterizando-se como religiosa e social. A quarta prédica apresenta a humilhação como título, Maria foi humilhada duas vezes por não ter uma oferta melhor que a rola e outra por ter que aparecer como mulher, quando era virgem e ainda uma terceira vez por não poder estar próxima de Jesus já que era mulher e segundo o costume era proibido. Essa prédica é religiosa e social, o título e tema são sociais. Na prédica de número 5, mesmo o título sendo a profecia, o escritor

não deixa de ligar o destino de Jesus com a atitude do povo de Israel, caracterizando, assim, que o destino de Jesus é também um fator social e não exclusivamente uma ordem de Deus, novamente o social se relaciona com a religião. A sexta prédica não só é social como mostra que Maria é mulher de ação, a fuga para o Egito é uma reação inteligente à injustiça que seria cometida contra Jesus, o exílio da família era uma injustiça e eles logo que puderam resolveram voltar. Na prédica de número 7, o sentimento de injustiça se amplia para todo um povo, a sensibilidade de Maria é humana, social, pois, se as prédicas fossem exclusivamente religiosas, por que se horrorizar se os inocentes irão para o céu, essa prédica é essencialmente social, fala das pessoas e do povo e da crueldade dos governantes e poderosos, mas principalmente da solidariedade, que é uma atitude social.

Na oitava prédica, Maria sofre com a injustiça de não poder viver em sua pátria, em sua terra. Mesmo que interpretada simbolicamente, a prédica não deixa de ser social e religiosa, pois o sofrimento de Maria esta relacionado à sociedade, à pátria.

Na prédica de nº 9, fica também claro o teor material das preocupações de Maria, esta é uma prédica também sócio-religiosa que se preocupa com questões de conforto, bem-estar e segurança, além da morte, pois na volta para a sua pátria o corpo, e não o espírito, poderia não resistir.

Na décima prédica encontramos o tema religioso mais importante, essa prédica é a mais religiosa de todas, parece não se ligar de forma alguma com o social, porém no início dela é falado da família e dos costumes que são temas sociais.

Da primeira à décima prédica, dessa forma, não se vê um conteúdo exclusivamente religioso ou exclusivamente profano. Existe um imbrincamento, uma simbiose entre o sagrado (religioso) e o profano (social-material) que impossibilita qualquer boa interpretação parcial, sobre um ou outro aspecto (religioso ou social) do texto. O conteúdo dessas dez primeiras prédicas é, portanto, sócio-religioso. Fala da religião, mas uma religião que só tem sentido na relação com a sociedade e com o mundo material, por isso que qualquer análise que não leve em conta o sagrado e o profano como partes de um todo não poderá alcançar grandes sucessos analíticos e interpretativos. O texto apresenta uma ambigüidade original e inteligente, esse mecanismo é o que possibilita ao mesmo contar uma história; ligar a religião espiritual à vida real, prática; sensibilizar o ouvinte e/ou leitor; e alertá-lo do perigo que é não raciocinar e agir como Maria. Até essa prédica, Maria não tinha interlocutor para dialogar de igual para igual, mesmo o anjo foi questionado por Maria, mas agora, após essas dez, Jesus, o filho, vai dialogar com Maria, a Mãe.

A décima primeira prédica é essencialmente social e trata da relação de Maria com seus pais, a família de Maria e o seu desempenho enquanto filha é o tema, mesmo que as prédicas sejam religiosas, aqui o que se tem de religioso é apenas os nomes dos personagens, o restante se mostra social. A prédica de número 12 é religiosa por que fala de Jesus, mas a mulher (Maria) sofre por uma questão social, embora esse sofrimento seja agravado pelo fato da mulher acreditar na divindade do Filho. Na décima terceira prédica temos, encoberto pela narração de um episódio entre Jesus e Maria, um tema social. Se na prédica a justiça de Deus encarnada pedi permissão a Maria, esse fato tem aspecto pedagógico, como toda narrativa das prédicas, fica claro aí que a lei e a justiça devem ser cumpridas mesmo pelo Deus feito homem, lógico que se trata de lei e justiça divina e social concomitantemente (respeitar, honrar pai e mãe). Na prédica de número 14, Jesus é injuriado, e isso causa dor em Maria, fica claro no sermão que as pessoas, a sociedade, o povo, enfim todos esses desprezam e marginalizam Jesus, e o teor da prédica é social, mas as injúrias são ainda maiores, porque são contra o próprio Deus. A décima quinta prédica liga-se à décima terceira no sentido social, pois lá esta o filho de novo honrando a Mãe, seguindo a lei dos homens e de Deus. Aqui Maria e Jesus dão exemplo de que a lei e a justiça do homem e de Deus devem estar em concordância, é um conteúdo sócio-religioso. A prédica de número 16 fala da dor que Maria sente na prisão do Filho, porém o tema principal é a injustiça feita contra Jesus. Na maioria das prédicas, Maria sofre por seu Filho, mas o seu sofrimento aumenta quando Maria pensa que a ação é injusta e é cometida pelos próprios irmãos (povo). Na décima sétima prédica, temos o mesmo teor de injustiça da prédica anterior, Maria sofre pelo sofrimento de Jesus e este sofre pela ação dos homens, judeus, povo, enfim da sociedade a ação que é injusta, o que confirma ser o texto sócio-religioso. Na prédica de número 18, continua a idéia de injustiça social contra Jesus, e o Conselheiro introduz a polêmica lavagem das mãos de Pilatos. E aí fica implícita a idéia de que a injustiça contra Jesus não foi obra de um governo, nem de um homem, mas do povo, dos judeus, a idéia de que cada povo, cada homem pode estar repetindo essa injusta caso não cumpra a lei e a justiça de Deus. A décima nona prédica é também social e religiosa, nela aparecem os vocábulos “inocência”, “injustiça” e outros, tanto ligados a atos individuais, quanto coletivos. A prédica de número 20, assim como as anteriores, clama por justiça, mais não por justiça social, pois a sociedade é essencialmente injusta, o apelo é pela conscientização individual das pessoas, que devem ao menos procurar a justiça verdadeira que é Deus. Mesmo mística essa prédica não perde seu teor social.

Da prédica de número 11 a 20 continuam os conteúdos religiosos místicos e sociais se relacionando e procurando explicar as questões fundamentais da vida humana: (quem sou, de onde vim, para onde vou) ligadas especificamente a situação que vivia os sertanejos canadenses, antes e depois da guerra. Junto com as questões fundamentais do ser homem, estavam os questionamentos específicos do contexto (o que é justiça, de onde vem a lei ou justiça, qual sua finalidade). É óbvio que os canadenses sentiam na pele a injustiça social e que a maioria tinha consciência de que se tratava de obra humana e não divina. Desde a prédica número 11, o autor vem trabalhando mais intensamente a questão da relação entre Maria, Jesus, nós (indivíduos) e a sociedade. Portanto, assim como o primeiro bloco de prédicas, esse também é sócio-religioso e trata da questão da justiça de Deus *versus* a (in)justiça humana (social-individual).

Na vigésima primeira prédica, o título, o tema e mesmo a maioria dos vocábulos depõem contra os soldados enquanto indivíduos, membros de uma classe e que mesmo representando a sociedade são usurpadores, criminosos e injustos. Assim, o conteúdo é também social. A prédica de número 22 novamente, como a anterior, contrapõe Jesus e Maria, inocentes e justos aos soldados, grupo social a serviço da humanidade má e do povo, criminoso e injusto. Por isso, mais uma vez a prédica é social e religiosa. Na vigésima terceira prédica, repete-se o título da prédica 20, “Dor de Maria na agonia de Jesus”, essa prédica é íntima de Jesus e Maria e mostra a solidariedade e a empatia de Maria para com a dor de Jesus, é uma prédica essencialmente sentimental, assim como sentimental é toda relação entre Jesus e Maria nas prédicas. Na vigésima quarta prédica temos Jesus que fala a Maria da cruz e a liga à humanidade pelo ato simbólico, apresentando Maria como Mãe de João e ele como Filho de Maria. Aí está simbolizado o papel de Maria como Mãe da humanidade, então, o conteúdo é religioso-social. Na prédica de número 25, Maria, em sua fala volta à condição de monólogo, que existia antes de Jesus completar 12 anos, mas continua ligando-se o sofrimento e a morte de Jesus à injustiça humana, embora prevaleçam os elementos sentimentais e religiosos, o social continua em pauta. Na vigésima sexta prédica Maria assim como na anterior continua só, mas pensa e sofre consigo mesma, seu sofrimento não é aceito, mas não tem como impedi-lo, uma vez que é fruto da maldade e crueldade dos homens da sociedade, essa é, portanto, uma prédica religiosa e social. A prédica de número 27 tem a mesma característica da anterior, é uma prédica na qual prevalece o sentimento de Maria em relação a Jesus e a Deus (religião), mas não deixa de ligar o sofrimento de Maria, agora sem o Filho, com a coletividade, com a sociedade, por conseguinte é uma prédica eminentemente

sentimental e religiosa, mas também social. Na vigésima oitava prédica Maria relembra e raciocina sobre a vida do Filho, inclusive do significado dessa vida para o povo, portanto essa prédica é sócio-religiosa. Na última prédica, Maria é consagrada a rainha dos Mártires, prédica eminentemente mística, mas que não deixa de ligar-se à sociedade.

Finalmente, concluímos que todo o texto religioso das prédicas “Dores de Maria” tem como tema principal a justiça, Deus aparece constantemente nas prédicas e o seu significado é a personificação da justiça. Existe uma luta constante entre a justiça de Deus e a justiça dos homens. O conteúdo lexical e vocabular que é usado pelo Conselheiro é o religioso-social ou sócio-religioso. Fica caracterizado que a sociedade é um mundo separado do mundo espiritual, por ser constituída por homens, é imperfeita, injusta, má. Deus quando intervém nessa sociedade faz isso por meio dos homens (justos), procurando estabelecer sua justiça. Maria e Jesus foram as duas pessoas mais justas que Deus colocou na sociedade com o objetivo de instruir as pessoas na justiça de Deus. Jesus seria a face misericordiosa de Deus enquanto Maria a face caridosa, ambos vão “trabalhar” em conjunto para dar o exemplo de testemunhar a justiça divina.

Para o Conselheiro, Deus age por intermédio do homem justo principalmente, dos atos de Justiça, misericórdia e caridade dos homens. Nesses temos Jesus e Maria, são exemplos humanos a serem seguidos, é importante observar que não se trata de imitar o sofrimento de ambos, até porque a análise do conteúdo não confirma essa hipótese, mas sim imitar o comportamento de coragem, ética, de ação frente às injustiças da vida e da sociedade (homens).

A Igreja também não aparece nas prédicas “Dores de Maria” exceto no fim, na última prédica, como uma instituição social religiosa. Não existem nas “Dores de Maria” elementos para inferir sobre as possíveis concepções de Igreja do Conselheiro, apenas supomos, pela análise do conteúdo das prédicas e por atitudes do Conselheiro historicamente comprovadas, que ele não concebe as coisas seja do universo ou da sociedade como imutáveis ou pelas aparências ou rigidamente. Sua sensibilidade e inteligência são comprovadas pelo Análise do Conteúdo de suas prédicas.

A religião do Conselheiro é uma religião social voltada para a vida material do povo (sociedade), pois a caridade é a mais importante de todas as características do Cristão. Maria foi a grande mulher porque doou toda sua vida para o bem da humanidade. Jesus não aparece nas prédicas como Cristo, mas como o exemplo a ser seguido junto com Maria em busca da libertação, salvação, da redenção. A libertação da qual o Conselheiro se refere é a libertação

da injustiça não só social, mas da injustiça de um indivíduo com outro e consigo mesmo. A nossa investigação sobre a relação das “Dores de Maria” com a luta contra as injustiças sociais não confirmou totalmente nossa expectativa pessoais de que os escritos de Conselheiro seriam uma ferramenta absoluta na luta contra as injustiças sociais, ao menos nossas hipóteses foram confirmadas. Se o conteúdo do texto é religioso e conservador, no entanto é mais social do que imaginavam a maioria dos estudiosos, além de religioso, conservador e social é também popular (católico) e nele está implícito que Deus é acima de tudo Justiça, sua relação com as injustiças sociais é indireta e ocorre via conhecimento religioso no qual o Conselheiro não leva em conta apenas os aspectos materiais na sua concepção de justiça, mais principalmente os princípios Éticos e Morais e Espirituais forjados durante a caminhada do cristianismo Católico no meio do povo em particular do povo pobre. O Conselheiro usou os conhecimentos e informações adquiridos nos livros religiosos como a Bíblia, a Missão Abreviada, as Horas Marianas e outros. Pelo fato de falar ao povo sobre as injustiças sociais e a injustiça em geral, bem como de analisar a situação de guerra e fortalecer esse povo contra eventos que já assolavam sua comunidade, podemos dizer que foi comprovada a hipótese de que o Conselheiro é homem sensível e inteligente.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Wilson. **A experiência religiosa e sociopolítica de Canudos: aspectos eclesiológicos da Comunidade de Antonio Conselheiro**. 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Instituto Santo Inácio/Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2006.
- ARAGÃO, Gilbraz S. A religiosidade popular e a fé cristã. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**. Recife, v. 1, n. 1, 172 p. Janeiro/2002, anual.
- AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v 18, n 52, 2004. p. 1-9.
- BARAÚNA, Luiz João; CORREIA, Alexandre; OLIVEIRA, Paulo M.; DEMÉTRIO, Blasio; SOVERAL, Carlos do; NASCIMENTO, Carlos Arhur; VIER, Raimundo; MATTOS, Carlos L. (Trad.). **Tomás de Aquino, Dante, Duns Scot e Ockham**. 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994. 231p.
- BENÍCIO, Manuel. **O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre a história de Canudos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. 5 ed. São Paulo: Paulus, 2004, p. 118.
- \_\_\_\_\_. **Rumor de anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. 2 ed. Trad. de Waldemar Boff, Jaime Clasen. Petrópolis: [s.ed], 1997, 228 p.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. 124 ed. Trad. Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria, 1632 p.
- CADERNOS UFS. História/Universidade Federal de Sergipe. Departamento de História; Programa de Documentação de pesquisa Histórica. São Cristóvão: EDUFS, v. I. n. 1. 1995.
- CÂMARA NETO, I. A. **Ultramontanismo**. Taubaté: Universidade de Taubaté-SP. Disponível: [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org), acesso 07 de jul. 2007, às 13:07h.
- CAPUANO, Cláudio de Sá. **Entre ruínas e ecos: Canudos em múltiplas visões**. 2005. 256f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica – PUC Rio, Rio de Janeiro, 2005.
- CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome: Ensaio Sobre os Problemas de Alimentação e de População do Mundo**. Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1951.
- COMBLIN, J. **Os sinais dos tempos e a evangelização**. São Paulo: 1968.
- CONSELHO FEDERAL DE TEÓLOGOS. **Teologia da Religiosidade Popular**. Disponível: [www.cft.org.br/?dinamico/1422](http://www.cft.org.br/?dinamico/1422), acesso 19 de out. 2007, às 15:38h.
- COSTA, Nicola S. **Canudos: ordem e progresso no sertão**. São Paulo: Moderna, 1990 (Coleção desafios).
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 12 ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1993.
- CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do Povo brasileiro: do Descobrimento a Canudos**. São Paulo: Moderna, 1988.

- COSTA, Francisco. Textos de José Calasans. **Revista Dossiê Canudos**. São Paulo, n 20, p. 7-28, dez-jan. 2003-2004. Trimestral.
- DANTAS, Paulo. Através dos sertões. **Revista Dossiê Canudos**. São Paulo, n 20, p. 75-81, dez-jan. 1993-1994. Trimestral.
- DORADO, A. G. **Mariologia popular Latino-Americana**. São Paulo: Loyola, 1992.
- DUQUOC, Christian. **Cristologia: Ensaio dogmático II, o messias**. Trad. Atico Fassini. São Paulo: Loyola, 1980.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins fontes, 2003.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Trad. de Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil Lisboa, 234p.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- FEIJÓ, Ricardo. **Metodologia e Filosofia da Ciência: aplicação na teoria social e estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO**. 38 ed. São Paulo: Globo, 1995.
- FERNANDES, Floriza Maria Sena. Catolicismo popular no Sertão. **Cadernos UFS**. São Cristovão, v 1, n 1, 1995.
- FIORIN, José L. **A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antonio Conselheiro**. 1980. 301f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- FIORIN, José L. “O discurso de Antonio Conselheiro”. **Revista Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, n 5, jun. 1980.
- GALVÃO, W. N. **O Império de Belo Monte: vida e morte de Canudos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- HOORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIP, K. V. D.; BROD, B. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HOORNAERT, E. **Anjos de Canudos**. Petrópolis: vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Conselheiro o negociador do sagrado**. IN: BRANDÃO, S. (Org.). História das religiões no Brasil. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2001.
- KELSEN, H. **O que é justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho Livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- JATOBÁ, Toniwalter. **Juazeiro: guerra no sertão**. São Paulo: Ática, 1996.
- LESBAUPIN, Ivo. **Marxismo e religião**. In: TEIXEIRA, Faustino. Sociologia da religião: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 12-34.
- LEVINE, Robert M. **O sertão prometido: o massacre de Canudos**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.
- LIBÓRIO, Luiz Alencar. **A existência humana e a dimensão psico-religiosa – Psicologia da Religião**. Apostila (Curso de Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, 2006.
- MACEDO, Carmem Cinira. **Imagem do eterno: religiões do Brasil**. São Paulo: Moderna (Coleção Polêmica), 1989, 80p.

MACIANO, João E. M. **Relatório apresentado ao Arcebispo da Bahia sobre Conselheiro e seus séquitos no Arraial dos Canudos**. Salvador: Typografia do Correio de Notícias, 1895.

MADJAROF, R. **Justiça**: como entendê-la. Disponível: [www.mundodosfilosofos.com.br](http://www.mundodosfilosofos.com.br), acesso 13 de jul. 2007, às 12:37h.

MENDES, A., ZILLY, B. e LIMA, E. N. **De Sertões, Desertos e Espaços Incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2001.

NOGUEIRA, J. C. de Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1978 (Col. Brasileira, v. 555), 212p.

OTTEN, Alexandre H. **Só Deus é Grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro**. São Paulo: Loyola, 1990, 393p.

PEREIRA DA COSTA. **Anais Pernambucanos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Arquivo Público. Disponível: [www.liber.ufpe.br/pc2/anais.jsp](http://www.liber.ufpe.br/pc2/anais.jsp), acesso 20 de out. 2007.

PERNOUD, Régine. **A burguesia**. In: ROMANEIRO, V. (Trad.). Lisboa: Europa-América, 1995.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. 3 ed. Trad. de Luiz João Gaio. Rev. de Luiz Roberto Benedetti. São Paulo: Paulinas, 1984, 231p.

RAWLS, J. **A teoria da justiça**. N. Haven: Yale University Press, 1981.

REVISTA AVE-MARIA. Disponível: <http://www.avemaria.com.br/revista/artigos>, acesso 24 de jan. 2008, às 12:48h.

ROUSSEAU, J. J. **Os pensadores**. 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1978.

SILVA, José Maria de Oliveira. Canudos e a tradição revolucionária no Brasil. **Cadernos UFS História**. São Cristóvão: UFS. v. 1, n. 1, p. 13-78, 1994 anual.

\_\_\_\_\_. Guerra de Canudos : prédicas em debate. **Revista Proj. História**. São Paulo, 2005. p. 265-276.

\_\_\_\_\_. **Rever Canudos**: historicidade e religiosidade popular (1940-1995). 1996. 338f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVA, Márcio. **Foucault, o Iluminismo e a Modernidade**. Disponível: [www.sedes.org.br/Centros/Filosofia](http://www.sedes.org.br/Centros/Filosofia), acesso 20 de out. 2007.

SODRÉ, Nelson W. **Formação histórica do Brasil**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed Graphia, 1997.

\_\_\_\_\_. **A história da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade?: da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes**. São Paulo: Paulus, 2006.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VILLA, Marco Antonio. **Calazans**, um depoimento para a história (com a colaboração de José Carlos da Costa Pinheiro). Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1998, 140p.